

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELAÇÃO FÉ E
POLÍTICA NA ESCOLA Pe. HUMBERTO PLUMMEN**

LÚCIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

RECIFE/2008

LÚCIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELAÇÃO FÉ E
POLÍTICA NA ESCOLA Pe. HUMBERTO PLUMMEN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Orientador: Dr. Degislando Nóbrega de Lima

Co-orientador: Dr. Drance Elias da Silva.

RECIFE/2008

S586r Silva, Lúcia de Fátima Gomes da
A representação social da relação fé e política
na escola Pe. Humberto Plummén / Lúcia de Fátima
Gomes da Silva ; orientador Degislando Nóbrega de
Lima ; co-orientador Drance Elias da Silva, 2008.
147 f. : il.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de
de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de
Mestrado em Ciências da Religião, 2008.

1. Religião e sociologia. 2. Imaginário - Aspectos
sociais. 3. Fé - Aspectos sociais. 4. Política - Aspectos
sociais. I.Título.

CDU 2:301

LÚCIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELAÇÃO FÉ E
POLÍTICA NA ESCOLA Pe. HUMBERTO PLUMMEN

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, por uma banca examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Degislândo Nóbrega de Lima

Prof. Dr. Gilbraz de Souza Aragão

Prof. Dr. Péricles Andrade

Recife, 2008

DEDICATÓRIA

A Ana Maria e Valdemar – meus pais, cujo amor é incondicional, responsáveis pela minha existência –, os quais, com carinho, dedicação e firmeza, estão sempre presentes em todos os momentos da minha vida, confiando nas minhas escolhas, mesmo quando essas parecem árduas demais. Sempre se orgulharam da minha determinação em levar adiante meus sonhos e jamais duvidaram da minha capacidade de assumir desafios. Minha eterna gratidão a eles pelo amor, apoio e confiança.

A todos que acreditam num mundo melhor, com carinho especial aos que fazem a Escola Pe. Humberto Plummen que, mobilizados pela fé, lançam-se à luta social em favor da vida.

A minha família e amigos que dão sentido ao meu viver.

AGRADECIMENTOS

Construir uma dissertação não é tarefa fácil. No início, o que passa pela nossa mente é só o produto final geralmente engrandecido pelas ilusões narcísicas que compõem o imaginário de todo trabalho de construção.

Não há como negar, o começo é sempre uma relação de encantamento com o suposto fim. Com o passar do tempo, o real vai-se interpondo cotidianamente e o que era encanto vai transformando-se em esforço para ultrapassar grandes e pequenas dificuldades. Vez por outra, surge o desespero, e a vontade – creio, de todos aqueles que passam por esse processo – é de mandar tudo para o espaço, esquecer os livros, os papéis, as aulas, dar as costas para o computador e se posicionar de frente para o mundo. Aquele projeto “ousado, maravilhoso” pouco a pouco diminui de tamanho e a presunção do pesquisador é querer entender “tudo ao mesmo tempo, no agora”.

O projeto..., ele não é só um trabalho acadêmico, é um projeto de vida no qual está em jogo não apenas o título (ser ou não ser mestre) mas também todo um conjunto de desejos, sonhos e ideais, muito de nós mesmos. Muitos momentos de “sim” e muitos de “não”. Avanços e paralisações. E o encanto que se fez esforço reaparece na palavra bem colocada, no conceito finalmente entendido, no capítulo terminado.

Todavia, há enorme diferença entre o encanto do início e a realidade nos momentos finais do trabalho. Se, antes, ele servia de véu para encobrir o real; agora, o encanto surge do desvendamento desse real não como algo dissecado e esgotado, mas sim em sua dimensão verdadeira: a de espaço aberto a infinitas possibilidades tanto no que se refere ao objeto de estudo a que nos dedicamos quanto a nós mesmos. Portanto, há muito o que ver e viver por diversas óticas e vários caminhos...

Ao lado disso, a maior parte de elaboração de um trabalho assim requer momentos solitários, mas sua consecução não se faria sem alguns apoios e presenças. Nesse sentido, portanto, agradeço:

- a Deus, por ter a convicção de que tudo vem D’ele e para o nosso bem; por ter a certeza de que Ele está sempre comigo, em todos os momentos, iluminando-me na realização de mais esta etapa da minha vida acadêmica;

- a minha família, em especial, a Rafaela e Catarina, minhas sobrinhas que contribuíram na coleta de dados e transcrição de parte das entrevistas, meu carinho especial;
- a Ir. Cícera (Congregação das Dorotéias), amiga fiel, que compartilhou comigo os primeiros passos deste trabalho, mas que o intratável da morte (ou da vida?) não deixou que estivesse presente no momento que o finalizo;
- a Ezequias pelo apoio recebido;
- aos meus orientadores, professores Dr. Degislando Nóbrega e Dr. Drance Elias, pelo apoio e contribuição na elaboração desta dissertação, orientando-me com notória competência. Apesar dos nossos encontros e desencontros, acreditaram no meu potencial intelectual para a consecução do trabalho agora apresentado;
- aos professores Dr. Péricles Andrade e Dr. Gilbraz Aragão, que, com carinho e competência, avaliaram o meu trabalho;
- a todos os professores do mestrado, que, com dedicação, contribuíram, em sala de aula, para uma visão mais ampla das Ciências da Religião, inclusive aos professores Dr. Roberto Mota e Dr. Péricles Andrade, que também alargaram meus horizontes com a dimensão da Sociologia da Religião (UFPE);
- a meus amigos do mestrado, especialmente Daniela, Wandecarla, Fernanda e Ferreira, principais incentivadores para que eu superasse as dificuldades e percorresse o caminho do curso sem esmorecer em nenhum momento;
- a tantos outros amigos que me apoiaram, telefonando para saber como eu estava e sobre o andamento do trabalho;
- a José Hamilton da Costa, que me presenteou com alguns livros necessários à pesquisa e também me apoiou financeiramente;
- à CNBB, em particular ao Setor Pastoral Social, por abrir os arquivos para minha pesquisa, especialmente a Glória por me auxiliar nessa tarefa;
- à Pe. Toninho e a Flávio Lyra da CRS, que tiveram a gentileza de me enviar material para o enriquecimento deste trabalho;
- ao Sr. Gersino, da Biblioteca Central da UFPE, pelo acolhimento e dedicação, exemplo de profissionalismo e humanidade;

- aos coordenadores da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, representados por Ary e Roberto, que me permitiram assistir aos módulos do curso e ter acesso ao acervo documental, essencial à realização da pesquisa;
- de forma especial, ao público da Escola Pe. Humberto Plumm, que, mesmo envolvido nas atividades da escola, me recebeu com delicadeza e concedeu as entrevistas com empenho e clareza, contribuição imprescindível à realização deste trabalho.

A todos meu carinho e minha gratidão. Resta-me, agora, lembrar as sábias palavras de Fernando Sabino:

“De tudo ficam três coisas:

A certeza de que estamos sempre **começando**.

A certeza de que é preciso **continuar**.

E a certeza de que seremos **interrompidos** antes de **terminar**.

Portanto, devemos:

fazer da interrupção **um caminho novo**,

da queda **um passo de dança**,

do medo **uma escada**,

Do sonho **uma ponte**,

da procura **um encontro**.”

EPÍGRAFE

“Somos um exército de sonhadores, por isso somos invencíveis.”
(Subtenente Marcos – Movimento Zapatista)

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo e examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos com insistência: não digam nunca isso é natural! diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que reina a confusão, em que corre sangue, em que o arbitrário tem força de Lei, em que a humanidade se desumaniza, não digam nunca isso é natural! para que nada passe a ser imutável.”

(Bertold Brecht – 1898-1956)

RESUMO

Nosso objetivo com esta pesquisa é analisar a representação social da relação fé e política entre os militantes cristãos, centrando a análise na Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, do Regional Nordeste 2 (CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nela identificamos os elementos fundamentais, as formas representacionais, buscando perceber como esses elementos interferem na militância de libertação dos cursistas e congregados. A perspectiva que perpassa este trabalho se fundamenta na teoria da Representação Social, da qual os conceitos de objetivação e ancoragem são destacados, e em outros elementos do campo da ciência da religião e da sociologia da religião. Acreditamos que tais perspectivas sustentem a análise do imaginário social sobre a relação fé e política presente na referida escola, o qual se revela nas entrevistas feitas com cursistas e coordenadores. Assim, é possível verificar se a representação social da fé é um elemento constitutivo de sua ação política, como também averiguar se a representação social da política é um elemento constitutivo da sua expressão da fé. E, ainda, se essa relação sustenta um traço de identidade que compõe o *éthos* presente na referida instituição.

Palavras-chave: representação social, religião, fé e política.

ABSTRACT

Our aim with this research is analyzing the social representation of the relation of faith and politics among the Christian militants, focusing the analysis at Priest Humberto Plommen Faith and Politics school of Regional Northeast 2 (CNBB – National Conference of Bishops of Brazil). We identify the fundamental elements, the representation forms, searching realize how these elements interfere in the militancy of the liberation of attendants and congregated. The perspective that shows this work is based on the theory of the Social Representation, which concepts of objectivity and anchorage are highlighted and in other elements of field of the Science of Religion and the Sociology of Religion. We believe that such perspective supports the analysis of the social imaginary about the relation faith and politics present in the referring school, what reveals in the interviews made with students and coordinators. Thus, it is possible to verify if the social representation of faith is a constitutive element of its politic actions, as also check if the social representation of politics is a constitutive element of its expression of faith. And still if this relation supports a trace of identity that composes the ethos presents in the referring institution.

Keywords: Social Representation, religion, faith and politics.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACO.....	Ação Católica Operária
ACR	Ação dos Cristãos no Meio Rural
ANAMPOS.....	Associação Nacional dos Movimentos Populares
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CDDHS	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEFEP	Centro Nacional de Fé e Política
CGT.....	Comando Geral de Greve
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB-NE 2.....	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Nordeste 2
CONCUT	Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CPT.....	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DP	Documento de Puebla
EFP	Escola Fé e Política
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FSLN	Frente Sandinista de Libertação
GS.....	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IBRADES.....	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimentos de Educação de Base
MM	Encíclica Social <i>Mater et Magistra</i>
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MNFP.....	Movimento Nacional de Fé e Política
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	Organização Não-governamental
PT	Partido dos Trabalhadores
SPS.....	Setor Pastoral Social
TL	Teologia da Libertação
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	18
1.1 Representação social e ciências sociais	18
1.2 Conceituando representação social e sua relação com o objeto	25
1.3 Ancoragem e objetivação	30
1.4 Nossos passos estratégicos	33
2 PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO FÉ E POLÍTICA NA SOCIOLOGIA RELIGIOSA CATÓLICA.	36
2.1 Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín.....	37
2.2 Da Teologia da Libertação aos novos atores sociais	44
2.3 A Igreja Católica no Brasil e a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plommen.....	57
3 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL	73
3.1 O imaginário social da relação fé e política na Escola Fé e Política Pe. Humberto Plommen	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES.....	108
ANEXOS.....	138

INTRODUÇÃO

Fé e política são duas grandezas que têm autonomias e originalidades próprias, contudo entrecruzam-se no real histórico. Ambas constituem horizontes complexos e de amplitudes diferentes. Constata-se a existência de espaço sempre crescente nos mais variados campos, em relação a indagações relativas à questão da crença, da religiosidade, da política, e da relação entre essas esferas. Aqui procuramos destacar a importância da fé como um fenômeno universal e como fator crucial para o desenvolvimento humano. Recorrendo a Fowler, na dimensão da psicologia, encontramos os seguintes esclarecimentos:

A fé é uma preocupação humana universal. Antes de sermos religiosos, antes de nos concebermos como católicos, protestantes, judeus ou muçulmanos, já estamos engajados em questões de fé. Quer nos tornemos incrédulos, agnósticos ou ateus, estamos preocupados com as formas pelas quais ordenamos a nossa vida e com o que torna a vida digna de ser vivida. Além disso, procuramos algo para amar, e que nos ame; algo para valorizar, e que nos dê valor; algo para honrar e respeitar, e que tenha o poder de sustentar nosso ser (1992, p. 16).

A política, também fundamental para o desenvolvimento humano, merece destaque, pois ela organiza a forma de vivermos juntos, produzirmos e distribuirmos os bens e serviços. A política, antes vista como uma ação humana, entendida como “exercício do poder com vistas a estabelecer ações comuns de cooperação entre grupos e indivíduos e também com vistas a regular eventuais conflitos entre eles” (TOLRA; WERNIER, 1997, p.145), tem por base a racionalidade. Nos últimos tempos, vem-se propondo a política do Estado e negando-se a política do sujeito concreto. Percebe-se, então, o crescimento da tendência à negação do sujeito em favor da mercadoria, o que se desdobra em negação do sujeito político e da política em favor do liberalismo econômico.

A política, apesar de pertencer à esfera da secularidade, é também um lugar de fronteira com a religião, espaço, portanto, onde a modernidade se encontra com a religião, onde o mundo moderno interpela a fé. Os cinco últimos séculos constituem os marcos políticos da modernidade e têm mostrado o surgimento de estreito muro entre Igreja e Estado. Desde então, os militantes cristãos vêm sentindo a necessidade não só de articular essas duas esferas, trabalhar no âmbito da política, mas também de politizar a religião e de religiosizar a política, introduzindo nesta, mediante o jogo das influências políticas, as cosmovisões e valores, os critérios e estilos da vida induzidos por aquela.

Na América Latina, o discurso político da Teologia da Libertação chamou a atenção da Igreja e da sociedade para a relação íntima da fé com as utopias de uma nova

sociedade transformada pela justiça. As demandas por liberdade e libertação passaram a permear todo o discurso religioso católico, especialmente, no âmbito da reflexão teológica:

É um caminhar irreversível, muito embora a palavra essencial da Igreja romana seja ainda a recusa do político. A ruptura causada pela Teologia da Libertação inaugura um novo tempo messiânico na América Latina, onde o anúncio do Deus da esperança, da libertação se faz atual e profundamente aceito (RIBEIRO, 1999, p. 74).

O prof. Fernando Altemeyer (Revista Vida Pastoral, n. 254), fazendo uma análise dessa realidade, afirma que “ a expressão teórica da liberdade ganhou carnalidade e exigência ética” e que

A Libertação passa a assumir caráter essencial da própria pessoa humana e esta mesma libertação constitui-se como ato soberano do sujeito popular. É bem verdade que esta liberdade cristalizada no neoliberalismo escravizou centenas de culturas e classes subalternas diante da hegemonia global do Mercado Total, este sim, livre e absoluto. Verificamos também que mulheres, crianças e negros ainda não sabem no cotidiano da vida o que este vocabulário significa em termos de dignidade e respeito de sua cidadania. Pertinente, portanto, lapidar, a fala do papa João XXIII, que afirma que as bases inseparáveis de uma civilização são quatro: justiça, liberdade, paz e solidariedade (2007, p. 17).

No atual contexto de crises das utopias, constata-se, em alguns setores católicos, a busca de renovação, a partir da fé no compromisso com a luta pela cidadania, pela justiça e pelos direitos humanos, uma vez que a redemocratização da América Latina não erradicou ainda as graves injustiças sociais, dominações e exclusões de diferentes tipos.

Que respostas oferecer aos diferentes contextos sociopolíticos? Frente a esse desafio, vários movimentos cristãos e católicos assumem a articulação da fé com a política. Tanto a fé quanto a política são grandezas complexas a ponto de a qualidade de uma depender da qualidade da outra; a fé, em alguma instância, aponta para relação com a política. Assim, é inevitável tal associação feita por pessoas comprometidas em espaços de pertencimento religioso. Essas construções sociais, Moscovici (2003) as denomina **representações sociais**. As representações sociais não são, como se poderia ingenuamente pensar, cópias ou reproduções de determinada realidade física ou social; elas são construções simbólicas que têm, contudo, *status* ontológico em si mesmas, segundo Moscovici (2003), “entidades sociais em si mesmas”(p.38).

Nossa pesquisa se encaminha para analisar a representação da relação fé e política entre os militantes cristãos – tomando como parâmetro para o seu desenvolvimento, especificamente, cursistas e agregados da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen,

situada no Regional NE 2 CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)¹ – fundamentada na teoria das Representações Sociais. Tais escolhas vão a seguir justificadas.

Em primeiro lugar, as representações sociais podem ser compreendidas como entidades sociais e mentais construídas coletivamente: um conjunto de saberes híbridos (ciência, senso comum, ideologias) que possibilita os grupos sociais experienciarem, perceberem, compreenderem e atuarem sobre o mundo. Isso não significa que as representações sejam uma distorção ou ilusão, mas somente por meio delas se tem “acesso” ao mundo externo (MOSCOVICI, 2003). A importância de investigar a origem de determinada representação social deve-se ao fato de que, quando isso não ocorre, ela acaba “fossilizando-se”, torna-se algo dado, permanente, legitimado, naturalizado. Realizar o estudo das propriedades, origens e impacto das representações sociais é tarefa principal da Psicologia Social (MOSCOVICI, 2003).

Em segundo lugar, vários movimentos e instituições no Brasil têm assumido a relação fé e política; inversamente, há poucos estudos que tratam dessa relação. Assim sendo, acreditamos ser esse um campo de amplas perspectivas para estudo.

Em terceiro lugar, a Igreja Católica do Brasil, desde os anos 1960, a partir do Vaticano II, tem feito uma recomposição de seu papel na sociedade e, a partir dos anos 1990, vem contribuindo para a formação de cristãos militantes nessa área social e no campo político: diversos grupos, escolas e pastorais de fé e política espalhados pelo Brasil já somam um total de 44 registrados conforme o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara².

Em quarto lugar, aponta-se a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen como objeto de nosso estudo para verificação dessa relação (nela a práxis religiosa concentra-se nos aspectos da fé e da política, que ganha um redimensionamento em relação a outros tipos de formação), porque ela se ocupa sistematicamente com a busca de formas representacionais da fé e da política que parecem vir da experiência do serviço daqueles cristãos militantes em favor da vida.

Eminentemente cristã e projetada pela Igreja Católica, a mencionada escola surgiu no sentido de se retomar uma das ações sociais da Igreja – a formação do militante cristão dentro da própria igreja. A escola nasceu, em 2003, de uma decisão da 12ª Assembléia de Pastoral Regional do Setor Social da CNBB NE 2 (SPS): criar um espaço de formação regional para os militantes e agentes de pastoral social. Essa idéia da criação de

¹ O Regional Nordeste 2, sediado em Recife, compõe os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

² Ver referências e endereços desses centros e escolas de fé e política em PINHEIRO, José Ermanne. **Resgatar a dignidade da política**. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 279 – 289.

uma escola já vinha sendo fomentada no início da década de 1990, sobretudo, nas reflexões do assessor do Setor Pastoral Social, Pe. Humberto Plummen³, o qual emprestou seu nome à referida instituição; de Dom Tiago Postma⁴, bispo responsável pelo Setor Social da Igreja Regional, e de Dom Costa,⁵ então presidente da CNBB Regional NE2, entre outras personalidades do episcopado e sacerdotes ligados aos movimentos sociais, engajados e mergulhados à luz da fé na ação social da Igreja.

A Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, do Regional NE 2, sediada em Recife, atua nas 20 dioceses que compõem o Regional nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte e conta com a participação de 870 cursistas (nos quatro anos de atividades) provenientes das pastorais, movimentos populares e sociais (conf. anexo 1). Ela também foi inspirada no Movimento Nacional Fé e Política nascido em 1989 com pessoas ligadas à Igreja Católica, à CNBB e a outras denominações religiosas. Tal

³ “Padre missionário da Congregação Redentorista, holandês, nascido em 1928, chega ao Brasil em 1952. Passou por diversas cidades no Brasil como todo missionário. Mas foi no nordeste que praticamente viveu sua missão. Educador e sociólogo era um forte discípulo de Peter Berger, o qual conservava em sua mesa de cabeceira o livro “A Construção Social da Realidade”. A luta pelos direitos sociais, sempre foi bandeira de missão para ele. Tornou-se conhecido em muitas regiões do País pela sua competência, dedicação aos processos de inclusão social e, sobretudo, no discurso afinado com a realidade do Brasil e da América Latina. Nesse sentido ousou dizer que o missionário redentorista deixou um legado para as Pastorais Sociais e se tornou um pastoralista da causa dos pobres e marginalizados. Foi presidente do Conselho da Pastoral dos Pescadores (CPP), sendo um defensor da preservação ambiental, principalmente dos rios e oceanos. Atuou como professor do ITER (Instituto de Teologia do Recife), CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), e muitas outras entidades. Por muitos anos, até sua morte foi assessor do Setor Pastoral Social da CNBB. Em 1988, assume uma comunidade de base, no bairro do Ibura. Aos poucos, vai deixando de morar no convento e vai habitar no meio do povo e a partir deles dar o seu testemunho de fé e esperança para a Congregação, para a Igreja, para a sociedade. Reconhecidamente apaixonado pela inserção do Evangelho em Jesus Cristo, inicia uma romaria de viagens, assessorias, encontros, conferências e pregação em prol de “uma sociedade onde todos caibam”, que traduz o seu investimento pessoal na construção de um novo mundo. Humberto Plummen fez caminhada relevante para a sociedade, a Congregação, as Pastorais Sociais, enfim, para a Igreja do Brasil. Quando se despediu, no dia 05 de setembro de 2001, o mesmo se preparava para participar da grande marcha do Grito dos Excluídos, na região metropolitana do Recife. A fé e a política desse missionário resplandece ainda hoje no mutirão por um novo Brasil, por uma nova América, por um novo mundo. Sua ressurreição está cravada na Escola Fé e Política “Pe. Humberto Plummen”, pois, a idéia original de uma Escola de Fé Política para o Regional NE 2 sempre foi um sonho desse missionário”. (Este relato é parte de um texto de José Hamilton Costa (secretário regional da Cáritas Brasileira) em homenagem a Pe. Humberto. Extraído da agenda da escola em 2005.

⁴ “Dom Tiago, nascido em 03 de agosto 1932, em Amsterdã. Em 1959, é ordenado sacerdote e é enviado ao Brasil, onde se sagra bispo em 1974, assumindo as pastorais sociais do regional NE2 até sua partida para casa do Pai . Era bispo de Concílio e teve sua vida marcada por se preocupar com os pobres. Seu lema: “Que todos sejam um”, e ele botou isso a risco. Sempre dizia: “Estamos cada vez mais convencidos de que a identificação com a luta do pobre é uma vocação universal da Igreja”. Para ele investir na igreja viva, que era na formação da catequese, na formação dos jovens, na formação do compromisso de fé que todos estavam construindo nessa nova igreja no Nordeste. Para nós, ele é exemplo nesse processo da igreja do Nordeste.” (Depoimento de Roberto Saraiva, membro missionário do CIMI – Conselho Indigenista Missionário – e faz parte da coordenação da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen).

⁵ “Dom Costa, nordestino, foi o bispo do setor da juventude por muitos anos quando auxiliar em Natal-RN; era um homem sempre empolgado com a juventude, com a intervenção, com a participação dos jovens na política e sempre se entusiasmava com a idéia da criação de uma escola de fé e política para o regional. Antes de falecer era bispo da diocese de Caruaru”. (Depoimento de Roberto Saraiva, 2007).

movimento provocou na CNBB, nas dioceses, nos regionais também iniciativas locais de fé e política que deram ênfase à formação política e à espiritualidade entendida como exercício da dimensão espiritual que perpassa e anima a atividade política dos cristãos.

Assim, como os demais movimentos de fé e política, a Escola Pe. Humberto Plummen une fé e política na medida em que esta é uma dimensão fundamental para a vivência da fé e a fé é o horizonte da utopia política. Para a citada escola, a política não constitui um campo religiosamente neutro, mas o espaço onde todos os seus integrantes querem realizar a vida pela fé. A escola define seu enfoque propriamente político na medida em que assume a causa dos pobres, oprimidos e excluídos, prioriza a conscientização e organização populares, afirmando as classes populares como principal sujeito da própria história, e compromete-se com o exercício da cidadania ativa. Ela define-se como um serviço de formação conforme seu objetivo: “Contribuir com a formação no campo da Fé e da Política a partir de uma reflexão teológica, bíblica e ética, despertando uma consciência crítica e transformadora, para a construção de uma sociedade pluriétnica, pluricultural, justa, humana e solidária, promotora da cultura de Paz” (Conf. Projeto da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, 2003).

Analisar como a membriezia da referida instituição articula fé e política e como essa relação interage em suas vidas é a nossa proposta neste estudo. Para atingir tal objetivo, buscaremos suporte nas ciências, pois, segundo já afirmava o Papa João Paulo II,

A ação política se faz a partir de valores e interesses que se defrontam com uma determinada realidade. Para conhecer a realidade são indispensáveis os dados apresentados pelas ciências humanas e sociais (sociologia e psicologia,...) e uma correta interpretação dos mesmos. Alguns cristãos pensam que não precisam destes auxílios, pois bastaria o Evangelho. Porém, o Concílio Vaticano II assinalou que estas ciências têm uma legítima autonomia, isto é, seus conhecimentos e leis não são substituídos nem supridos da fé religiosa, embora possam receber dela enriquecimento e plenitude (1980, p. 67).

No intuito de abrir um caminho para nossa reflexão, três capítulos, cremos, levar-nos-ão, do ponto de vista da forma, ao aprofundamento de nossas questões. O primeiro capítulo demarca o referencial teórico: nele discorreremos sobre alguns aspectos do conceito de representação social, sem pretender atingir exaustiva exploração epistemológica, à busca de delimitação que possibilite uso mais preciso do aludido conceito na compreensão dos novos processos; examinamos o conceito de representação nas ciências sociais (Sociologia clássica). Num segundo momento, usamos o conceito de representação social (Psicologia Social) alicerçado, principalmente, nos estudos de Moscovici (2003) e Jodelet (1986). Num

terceiro momento, conceituamos os processos de objetivação e ancoragem, os quais, segundo Serge Moscovici, geram a representação social e serão referências em nossa análise da relação fé e política. Ainda no mesmo capítulo, detalhamos os passos estratégicos quanto à metodologia da pesquisa e procedemos à análise interpretativa de um material empírico constituído de 22 entrevistas com os cursistas e coordenadores da escola. Pelo exposto, esse capítulo expressa o suporte de que necessitamos para atingir o objetivo proposto.

No segundo capítulo, discorremos sobre nossa problematização e aí procedemos ao breve panorama da fé e política na sociologia religiosa católica, refazendo o caminho do magistério da Igreja – mais precisamente do Concílio Vaticano II a Medellín –, a fim de elucidar a pertinência da doutrina ética desse magistério quanto ao seguimento da militância católica acerca do envolvimento da relação fé e práxis. Em seguida, nossa reflexão segue em torno da militância cristã como fomentadora para o surgimento da Teologia da Libertação e essa, por sua vez, como suporte da militância no exercício da fé e da vida. E ainda: apresentamos um panorama dos anos 1980-1990, quando reapareceram diversos atores sociais após longo silêncio provocado pela ditadura militar e as conquistas e crises ocorridas durante o aludido período, quando a fé e a política continuavam articuladas pela ação dessa militância cristã. Por fim, fazemos o trajeto percorrido pela Igreja Católica nesse período até chegarmos à atuação da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, objeto de nosso estudo, como fomentadora de militância cristã engajada com a realidade social.

No terceiro e último capítulo, buscamos a teorização da fé e da política como campos autônomos, porém relacionais; daí, tomamos como quadro de análise o material empírico recolhido das entrevistas. Dessa forma, foi possível aprofundar a questão da relação fé e política com base na teoria da Representação Social, tomando como referência para análise os já citados processos de objetivação e ancoragem.

Intencionamos, pois, circunscrever o conhecimento da fé e da política à análise da sua relação que se faz na Escola Pe. Humberto Plumm. Assim, poderemos detectar a correlação entre religiosidade e engajamento político, ou seja, entre a fé e a práxis.⁶

⁶ O termo “práxis” vincula interpretação e transformação da realidade unidas indissolavelmente e de modo dialético. Supõe visão dinâmica e histórica do homem em que a ação e a reflexão vão inseparavelmente unidas, conforme LIBÂNIO, 1987, p. 99. Ver também, para um maior aprofundamento do termo e sua conexão com a realidade: Filosofia da Práxis” de VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

1 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 *Representação social e ciências sociais*

Em princípio, a representação fazia parte de uma reflexão cognitiva imanente, relacionada à subjetividade interna da consciência. É principalmente com Durkheim que ela se transforma em “fato social” ancorada na reflexão objetiva que tenta encontrar a sua razão de ser na história, na vida cotidiana e na sociedade, para, ao fim, retornar à consciência menos para centrar-se na intersubjetividade. Assim discorre Moscovici:

É óbvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim. Mas nós temos uma visão diferente dele ou, de qualquer modo, a psicologia social deve considerá-lo de um ângulo diferente – de como faz a sociologia. A sociologia vê, ou melhor, viu as representações sociais como artifícios explanatórios, irreduzíveis a qualquer análise posterior. Sua função teórica era semelhante à do átomo na mecânica tradicional, ou à do genes na genética tradicional; isto é, átomos e genes eram considerados como existentes, mas ninguém se importava sobre o que faziam, ou com o que se pareciam. Do mesmo modo, sabia-se que as representações sociais existiam nas sociedades, mas ninguém se importava com sua estrutura ou com sua dinâmica interna. A psicologia social, contudo, estaria e deveria estar pré-ocupada somente com a estrutura e a dinâmica das representações. Para nós, isso se explica na dificuldade de penetrar o interior para descobrir os mecanismos internos e a vitalidade das representações sociais o mais detalhadamente possível; isto é, em “cindir as representações, exatamente como os átomos e os genes foram divididos (2003, p. 45)⁷.

A noção de representação, dessa forma, durante o seu longo percurso histórico, adquiriu polissemia confusa e obscura, consumando diversas apreensões que a levaram a ser identificada com todo processo cerebral, com o próprio pensamento, com a idéia de ideologia. Ela vive nos interstícios das ciências humanas, desembarcando seja na Sociologia, para depois ser esquecida, seja na Psicologia – mitigada no início, para depois deslanchar –, seja na Antropologia com visual mais simbolista. Noção, sem dúvida, disputada: no início, a Filosofia tinha primazia; depois foi reivindicada pela Sociologia; hoje, a Psicologia social a toma como o seu conceito fundante.

De qualquer forma, assim que a representação se tornou fenômeno, ficou possível transformá-la em objeto empírico. Abandonou a esfera do sentido, domínio filosófico, e

⁷ Do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço. Qualquer tipo de idéia, emoção ou crença que ocorresse dentro de uma comunidade estava incluído. Segundo Moscovici, isso representa um problema sério, pois, pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo.

passou, por intermédio do significante, para as ciências sociais. O real passou a ser visto como construído e a representação deixou de ser, em relação ao objeto, sua parte ideal oposta ao seu referente material ou, ao inverso, o elemento material (imagem ou som) do ideal. De acordo com Cecília Minayo,

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (*In*: GUARESCHI, 2003, p. 89-109).

Como nossa pretensão é entender o conceito de **representações sociais** no campo das ciências sociais, nortear-nos-emos pelo viés da Sociologia clássica, pelo qual os autores, como Durkheim (1978) e seus seguidores, Weber (1974) e a escola fenomenológica representada por Schutz (1982), Marx (1984) e os marxistas, trabalham o mundo das idéias e seu significado no conjunto das relações sociais.

Conforme já dissemos, Durkheim, do ponto de vista sociológico, foi o primeiro a trabalhar claramente o conceito de representações. Usado no mesmo sentido de “representações coletivas”, o termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Segundo o referido autor, essas categorias não são dadas *a priori* nem são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformam-se, elas próprias, em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação. Em sua concepção, é a sociedade que pensa. Logo, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, ao mesmo tempo, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem e possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam; têm como causas outras representações, e não apenas a estrutura social.

Durkheim (1978, p. 71-156) reconhece como base das representações ‘o substrato social’, porém advoga sua autonomia relativa. Segundo ele, algumas, mais que outras, exercem sobre nós uma espécie de coerção para atuar em determinado sentido. Dentre elas, destacam-se a religião e a moral – assim como as categorias de espaço, tempo e de personalidade –, consideradas por ele representações sociais históricas:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entrou em choque ou

não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (1978, p. 79).

Para o mesmo autor, todas as representações respondem, de diferentes formas, às condições dadas da existência humana. São símbolos por meio dos quais

é preciso saber atingir a realidade que elas figuram e que lhes dá sua verdadeira significação. Constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe (1978, p. 88).

Assim sendo, contêm, como as instituições e estruturas, as duas características do fato social: (a) exterioridade em relação às consciências individuais; (b) ação coercitiva sobre as consciências individuais ou são suscetíveis de exercer essa coerção. Ainda segundo o referido autor (1978, p. 8-16), é objeto das ciências sociais tanto a coisa,⁸ o fato, quanto a sua representação. Ele chama a atenção para esses dois níveis, considerando o risco de se reduzir a realidade à concepção que os homens fazem dela.

Conforme Minayo (*In*: GUARESCHI, 2003, p. 92), essa visão de objetividade extrema e positivista das representações sociais, por parte de Durkheim e de muitos seguidores de seu pensamento, tem sido duramente criticada por várias correntes das ciências sociais. De acordo com os adeptos da Sociologia Compreensiva e da Abordagem Fenomenológica, o aspecto mais criticado da teoria se refere ao poder de coerção atribuído à sociedade sobre os indivíduos, de maneira quase absoluta. Para os marxistas, a visão durkheimiana elimina o pluralismo fundamental da realidade social, em particular, as lutas e antagonismos de classe.

A Sociologia Compreensiva, representada por Max Weber (2002, p. 39-42), e a Fenomenologia, trazida por Schutz (*apud* MINAYO, *In*: GUARESCHI, 2003, p. 95-96) para o campo das ciências sociais, têm forma muito particular de abordar o tema das representações. Max Weber elabora suas concepções do campo das representações sociais por meio de termos, como ‘idéias’, ‘espírito’, ‘concepções’, ‘mentalidade’, usados muitas

⁸ Entre vários significados sugeridos, apresentamos um que parece bem sugestivo para a reflexão pelo fato de se definir de forma genérica: “coisa” designa tanto no discurso comum quanto no filosófico dois significados fundamentais. No primeiro, a palavra é um dos termos mais freqüentes da linguagem comum e também é amplamente empregada pelos filósofos. “Coisa” pode ser um termo de um ato de pensamento ou de conhecimento, de imaginação ou de vontade, de construção ou de destruição etc; pode-se falar de uma coisa que existe na realidade como também de uma coisa que está na imaginação, no coração, nos sentidos etc. Assim, pode-se dizer que, nessa acepção, “coisa” significa um termo qualquer de um ato humano qualquer ou, mais exatamente, qualquer objeto com que, de qualquer modo, se deva tratar. É o significado contido na palavra grega *pragma*. No segundo significado, mais restrito, a coisa é o objeto natural também chamado de “corpo” ou “substância corpórea”. O uso do termo nesse segundo significado é, até certo ponto, recente. Cf. ABBAGNANO, 2003, p. 149.

vezes como sinônimos, e trabalha, de modo particular, a noção de ‘visão de mundo’. Segundo ele, a vida social, que consiste na conduta cotidiana dos indivíduos, é carregada de significação cultural, que resulta da base material e das idéias, dentro de uma relação adequada, em que ambas se condicionam mutuamente.

De acordo com o mesmo autor, as representações sociais, ou as idéias, são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material. Com estes termos, base material e eficácia das idéias em relação de afinidade eletiva (WEBER, 1974, p.81), ele analisa a história de avanço do capitalismo no mundo ocidental. De um lado, afirma que o capitalismo ‘educa’ e ‘cria’ seus sujeitos pela relação econômica; de outro, demonstra que as idéias de trabalho como virtude máxima e lucro como fator legítimo das relações econômicas contribuíram para fazer avançar o capitalismo, tanto quanto ou mais do que a “acumulação primitiva”:

Com referência à doutrina do mais ingênuo materialismo histórico, de que as idéias se originam como “um reflexo” ou como “superestruturas” de situações econômicas, somente podemos opinar mais detalhadamente, neste caso (da ética protestante em relação ao avanço do capitalismo), que a relação causal é a inversa da sugerida pelo ponto de vista materialista (WEBER, 1985, p. 35).

A partir da tese da recíproca influência entre os fundamentos materiais, as formas de organização político-social e o conteúdo das idéias, Weber teoriza sobre certa autonomia do mundo das representações e a possibilidade concreta de se estudar a eficácia histórica das idéias. Todavia, ao afirmar ‘certa autonomia’, ele não descarta a possibilidade empírica de que, em determinados momentos, o econômico seja o fator dominante e de que outros fatores influam, inclusive, na formação das idéias. Ele tenta complexificar a teoria que considera ‘mecânica’ da determinação da base material sobre as representações sociais. Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, chama a atenção para a importância de se conhecerem, em cada caso, quais fatores contribuem para configurar determinado fato ou ação social:

Aqui se tratou do fato e da direção em apenas um, se bem que importante ponto de seus motivos. Seria importante investigar mais adiante a maneira pela qual a ascense protestante foi por sua vez influenciada em seu desenvolvimento e caráter pela totalidade das condições sociais, especialmente pelas econômicas. Isto porque, se bem que o homem moderno seja incapaz de avaliar o significado de quanto às idéias religiosas influenciaram a cultura e os caracteres nacionais, não se pode pensar em substituir uma interpretação materialística unilateral por uma

igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história (WEBER, 1985, p. 132).

Ele chama a atenção, de um lado, para a importância de se pesquisarem as idéias como parte da realidade social e, de outro, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência. Sua base de raciocínio – parece clara – é de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, e assim deve ser investigada.

Com o conceito de Visão de Mundo, Weber desenvolve o raciocínio de que cada sociedade, para se manter, precisa ter "concepções de mundo" abrangentes e unitárias,⁹ as quais, em geral, são elaboradas pelos grupos dominantes e perpassam todos os grupos de determinada sociedade: "O enriquecimento como fim obrigatório do homem para a glória de Deus contradiz ao sentido ético de épocas históricas inteiras e anteriores à atual" (1985, p. 72).

Tanto Durkheim quanto Weber, embora em diferentes correntes, têm uma forma de pensar as idéias de relação de adequação com a estrutura socioeconômica e política que nos remete à importância de compreensão das idéias e de sua eficácia na configuração da sociedade, apelando ao estudo empírico do desenvolvimento histórico.

Quanto às idéias da Fenomenologia aplicadas às ciências sociais, conforme Minayo, foram elaboradas teoricamente, em particular, por Alfred Schutz. Sua contribuição é bastante significativa, em especial, para a operacionalização da pesquisa social qualitativa. Dele provém o termo "senso comum". Ele o usa em referência às representações sociais do cotidiano. No seu entendimento, da mesma forma que o conhecimento científico, o "senso comum" envolve conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações construídas, interpretadas com elementos do dia-a-dia. Portanto, a existência cotidiana, segundo ele, é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social. Esses significados – possíveis objeto de estudo dos cientistas sociais – emergem de construções mentais, de "representações" do "senso comum" (SCHUTZ, *apud* MINAYO *In*: GUARESCHI, 1995, p. 97- 105). Para o referido autor, a própria ciência é uma representação da realidade, denominada por ele "constructo" de segunda ordem. Sua preocupação teórica é o mundo do dia-a-dia; ele busca compreender os pressupostos das estruturas significativas da cotidianidade.

⁹ Essas concepções de mundo seriam o modo de encarar o tempo, o espaço, o trabalho, a divisão do trabalho, a riqueza, o sexo, os papéis sociais etc.

A compreensão do mundo para Schutz se dá com base no estoque de experiências pessoais e de outros, como companheiros, predecessores, contemporâneos, consorciados e sucessores. O autor distingue os termos experiência e conhecimento. A experiência pode ser comum a grande número de pessoas ao mesmo tempo, enquanto o conhecimento é individual: consiste na elaboração interior, subjetiva e intersubjetiva da experiência vivida e funciona como esquema de referência para o sujeito. Assim, entende-se o mundo do dia-a-dia como um tecido de significados instituído pelas ações humanas e passível de ser captado e interpretado. Para ele, a natureza e o número das experiências de qualquer ator social dependem de sua história de vida; logo, cada ator social tem um conhecimento da própria experiência e atribui relevância a determinados termos, aspectos ou situações de acordo com sua história anterior. Daí, segundo o mesmo autor, o senso comum é de fundamental importância, porque, ainda, por meio dele, o ator social faz a própria definição de situação.

Uma terceira corrente na interpretação do papel das representações sociais surge da dialética marxista. Se, na totalidade de seus escritos, Marx (1984, p. 41) fala da relação entre idéias e a base material, podemos considerar “a Ideologia além” como uma explanação clássica do tema das representações sociais. A categoria chave, em Marx, para tratar do campo das idéias, é a “consciência”. Para ele, as representações, as idéias e os pensamentos constituem o conteúdo da consciência, que, por sua vez, é determinada pela base material:

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. (...) A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. (...) A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real (1984, p. 43-45).

Outrossim, apesar de defender a anterioridade da vida material sobre as idéias, Marx vê esses dois elementos em relação dialética: “as circunstâncias fazem os homens, mas os homens fazem as circunstâncias” (1984, p. 43). No seu entendimento, a manifestação da consciência ocorre por intermédio da linguagem: “Ela nasce da carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens: a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e existe também para mim mesmo”(1984, p. 45). E ainda faz um paralelo entre consciência e linguagem, entre as representações e o real invertido; mostra também como as idéias estão comprometidas com as condições de classe:

As idéias de classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da nossa sociedade, é ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. Daí que as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção material estão submetidas às

classes dominantes. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, colocadas como idéias gerais, comuns e universais de todos os membros da sociedade (1984, p. 47).

De acordo com o mesmo autor, as representações vinculam-se à prática social. Junto com Durkheim, ele mostra a anterioridade da vida social em relação às representações. Mas, enquanto, para Durkheim, a sociedade é a ‘síntese das consciências’, para Marx a consciência emana das relações sociais contraditórias entre as classes e pode ser captada empiricamente, como produto da base material, nos “indivíduos determinados, sob condições determinadas”. O próprio Durkheim faz questão de marcar essa diferença quando diz a respeito da religião:

Preciso guardar-me de ver na Teoria das Representações um simples rejuvenescimento do materialismo histórico. Não pretendemos dizer, mostrando na religião uma coisa essencialmente social, que ela se limita a traduzir, em outra linguagem, as formas materiais da sociedade e suas necessidades imediatas e vitais. A consciência coletiva é outra coisa que um simples epifenômeno da sua base morfológica. Ela é uma síntese sui generis das consciências particulares. Esta síntese tem por efeito produzir todo um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens, que uma vez nascidos obedecem às leis que lhes são próprias. Atraem-se e se repelem, segmentam-se sem que todas estas combinações sejam diretamente comandadas pelo estado da realidade subjacente (1989, p. 27)¹⁰.

Em relação a Weber, Marx se aproxima quando diz:

A nova classe dominante é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo interesses comuns de todos os membros da sociedade. É obrigada a emprestar a suas idéias a forma de universalidade e apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (1984, p.74).

Embora o pensamento de Marx em relação a Weber coincida em termos gerais, eles se diferenciam pelo recorte de classe que o primeiro lhe dá, em contraposição ao termo geral e inespecífico de ‘sociedade’ usado pelo segundo.

Para o conjunto dos autores, as representações sociais se expressam no plano individual. Émile Durkheim chama atenção para o fato de que as idéias coletivas tendem à individualização nos sujeitos, para os quais se tornam fonte autônoma de ação. Conforme

¹⁰ A partir de Marx, dois outros autores marxistas, Gramsci e Lukács, têm trabalhado mais detidamente o campo das representações sociais. Gramsci aborda o tema de forma muito específica, quando trata do “senso comum” e do “bom senso”. Ele vai se ocupar muito mais com a questão pedagógica da construção da hegemonia do que com a pesquisa social; mesmo assim, sua formulação é esclarecedora no campo que nos concerne, porque avança a teoria marxista sobre o mundo das idéias. Lukács aprofunda o tema das representações em Marx, mediante a noção de “visão de mundo”. Segundo ele, a visão de mundo não é um dado empírico, mas de um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreenderem as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Para ele, a “visão de mundo” é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúnem os membros de um grupo e as opõem aos outros grupos.

Max Weber, o indivíduo, portador de cultura e de valores socialmente dados, constitui a “constelação singular” que informa sobre a ação social de seu grupo, tendo-se em conta que o limite de suas informações são seus valores, tal qual os limites do conhecimento científico do pesquisador são seus próprios valores. Karl Marx fala na “ideologia alemã” (1984) de sujeitos históricos, ou de “indivíduos determinados”, como portadores de uma forma determinada de relações sociais, políticas e econômicas.

Quanto ao *status* das representações sociais no conjunto das relações, Durkheim estabelece que a vida social causa as idéias; para Weber, existe uma relação de adequação entre as idéias e base material; já Marx coloca a base material em relação de determinação.

Com base nesses autores da Sociologia clássica, podemos dizer, as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, por isso podem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. E ainda: sua mediação privilegiada é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Logo, são consideradas importantes como material de pesquisa para qualquer campo das ciências sociais.

1.2 Conceituando representação social e sua relação com o objeto

Anteriormente, expomos o pensamento de alguns autores no campo da Sociologia clássica que nos levou ao primeiro estágio de reflexão sobre representação. Esta, em seu processo de aprofundamento, vem sofrendo mudanças na forma de concepções e deslocando-se para outros espaços e campos de pesquisa. Moscovici recorreu até a sociologia durkheimiana a fim de buscar as bases para o conceito de **representação social**. Seu objetivo era contribuir para uma psicologia do conhecimento quando, então, a questão das representações sociais ganhou grande importância. Ele passou a entendê-las como modalidade específica de conhecimento a qual tem por função elaborar comportamento e comunicação entre indivíduos no plano da vida cotidiana. Já Durkheim considerava as representações coletivas como entidades explicativas absolutas, irredutíveis a qualquer análise posterior, e não como fenômeno possível de ser explicado; à psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir-lhe a estrutura e os mecanismos internos.¹¹

¹¹ Conferir também em SPINK, 1993.

Segundo Perrusi (1992, p. 68-69), Moscovici se apropriou do conceito de representação coletiva de Durkheim, utilizando-o como conceito fundante de novo continente de pesquisa. Primeiro, retirou do conceito durkheimiano o peso da ontologia social, mudando, conseqüentemente, o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; segundo, inscreveu no conceito consistência cognitiva bastante acentuada; terceiro, delimitou-o, especificando-lhe o campo de ação, ou seja, o cotidiano; quarto, especificou a representação como uma forma de conhecimento particular relacionada à comunicação, à interação social e à socialização. Assim, para melhor compreensão e uso mais preciso da Teoria da Representação Social, tentaremos analisar alguns conceitos sem a pretensão da exaustividade.

Já ficou evidente – acreditamos – que **representação** é um termo clássico da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia para designar aquilo que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento, em especial, a reprodução de percepção anterior. Assim, alguns elementos se destacam: a representação é conteúdo e processo, já que expressa concretamente um pensamento e também reproduz algo já vivenciado; por reproduzir, torna-se o segundo momento da relação sujeito-objeto, ou seja, a atividade representativa implica “nova produção” de algo já vivido por meio da percepção, que é o primeiro momento da relação mencionada.

Lauwe (*apud* GOUVEIA, 2000), associa a representação a dois outros processos: a percepção e a memória. Para ele, a representação consiste na evocação de uma coisa ausente, e essa evocação possibilita a complementação do conhecimento perceptivo de objetos presentes ou atuais em comparação com outros já vivenciados. Além disso, a atividade representativa pressupõe certa racionalização para organizar imagens formadas baseadas em lembranças e percepções.

Nessa visão, a representação faz uma espécie de ponte entre o “interno” e o “externo”, o passado e o presente, já que se trata da evocação de algo ausente da realidade externa a partir de um estímulo situado nessa mesma realidade. Assim, a representação tem como função religar vivências antigas e atuais, possibilitando experiência de continuidade e coerência entre os vários processos da realidade social.

Trata-se também de um processo mais complexo que o perceptivo, confirmando a idéia de que ela é um segundo momento da relação sujeito-objeto, por implicar atividades classificatórias, as quais demonstram ser a representação uma recriação do objeto com base em experiências anteriores e nas necessidades daquele que representa.

Já na Psicanálise, de acordo com Perrusi (1992), o conceito de representação mostra sentido um pouco diferente daquele presente nas definições clássicas. Enquanto nestas o aspecto de reprodução, recriação do objeto, é fundamental, naquela tal elemento ocupa o segundo plano, pois a representação seria antes o que do objeto se vem inscrever nos sistemas mnésicos¹².

Nesse sentido, para a Psicanálise, a atividade representativa articula-se diretamente com a memória. Contudo, importa esclarecer, segundo Freud, a memória não é simplesmente um local onde se guardam imagens. Na sua visão, determinado acontecimento se fragmenta em diversas séries associativas (conforme critérios de semelhança, oposição, contigüidade, causalidade etc); por conta da fragmentação, inscreve-se em vários “lugares” do aparelho psíquico. As “inscrições” são por ele denominadas de traços mnésicos, e o conjunto de todos esses traços forma o “sistema mnésico”. A representação, portanto, nessa abordagem significa o reinvestimento de um ou mais traços mnésicos. Assim, de acordo com a Psicanálise, a representação, mesmo não constituindo recriação de determinado objeto, é também um momento secundário da relação com ele, pois é reinvestimento de algo já existente no mundo interno do sujeito.

Conforme Gouveia (1993), a Psicanálise ainda postula dois tipos de representação: a da coisa e a da palavra. A primeira, notadamente inconsciente, tem caráter visual, enquanto a segunda, pré-consciente/consciente, tem caráter acústico. A concepção de representação da palavra articula o processo de verbalização à tomada de consciência.

Podemos perceber na conceituação psicanalítica que dois elementos se destacam: o primeiro refere-se ao fato de que a representação é também processo, atividade; o segundo relaciona-se com a introdução da idéia de representação como atividade mediadora entre o vivido e o verbalizado, este o que possibilita o conhecimento daquele.

Convém ainda observar que, de certa maneira, as noções de representação acima expostas foram retomadas por Moscovici, ao elaborar seu conceito de representação social: “O universo de opiniões construídas sobre um determinado objeto social” (1978, p. 66). Dessa breve definição alguns elementos se sobressaem: (1) representação social é o pensar sobre elementos da realidade, sobre o vivido, indicando, assim, atividade cognitiva; (2) esse pensar não é ato meramente contemplativo, ao contrário, indica processo, elaboração, criação; (3) o resultado de tal construção não traduz, exata e identicamente, o real pensado,

¹² Sistema mnésico refere-se ao ato de memorizar. Por “memória” se entende o termo usado para designar as funções de retenção e reprodução. Marca experiências, funções e movimentos condicionados por funções, movimentos e experiências passadas. Conforme Dicionário ilustrado de psicologia. (DORIN, Lannoy, 1981).

mas, sim, opiniões, aproximações a esse real; (4) a representação social pressupõe/estabelece uma relação, necessariamente, social. Como afirma Jodelet,

toda representação social é representação de algo e de alguém. Assim, não é a reprodução do real, nem a reprodução do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito; senão que constitui o processo pelo qual se estabelece sua relação ¹³(1986, p. 175).

A mesma autora toma a palavra “representar” em dois sentidos. O primeiro indica substituição, ou seja, não-equivalência entre o pensado e o vivido, portanto, a representação tem semelhança com o signo, com o símbolo. O segundo sentido refere-se ao representar como presentificar, isto é, traz para o agora uma reprodução do já vivido. Aqui, no significado da palavra representar, destaca-se a presença dos processos da memória na construção da representação social, conforme ressaltaram Louwe e a psicanálise.

Em conformidade com o dicionário Aurélio, em “representar”, “recriar”, “reproduzir”, o prefixo “re” indica “repetição, mudança de estado”. A mudança de estado do vivido ocorre na medida em que, na atividade de representar, entram necessariamente elementos que pertencem ao sujeito que exerce tal atividade. Isso demonstra que a representação não é simples resposta a um estímulo anterior, mas, em certo sentido, a criação de algo novo resultante da intersecção dos dois pólos de uma relação. Todavia, essa transformação efetuada no vivido não só se dá como construção mental, atividade cognitiva, mas também induz a modificações no próprio objeto representado. Como afirma Piaget, “este fenômeno é uma característica da interação do sujeito e do objeto que se enfrentam modificando mutuamente sem cessar”¹⁴(*apud* JODELET, 1986, p. 477).

Tendo, pois, a representação caráter social e sendo portadora de uma relação, o lugar ocupado pelo sujeito na estrutura social vai ser determinante do processo e do conteúdo da representação. Desse modo, o que é visto/vivido o é a partir de determinado lugar; assim, a cada lugar corresponde uma forma específica de ver/viver. Isso demonstra que representam o social formas múltiplas em constante interação.

Do conceito criado por Moscovici surgiram novos desdobramentos teóricos na abordagem da representação social. De acordo com Jodelet (1986), pode-se reconhecer seis grandes linhas de pensamento sobre o tema:

¹³ Toda representación social es representación de algo y de alguien. Así no es el duplicado de lo real, ni el duplicado de lo ideal, ni la parte subjetiva del objeto, ni la parte objetiva del sujeto. Sino que constituye el proceso por el cual se establece su relación”

¹⁴ “Este fenómeno es una característica de la interacción Del sujeto e Del objeto que se enfrentan modificándose mutuamente sin cesar”.

- a) análise restrita aos aspectos cognitivos da atividade representativa. Para os autores que trabalham nesta perspectiva, como C. Flament e J.C. Abrinc, a representação social tem duas dimensões: a de contexto, no sentido de que o sujeito está na presença de um estímulo (a representação é um caso de cognição social); e a de pertinência – indica a presença, na representação, de elementos oriundos do grupo ao qual o sujeito pertence ou das ideologias difundidas na sociedade;
- b) C. Hersilich e R.Kaes sublinham os aspectos significativos envolvidos na atividade representativa, tomando o sujeito como produtor de sentido, que vincula, nas representações, a significação por ela atribuída às suas vivências na realidade social;
- c) para Lipiansky e Windisch, entre outros, a representação social deve ser analisada como forma de discurso, e suas propriedades sociais derivam de sua situação enquanto comunicação, da origem social dos sujeitos que falam e da finalidade que orienta a emissão do discurso;
- d) noutra perspectiva onde se enquadram autores como M.Cilly e M. Plon, considera-se que a representação social é determinada pelos lugares ocupados pelos sujeitos em dada sociedade, refletindo, portanto, as práticas sociais;
- e) a representação social tem como objetivo regular, antecipar e justificar as relações estabelecidas entre os vários grupos sociais, as quais são, ao mesmo tempo, determinantes da própria representação. Os trabalhos de J. P. Di Giacomo e V. Doise se enquadram nesta abordagem;
- f) por fim, as análises feitas por Pierre Bordieu, L. Boltansky e outros tomam o sujeito como portador de determinações sociais. A base da atividade representativa é considerada como sendo a reprodução dos esquemas de pensamento socialmente estabelecidos e das visões de mundo determinadas pela ideologia dominante.

De um modo geral, todas as linhas de análise enfatizam dois pontos: a questão da significação das experiências e a influência da realidade social nos processos e conteúdos dessas elaborações. Tais elementos aparecem mais claramente, após as análises feitas por Moscovici (2003) dos processos que explicam a gênese das representações sociais – denominadas por ele **objetivação** e **ancoragem** –, os quais pretendemos utilizar neste estudo como categorias de análise.

Sem a pretensão de fechar a discussão sobre os conceitos de representação social, mas apenas delimitá-los em razão de espaço e propriedade temática, podemos dizer que ela é uma forma de pensamento social; implica uma forma de conhecimento sobre a realidade social, um tipo de conhecimento particular que, em síntese, se expressa como “teorias” sobre

saberes populares e do senso comum elaborados e partilhados coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Mas o que está na base desse processo é a fala, pois as representações são apreendidas, sobretudo, por meio da fala.¹⁵ Normalmente se diz que se apreende a representação social na interação da vida cotidiana, por isso uma das suas características fundamentais é a de ser um conhecimento prático, elaborado segundo lógica própria, no sentido de uma ação.¹⁶

1.3 Os processos de objetivação e ancoragem

Consideram-se ancoragem e objetivação os dois processos que geram representações sociais. O primeiro tenta ancorar idéias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em contexto familiar. O segundo objetiva-as, isto é, transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo existente no mundo físico. Ambos os processos transformam o não-familiar em familiar. Logo, nas palavras de Moscovici (2003, p. 61), ancoragem “é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer relação positiva ou negativa com ele. Podemos perceber esse processo na fala de um entrevistado quando se refere à relação fé e política: “Fé é uma energia. É algo que me move todos os dias pra olhar para as pessoas, para lutar pelos direitos delas. Sei que é uma energia boa que vem de Deus” (E.2.a).¹⁷

Percebe-se, na fala desse entrevistado, como ele tenta relacionar a sua ação à escala de valores religiosos. Em outro momento, o mesmo entrevistado deixa transparecer, com mais clareza, essa estratégia: “A relação fé e política me faz questionar, me faz propor, me faz amar minha igreja com mais eficiência” (E.2.d).

O físico inglês Maxwell, certa vez disse que o que parece abstrato a uma geração se torna concreto para a geração subsequente. Por exemplo, o fato tão improvável, como o de um corpo físico produzir reação à distância no lugar onde ele não está concretamente presente, pode transformar-se, menos de um século depois, em fato comum, inquestionável –

¹⁵ O termo é indicado no sentido daquilo que se exprime por palavras. De acordo com dicionário Aurélio, a fala “é uma ação ou faculdade de falar. Esta é uma característica humana.

¹⁶ Cf. Silva (2000). **A representação social do Dinheiro entre os Neopentecostais**. Dissertação de Mestrado, Recife: UFPE.

¹⁷ Os depoimentos listados são precedidos de E (entrevista) + número seqüencial da entrevista + letras correspondentes aos destaques da entrevista do referido número seqüencial.

isso é, ao menos, tão misterioso quanto sua descoberta e de conseqüências práticas muito maiores. À busca de compreender o pensamento de Maxwell, podemos dizer coisas que, em determinado momento, parecem absurdas; em outro, parecem comuns. Logo, o incomum e imperceptível para determinada geração torna-se familiar e óbvio para outras gerações. Segundo Moscovici (2003, p. 71), “isso não se deve simplesmente à passagem do tempo ou dos costumes, embora ambos sejam necessários. Essa domesticação é o resultado da objetivação, que é um processo muito mais atuante que a ancoragem”.

A objetivação une a idéia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade – materializa-se a abstração. E essa materialização é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala. A propósito, não raro autoridades políticas e intelectuais exploraram tal processo com a finalidade de subjugar as massas, fundamentando-se na arte de transformar a representação na realidade desta, ou seja, transformar a palavra que substitui a coisa na coisa que substitui a palavra.

Para Moscovici, “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (2003, p. 71-72). Conforme ainda o mesmo autor, o processo de objetivação se compõe de três fases: 1) seleção e descontextualização: processo que indica a retenção de determinados elementos da realidade pelo sujeito escolhidos em função de critérios socioculturais e normativos, deslocados, em conseqüência, de seu contexto original; 2) formação do núcleo figurativo: os elementos selecionados são redefinidos em elaboração específica, a representação, que pode ser uma imagem ou uma forma verbal específica; 3) naturalização: os elementos deslocados do contexto original e recolocados no sistema figurativo deixam de ser construção abstrata e se tornam expressão imediata dos fenômenos. Como afirma Jodelet, “as figuras, elementos do pensamento, se convertem em elementos da realidade”¹⁸ (1986, p. 83).

Em sua visão, Jodelet mostra que o modelo de objetivação proposto por Moscovici traz uma série de implicações importantes para a análise das representações sociais, entre as quais a tendência de a representação social revelar-se sociocêntrica, no sentido que expressa essa identidade. Assim, o sujeito social, ao significar determinada representação, nesta se coloca, o que favorece o fortalecimento da identidade constituída no processo.

¹⁸ “Las figuras, elementos del pensamiento, se convierten en elementos de la realidad”.

A partir de determinado conjunto de representações, estabelece-se um sistema de interpretação o qual tem a função de mediar a relação entre o sujeito e a realidade, filtrando, por assim dizer, os elementos da experiência e fornecendo-lhes uma explicação. Dessa forma, o sistema de interpretação se converte em instrumento do saber, do conhecer.

Quanto ao processo da ancoragem, Moscovici define-o assim: “ancorar, é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (2003, p. 61). Para ele, não se trata, como no caso da objetivação, da constituição formal de um conhecimento, senão de sua inserção orgânica dentro de um pensamento constitutivo. Aspecto importante relacionado com tal processo se refere à introdução de novos elementos em determinado conjunto de representações. Conforme Jodelet,¹⁹

o contato entre a mudança e o sistema de representação preexistente se encontra em origem de duas ordens de fenômenos, opostos de certa forma, que dão a representação uma dualidade em ocasiões surpreendentes. Esta dualidade consiste em ser tanto inovadoras como rígidas, tanto em movimentos como permanentes, e em ocasiões a parte de um mesmo sistema (1986, p. 90).

Ao caráter de dualidade e oposição à introdução de elementos novos Moscovici denomina “polifasia cognitiva”, pelo fato de o novo introduzido ser objeto de mudança e de manutenção. A mudança ocorre quando o elemento novo, em razão da dinâmica existente no ato de representar, tem a potencialidade de transformar representações antigas e, conseqüentemente, influir nas relações entre o sujeito e o vivido. Contudo, para ser assinalado, tal elemento necessita enquadrar-se em modalidades de conhecimento já produzido ou, como afirma Jodelet, “compreender algo novo é fazê-lo próprio e também explicá-lo”²⁰(1986, p. 92).

De modo geral, o processo de ancoragem é responsável pelo enraizamento social das representações e de seu objeto. Assim, segundo Moscovici, ancorar é “classificar e denominar coisas que não são classificadas nem denominadas, são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (2003, p. 61).

Portanto – podemos considerar –, a objetivação é o processo por meio do qual determinado objeto é “retirado” da realidade social por certo sujeito, individual ou coletivo; já a ancoragem é o processo que dá conta da “volta” do objeto, agora uma representação social, para a dinâmica da sociedade ou, conforme afirma Moscovici (1978, p. 176), a

¹⁹ “El contacto entre la novedad y el sistema de representación preexistente se halla en origen de dos órdenes de fenómenos, opuestos de cierta manera, que dan a la representación una dualidad en ocasiones sorprendentes. Esta dualidad consiste en ser tanto innovadoras con rígidas, tanto movientes como permanentes, y en ocasiones en lo seno de un mismo sistema”.

²⁰ “Comprender algo nuevo es harcelo propio y también explicarlo”.

ancoragem “permite compreender o modo como eles, os elementos representados, contribuem para modelar as relações sociais e como as exprimem. O objeto que a sociedade visa sai daí transformado, e talvez o sujeito não o seja menos”.

1.4 Nossos passos estratégicos

Na busca de alcançar os objetivos propostos – analisar a representação social da relação fé e política entre os militantes cristãos da Escola Pe. Humberto Plummen –, enveredamos pelo campo da Teoria das Representações Sociais.

Em princípio, compreendemos que o conhecimento social é uma totalidade completa que, sabemos muito bem, inclui diversidade e heterogeneidade de conhecimentos. Ademais, produzir conhecimento implica um processo de aproximações sucessivas do real, a fim de se desvelarem novos aspectos e relações entre diversos fenômenos – sociais, psicológicos, econômicos, culturais, físicos, biológicos, políticos, religiosos etc. Então, a pura descrição técnica constitui-se na primeira e mais elementar forma de apresentação de metodologias empregadas em pesquisas sociológicas. Conforme ilustra Lakatos e Marconi (2000, p. 46), “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar os objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Ficam, muitas vezes, de fora, as questões relativas à estruturação teórica que orientam os procedimentos metodológicos e à possibilidade de convergência de técnicas alternativas.

A estruturação das técnicas metodológicas empregadas nesta pesquisa contemplou quatro perspectivas fundamentais: a) observação sistemática, consolidada em diário de campo, no sentido de se apreender o discurso construído com base na prática religiosa da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen; b) estabelecimento de estratégias que permitissem a construção de associações em entrevistas livres, gravadas, a fim de se captar o significado atribuído à relação fé e política no âmbito institucional, com um número amplo da membresia da escola, mediante critérios determinados; c) verificação das fichas de inscrição dos cursistas nos anos 2004, 2005, 2006 e 2007, para se formular o perfil da escola; d) seleção, como recurso técnico para análise do quadro representacional, dos dois processos mensurados por Moscovici nas representações sociais: objetivação e ancoragem. Acrescidos outros elementos refletidos no campo da antropologia da fé, da ciência política, da psicologia na perspectiva religiosa e na sociologia da religião, tais perspectivas – parece-nos –

sustentaram a análise do imaginário social sobre a relação fé e política presente na instituição em estudo e – acreditamos – revelada nas entrevistas.

Feito o recorte teórico, colhemos dados empíricos do objeto proposto como estudo, por intermédio dos instrumentos técnicos mais adequados a permitir a construção de associações e a observação participante do cotidiano nos módulos das aulas: conteúdo programático; eventos significativos; atividades da escola; atividades desenvolvidas nas pastorais dos alunos; ensaio fotográfico no tocante à vida dos cursistas e à metodologia do seu trabalho; a leitura de textos produzidos pelos assessores; compilação de produção cultural dos cursistas.

Paralelamente à coleta de dados, apropriamo-nos do conhecimento acumulado por outros pesquisadores a respeito do objeto desta pesquisa, mediante bibliografia representativa, assim como do conhecimento teórico necessário, especialmente, quanto às áreas citadas acima.

Acerca das entrevistas, entrevistamos 20 cursistas e dois coordenadores, dos quais 17 mulheres e cinco homens. Quanto à condição de pertença à escola, todos os cursistas cursavam a segunda etapa, logo, todos já haviam passado pela escola em anos anteriores. Com relação às escolhas, estabelecemos os seguintes critérios: a) a participação das 20 dioceses que compõem o Regional NE 2, embora três não tenham participado da segunda etapa da escola, o que explica algumas dioceses aparecerem com número maior de entrevistados; b) a escolha dos cursistas da segunda etapa decorreu de suposto amadurecimento do militante cristão, já que esse retornara à escola por vontade própria (só podia participar da segunda etapa o cursista que houvesse freqüentado a primeira); c) todos os entrevistados atuavam em pastorais sociais, conselhos, catequeses, movimentos sociais e ou outros; d) todos não moram propriamente nas cidades onde estão situadas as dioceses, mas residem em municípios adjacentes, onde atuam como militantes cristãos, prestando serviço às comunidades.

Esses passos nos levaram a construir a classificação e o mapeamento das expressões religiosas mais significativas do campo da fé e da política e a primeira síntese descritiva do nosso objeto. Em seguida, procedemos à análise mais aprofundada dos dados à luz de referenciais teóricos mais amplos e adequados que nos conduziram a reproblematicar o objeto de estudo. A hipótese que norteia o desenvolvimento desse capítulo se refere à natureza das significações sociais que demarcam o imaginário dos pesquisados quanto à relação fé e política situada em uma experiência institucional determinada.

Neste momento, importa ressaltar, constatamos que os informantes – independentemente de sua função social na hierarquia da escola, coordenadores ou cursistas – demonstraram tomar a fé e a política como grandezas inseparáveis que se articulam, se entrecruzam no dia-a-dia como militantes cristãos.

Norteamos as seguintes questões para realização deste trabalho as quais estão na base das entrevistas:

- Para você, o que é fé?
- O que é política?
- Como você vê a relação fé e política?
- A fé e a política, juntas, ligam mais você à Igreja?
- A fé e a política, juntas, fortalecem o quê?
- O militante cristão deve está inserido na política?
- E a Igreja deve ou não envolver-se no campo político?
- O que representa a Escola Pe. Humberto Plummer para você?
- Diante da situação política do país, o que leva você a continuar insistindo numa militância cristã?
- O que levou você a retornar à escola?
- Como era sua experiência antes de conhecer a Escola Pe. Humberto Plummer e como é agora?
- Como você se sente diante do atual momento político brasileiro?

Por fim, direcionamo-nos por uma reflexão sistemática, propondo respostas aos problemas levantados e, eventualmente, levantando novas questões.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO FÉ E POLÍTICA NA SOCIOLOGIA RELIGIOSA CATÓLICA

Nossa pretensão, quando, no capítulo anterior, apresentamos a síntese teórica sobre representação, foi mostrar que os diversos fenômenos religiosos sobre os quais discutimos neste trabalho poderão ser bem compreendidos e mais fundamentados, primeiro, se trouxermos algumas considerações bem aprofundadas a respeito do que são **representações sociais**, pois as religiões, as crenças, as igrejas constituem parte de representações sociais; segundo, se enfatizarmos, de um lado, a importância de se estudar a crença (fé em nosso estudo) e a política e mostrarmos que elas integram o estudo da Teologia, Psicologia, da Sociologia, Antropologia e outras ciências afins; terceiro, se perguntarmos de onde provêm essas crenças, representações sociais (ou mesmo coletivas), como estruturam nossa sociedade, nossa vida social, nossa maneira de pensar, de categorizar o mundo, de dar sentido às coisas, em particular, como a militância cristã da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, objeto de nosso estudo, concebe essa relação. Portanto, como nosso objeto de estudo se insere no âmbito cristão, mais especificamente na sociologia religiosa católica, tomamos, como base à nossa reflexão, três momentos considerados eloqüentes para a Igreja Católica no contexto da relação fé e política: o Concílio Vaticano II; as Conferências, em particular a Conferência de Medellín; a Teologia da Libertação e diversos atores sociais que se têm congregado em nova militância cristã. Logo, nossa reflexão se molda, em especial, ao período da década de 1960 até o tempo atual com a atuação da Escola Pe. Humberto Plumm.

Moscovici (2003) aponta que as representações sociais permitem tornar familiar o não-familiar. Assim, diante da perplexidade gerada pelas contradições do capitalismo de acumulação flexível (fortunas, miséria, conquista do espaço, degradação do planeta etc.), grupos sociais constroem representações a respeito de como mudar tal situação a partir de sua relação com a fé (sagrado) e a política (profano), ou seja, fé e vida se articulam no sentido de conferir significado e possibilitar aos sujeitos atuarem sobre tal contexto. Dessa forma, podemos considerar a Escola Humberto Plumm como um conjunto de saberes composto de várias dimensões à busca de oferecer explicação e resposta à questão do sonho da construção de um novo mundo. Tal conjunto de conhecimento é constituído por atores diversos, que, apesar de distintos, apresentam discurso homogêneo.

2.1 Do Concílio Vaticano II à Conferência de Medellín

Convém iniciar nossa reflexão, trazendo à memória dois momentos frutíferos para possível renovação da Igreja (Concílio Vaticano II) e para um olhar mais concreto da relação fé e política na qual se intensificou sua base a partir do mencionado concílio. Referimo-nos aos pontificados dos papas Leão XIII e João XXIII, especificamente as encíclicas sociais por eles publicadas.

O discurso político da Igreja Católica busca embasamento na Doutrina Social,²¹ que sempre se preocupou em manifestar sua posição definida diante dos princípios e leis naturais que regem ou deveriam reger a sociedade (RIBEIRO, 1999, p. 26). As célebres “encíclicas sociais” dão para a Igreja o tom de sua mensagem social profundamente inserida no político.²²

²¹ A partir da publicação da *Rerum Novarum*, o magistério pontifício vem-se ocupando, repetida e sistematicamente, da problemática social. As sucessivas manifestações do magistério levaram à formação de um corpo de encíclicas dedicadas explicitamente à temática, passando a constituir a “Doutrina Social da Igreja”. Ela deve ser considerada singular intervenção por meio da qual a Igreja procura manifestar preocupação e compromisso com o autêntico desenvolvimento do homem e da sociedade. (Cf. ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de **Fé e eficácia**. São Paulo: Loyola, 1991). Para maior aprofundamento na Doutrina Social da Igreja, podem-se consultar: Antoncich, R ; SANS, J. M. **O ensino social da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1986; P. Bigo e F. Bastos de Ávila, “Fé cristã e compromisso social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja”, São Paulo, 1982.

²² Entre tantas outras encíclicas que fazem parte do magistério da Igreja, oito são consideradas sociais: *Rerum Novarum* (1891, Papa Leão XIII). A encíclica é dedicada à questão da condição dos operários no fim do século XIX, nas nações em vias de industrialização ou já industrializadas; *Quadragesimo Anno* (1931, Papa Pio XI): o novo discurso eclesial dá primazia às questões como o direito de propriedade, a colaboração entre capital e trabalho, a função social da propriedade, a desproletarização dos trabalhadores, o salário justo, o princípio de subsidiariedade ou de suplementação; *Mater et Magistra* (1961, Papa João XXIII): nessa encíclica, o papa faz uma transferência dos horizontes sociais para o campo político, reconhecendo que a situação mundial é bastante diferente da de 1891 e de 1931, referindo às encíclicas publicadas nessas épocas. Em sua encíclica, a questão da pobreza começa a ser vista com uma questão que toca a relação entre nações; *Pacem in Terris* (1963, João XXIII) reafirma a linha de análise já presente na encíclica anterior e convoca o Concílio Vaticano II; *Populorum Progressio* (1967, Papa Paulo VI): dedicada especificamente à questão do “Desenvolvimento dos povos”, em especial aqueles afetados pela miséria, fome, ignorância e doenças. A interpretação que o papa faz da realidade social traz como novidade a universalização da questão social, tornando uma questão mundial. Em sua encíclica, Paulo VI convida os cristãos a assumirem o trabalho de construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Sua mensagem é voltada ao homem da atualidade, envolvido pelo ar do progresso, que, ao mesmo tempo, trouxe uma série de efeitos socialmente degradantes; *Laborem exercens* (1981, Papa João Paulo II) é dedicada à questão do trabalho; *Sollicitudo rei sociali* (1987, Papa João Paulo II) dedica-se a um aprofundamento da temática abordada por Paulo VI na *Populorum Progressio*. Segundo Andrade (1991, p. 134), essas duas encíclicas do Papa João Paulo II formam uma unidade, no sentido de que a visão sociológica subjacente às duas é substancialmente a mesma e, embora as temáticas abordadas sejam diversas, elas mantêm entre si certa complementaridade. Em nome da Igreja, o papa levanta sua voz incisiva para o combate a injustiça, ao desrespeito aos direitos humanos, ao imperialismo conflitante das grandes potências monopolistas. Todavia, mantém intransigência dogmática de princípios de fé, alienando a Igreja de autêntica participação política, enquanto privilegia o espiritual e tenta fazer com que a Igreja reassuma princípios de ação pastoral já tidos na história. Não obstante, tais posicionamentos não condizem com a evolução dos princípios sociopolíticos da Igreja no presente. *Centesimus annus* (1991, Papa João Paulo II): nessa encíclica, o papa, mais que em qualquer outra doutrina social, amarra suas propostas ao amor que brota da fé cristã, da adesão aos valores do Evangelho; cabe à Igreja evangelizar mentes e corações de acordo com esses valores, por meio de uma “grande obra educativa e cultural”, necessária e urgente, para um novo estilo de vida (n 36). O papa mantém viva a mensagem social, legado de seus antecessores. Para maior aprofundamento das encíclicas, buscar na coleção “Encíclicas e Documentos Sociais”, editora Ltr. São Paulo, 1971. Paulo Fernando Andrade também faz uma boa reflexão das encíclicas em “Fé e eficácia”, Loyola, 1991.

A primeira das encíclicas sociais, a *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII (1891), é considerada o primeiro documento da Doutrina Social da Igreja e ponto de referência de muitos outros subseqüentes ao longo do século XX. Aquele foi o primeiro texto oficial da Igreja a abordar, de forma global, os problemas gerados pela sociedade industrial. Ele abriu oficialmente a fase do diálogo eclesial com a sociedade civil. Nascida no auge do capitalismo, a referida encíclica dedicou-se à questão da condição dos operários no fim do século XIX, nas nações em vias de industrialização ou já industrializadas. A Igreja, na voz de seu pontífice, posicionou-se, politicamente, na crítica às doutrinas tanto do liberalismo quanto do socialismo e convocou todos para se unirem em função de uma ordem social justa. Elaborou um programa de política social, tocando em pontos sensíveis, como intervenção do Estado, proteção e aquisição da propriedade, greve, repouso remunerado, limitação do tempo de trabalho, salário etc.

Estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida (...). É a Igreja, efetivamente, que houve no Evangelho doutrinas capazes ou de por termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-se de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja que se não contenta com esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do concurso (LEÃO XIII, 1971, p.21).

Mesmo ligada ao tradicionalismo doutrinário dogmático, em que a fé prescindia do temporal, a Igreja avançou, ao mesmo tempo, em sua mensagem, agora socialmente libertadora. Ela demonstrou que o salvar-se não é obra de escatologismo longínquo e abstrato, mas começa na própria dignificação do ser na sua história terrena.

Pertinente, também, a encíclica *Mater et Magistra* (1961), escrita pelo Papa João XXIII, na qual o referido papa faz a transposição dos horizontes sociais para o campo político. Nela, ele constata o seguinte:

Os tempos em que Leão XIII falou eram de transformações radicais, de fortes contrastes e amargas rebeliões. Era um mundo concebido a partir do liberalismo, e nele a lei do mais forte encontrava plena justificação no plano teórico e dominava nas relações concretas entre os homens. E daí derivava uma ordem econômica radicalmente perturbada. A situação dos nossos tempos é diferente e diversa: A socialização é um dos aspectos característicos de nossa época. Consiste na multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social, e comporta a associação de várias formas de vida e atividades, e a criação de instituições jurídicas (JOÃO XXIII, p. 9-11).

A pobreza começou a ser vista como uma questão que toca a relação entre nações. Não existem pobres no interior dos países, mas existem países pobres submetidos a países ricos. Esse deslocamento da temática foi posteriormente assumido na Doutrina Social da Igreja. Os objetivos colimados na mensagem dessa encíclica constituíram campo bastante complexo, atingindo as raízes mais profundas da vida política dos povos, tais como: iniciativa privada e intervenção do Estado; salários e bem-comum do país; a empresa; agricultura e outros setores; progresso demográfico e desenvolvimento econômico; cooperação internacional; base da ação social dos cristãos etc. Entre textos categóricos referentes à problemática social, emergem especificidades, como: “Antes de mais nada, nós afirmamos que a doutrina social, ensinada pela Igreja Católica, não pode ser desvinculada do seu ensinamento sobre a vida humana. Assim é nosso desejo ardente vê-lo objeto de um estudo sempre mais atento” (JOÃO XXIII, 1971, p. 282).

Extraída das fontes evangélicas, a mensagem mostra o papel da inserção da Igreja na vida política dos povos. O referido papa passou a ser considerado como grande revolucionário da doutrina da Igreja. Acreditando que a militância eclesial estivesse preparada para transformação mais radical e com bases nos princípios evangélicos, o Papa João XXIII propôs o concílio ecumênico renovador (Concílio Vaticano II): novo despertar para uma eclesiologia temporalmente encarnada, marcada pela sacramentalidade do humano e do temporal.

O Concílio Ecumênico Vaticano II²³ (1962-1965), para muitos, ficou caracterizado pelo signo da mudança e da atualização. Segundo Andrade (1991, p. 21), pela primeira vez, “a Igreja se descobre concretamente como Igreja mundial, pois antes a sua ação era semelhante à de uma empresa de exportação que divulgava em todo mundo uma religião e uma cultura européia”. O concílio marcou, nesse sentido, o início da ação como Igreja mundial. Nos documentos dogmáticos, em que se concentravam as principais fontes de análise da fé, agora se percebiam “aberturas” a romper com o tradicionalismo secular: descentralização do poder; maior autonomia para as igrejas particulares; visão existencial dos sacramentos da Igreja: atualização litúrgica e de culto; papel participativo do leigo na Igreja; o reconhecimento do ecumenismo cristão etc.

²³ Concílio Ecumênico Vaticano II, aberto pelo Papa João XXIII no dia 11 de outubro de 1962 e encerrado pelo Papa Paulo VI em 08 de dezembro de 1965, “quis ser um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma, e sobre as suas relações com o mundo” (João Paulo II, 1985). O concílio, com seus teólogos e peritos, discutiu, emendou, voltou e promulgou 16 documentos: duas constituições dogmáticas, uma constituição pastoral, uma constituição litúrgica, nove decretos e três declarações. Outros temas importantes: a reforma litúrgica, o ecumenismo, a liberdade religiosa, os meios de comunicação e os direitos humanos.

A mensagem do evento buscou atingir a realidade universal dos homens, dirigindo-se a toda a humanidade. De acordo com Ribeiro (1999, p. 39), “o esforço do Concílio foi o de voltar às fontes cristãs e devolver à Igreja o sentido cristalino de uma mensagem voltada ao homem e a favor do homem”. Debruçando-se sobre o sentido filosófico-antropológico, analisando sua construtividade e realidade integrativa, tentou fazer uma codificação dos conceitos de homem, para, assim, descrever o seu papel no mundo.²⁴

Entre os diversos documentos do Concílio Vaticano II, no sentido de integração e mensagem social, destacou-se *Lumen Gentium* – a chamada constituição sociopastoral da Igreja no mundo de hoje. E ainda: no contexto político, em sua constituição pastoral *Gaudium et spes*, ressaltou-se o papel da Igreja nas relações com a comunidade política e se manifestou como “sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana” (Gs. n. 76). Reafirmou ainda a importância da participação política dos cristãos na construção da sociedade justa e fraterna e confirmou essa participação como um serviço: “A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, em serviço dos seres humanos” (Gs. n. 75).²⁵

Constatou-se que a América Latina participou desse concílio com cerca de 550 padres, os quais, após terem penetrado no sistema doutrinário da Igreja, fizeram uma transposição para a realidade social. Pode-se, assim, perceber que mudanças começaram a acontecer desde o início desse acontecimento. E, segundo Leonardo Boff, não foram mudanças superficiais, tratou-se de fatos que expressavam a fidelidade ao espírito mais profundo que animou aquele evento católico. Para esse teólogo, o discurso conciliar produziu repercussões muito mais incisivas na sua práxis:

²⁴ Assim discorre o próprio documento: “O Concílio Vaticano II, vendo mais profundamente o mistério da Igreja, não hesita agora em dirigir a sua palavra, não já apenas aos filhos da Igreja e a quantos invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. Deseja expor-lhes o seu modo de conhecer a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje. Tem, portanto, diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja, a inteira família humana, com todas as realidades nos meios das quais vive: esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias. Por isso, o concílio, testemunhando, expondo a fé do povo de Deus, por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquência a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserida, do que estabelecendo com ela diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do gênero humano as energias salvadoras que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo recebe do seu fundador. Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana. Por isso, o homem será o fulcro de toda a nossa exposição: o homem uno e integral; corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (Concílio Vaticano II, 1971).

²⁵ A participação política dos católicos se inspira em dupla fidelidade: à própria natureza da política, realidade criada por Deus e dotada de legítima autonomia, e à própria vocação cristã, iluminada pela palavra do evangelho. Esse princípio implica que o cristão atuante na política deve fazê-lo com verdadeiro espírito democrático e, nesse espírito, pode fazer sua própria opção entre as várias visões da política ou os diversos partidos, desde que isso não fira os valores éticos fundamentais. A Igreja sente, como seu dever e direito, estar presente nesse campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. A política exercida em sua forma autêntica, inspirada nos princípios do Evangelho, é um caminho de santificação. Conf. Concílio Vaticano II, *Gaudium et spes*, n.36.

A comunidade de fé passa a se expressar como comunidade política. A comunidade eclesial não se transforma em uma célula política, mas absorve essa realidade, ajuizando-a eticamente, celebrando-a na fé. A comunidade cristã e a comunidade política tornam-se espaços abertos, onde circula o cristão (2005, p. 25).

Pode-se dizer que o Concílio Vaticano II recolheu e fortaleceu uma prática já em curso desde a década de 1950. A Igreja se abriu à modernidade, aos valores humanos, ao ecumenismo e se interessou pelas questões da justiça em âmbito internacional. Entendeu-se esse evento como um concílio sensível ao drama humano. Acolheu os valores humanos do trabalho, da ciência, da técnica e das diferentes culturas – vertente que deu origem ao diálogo da fé com a vida, do evangelho com a justiça. Na América Latina, propiciou o surgimento de pastoral articulada em âmbito continental expressa em Medellín (1968) e Puebla (1979) e a reflexão co-natural que a acompanhou, a teologia da libertação.

Assim, a grande novidade inaugurada na vida pós-conciliar da Igreja foi a abordagem da fé vivenciada na prática, criando novo discurso. A doutrina conciliar supôs a valorização positiva do fazer político, democrático como empenho do amor em favor do bem comum. Ela convocou o cristão a trabalhar responsabilmente nesse âmbito, de onde se julga o destino de milhões de seres humanos, porquanto a atividade política se mostra como uma das vocações mais importantes para o bem comum. Segundo o Catecismo da Igreja Católica, por bem comum deve-se entender

O conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição. O bem comum interessa à vida de todos. Exige a prudência da parte de cada um e mais ainda da parte dos que exercem a autoridade. Comporta ele três elementos essenciais: em primeiro lugar, o respeito pela pessoa como tal. Em nome do bem comum, os poderes públicos são obrigados a respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. O bem comum consiste nas condições para exercer as liberdades indispensáveis ao desabrochar da vocação humana: tais são o direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, o direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa. Em segundo lugar, o bem comum exige o bem-estar social e o desenvolvimento do próprio grupo. Por fim, o bem comum envolve a paz, isto é, uma ordem justa, duradoura e segura (CNBB, 1999. p. 508)²⁶.

O período posterior ao Vaticano II tem dois momentos fundamentais: de 1965 a 1970, dinamiza-se o clero, despindo-se dos signos do poder e inserindo-se no meio do povo

²⁶ Conceito também fundamentado na constituição GS 26, 1; GS 74,1.

– assume a animação, a unidade e o serviço –; de 1970 a 1980, renovam-se as bases em que o povo simples e pobre se organiza (CEB) e ensaia uma nova Igreja. Dessa nova caminhada, emerge a Conferência de Medellín ²⁷(1968). Segundo Gutierrez (1984, p. 41-56), no ufanismo da renovação, era nítida a crise da Igreja na América Latina, então, dissimular esse fato equivalia a viver num pseudomundo. Isso, porém, não se podia considerar com temor, e sim como exigência inventiva para pensar e criar novas estruturas eclesiais, novas formas de presença no mundo. Para isso, considerar-se-iam dois aspectos: a) segundo a Igreja latino-americana, a afirmação de sua personalidade própria devia ser linha de força nessa busca, ou seja, tornar-se Igreja-fonte (considerando a realidade de Terceiro Mundo); b) outra linha de força consistiu no compromisso de pobreza não como simples abertura aos pobres, mas como mudança substancial em sua fisionomia. “Nesse sentido, a Conferência episcopal de Medellín pode representar para a Igreja latino-americana aquilo que o Concílio Vaticano II significou para toda a Igreja” (AMADO, 2004, p. 259).

A Conferência de Medellín representou, de acordo com Andrade (1991, p. 55), antecipação e salto profético feito pelos representantes do episcopado latino-americano e seus assessores em direção ao compromisso social transformador. O documento final, intitulado “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”, compõe-se de 16 documentos divididos em três seções: Promoção humana; Evangelização e crescimento na fé; A Igreja invisível e suas estruturas. Dos 16 documentos, três particularmente foram elaborados segundo a ótica que pressupõe o entendimento da estrutura social a partir da Teoria da Dependência.²⁸

²⁷ Segunda Conferência Geral do Celam, em 1968, na cidade de Medellín, Colômbia. Tornou-se conhecida como Conferência de Medellín. Intencionava-se promover a aplicação do Concílio Vaticano II à realidade latino-americana. No seu contexto histórico e social, podemos destacar: a) a situação econômica das classes populares se tornara mais precária; b) redefiniam-se a relação entre a Igreja e o mundo. Como resposta do Episcopado da América Latina, podemos dizer que o tema de Medellín era a presença na atual transformação da América Latina. No campo social, evidenciavam-se algumas realidades: estruturas injustas; violência institucionalizada; transformações radicais; necessidade de conversão profunda e de a economia colocar-se a serviço do povo; organização do povo em CEBs. De acordo com Ribeiro (1999, p. 65), Medellín originou um processo irreversível de transformação da Igreja na América latina. Com isso, a Igreja da América latina distanciou-se dos regimes com os quais convivia; identificou-se com as classes pobres e exploradas; comprometeu-se em promover e apoiar as organizações de base; definiu a sua missão como anúncio do reino e denúncia das injustiças sociais do continente; estimulou um pensamento teológico original na AL, a Teologia da Libertação; desenvolveu as CEBs; criou a consciência coletiva para a transformação das estruturas injustas; consagrou um modelo de reflexão e de elaboração de seu pensamento que servirá para documentos posteriores; partiu da análise científica da realidade (VER); confrontou essa realidade com a luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja (JULGAR); elaborou opções pastorais e linhas de ação e de compromisso para os cristãos (AGIR).

²⁸ Teoria da Dependência: modelo desenvolvimentista criado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955. Seu conceito central traduz a situação em que vivem os países periféricos em relação aos centrais. Os países periféricos devem deixar de ser objetos para se tornarem sujeitos da história. Por isso a ênfase posta no nível político, e não no tecnológico. A Teoria da Dependência põe em primeiro plano a questão política e subordina a revolução tecnológica, econômica, social e cultural. (Cf. ANDRADE, 1991).

No campo social, evidenciavam-se realidades como estruturas de injustiças, violência institucionalizada, transformações radicais, o que levou a Igreja a se comprometer, de modo mais factual, com seu povo.

Nesse momento histórico é que se lançaram as sementes de uma teologia revitalizada para a Igreja na América Latina. De acordo com o teólogo Henrique Dussel (1978 / 1979, p. 47), a partir daí, as comunidades eclesiais de base (CEB) e a Teologia da Libertação tornaram emergente a necessidade de a Igreja latino-americana assumir a coragem de ir contra tradicional e esclerosada ortodoxia e se posicionar pela ortopraxis.²⁹ Assim Medellín buscou codificar a caminhada da Igreja após o Vaticano II.³⁰

²⁹ O termo aqui é utilizado no sentido de correção da prática, de rever uma nova ação por parte da Igreja latino-americana.

³⁰ Com o tema “A Evangelização no presente e futuro da América Latina”, na cidade de Puebla-México (1979), aconteceu a III Conferência do Episcopado latino-americano, conhecida como **Conferência de Puebla**. Esta constituiu o marco fundamental do pensamento social e político da Igreja na América Latina. Diante do agravamento político, econômico e social da realidade latino-americana, a Igreja redimensionou suas opções e preferências de ações. A Conferência de Puebla confirmou o papel sociopolítico da Igreja na América Latina. O documento abriu pistas, iluminou, anunciou e denunciou; incitou à criatividade e ao prosseguimento da caminhada de inserção da Igreja como povo em sua realidade. O documento afirma, categoricamente, a necessidade de o leigo e a leiga influenciarem a sociedade por meio da sua ação e participação na vida social e política. O documento de Puebla explicita suas opções de Igreja na vida do povo da América Latina. De modo enfático, plenifica sua opção radical pelos pobres, mesmo que isso venha a questionar o paradoxo de sua vida interna.

Em 1992, na capital dominicana, aconteceu a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano convocada pelo Papa João Paulo II, mais conhecida como Santo Domingo. Objetivava-se celebrar o centenário do início da evangelização e impulsionar, desde ali, nova evangelização. A “nova evangelização” foi a idéia central de toda temática da conferência. Nesse momento, os bispos reafirmaram a “opção preferencial pelos pobres”. Em relação à temática política, o documento de Santo Domingo chegou a expressar o desejo que tem o cristão à luz do Evangelho, vivendo o compromisso social da fé: lutar para impregnar o campo político dos valores éticos fundamentais, concretizando o clamor geral contra a corrupção administrativa; distanciamento das lideranças partidárias com relação aos interesses das bases e das reais necessidades da comunidade; vazios programáticos e desatenção ao social e ético-cultural da parte das organizações partidárias; governos eleitos pelo povo que não se orientam eficazmente para o bem comum; muito clientelismo político e populismo, porém pouca participação.

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, conhecida como Documento de Aparecida, aconteceu entre os dias 13 a 31 de maio de 2007, no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, Brasil, cuja abertura foi feita pelo atual Papa Bento XVI. Nessa Conferência, a Igreja confirmou sua tarefa profética nos espaços sociais e na formação política dos cristãos: “A coerência entre fé e vida no âmbito político, econômico e social exige a formação da consciência, que se traduz no conhecimento da Doutrina Social da Igreja”. A V Conferência se comprometeu a levar a cabo uma catequese social incisiva, porque “a vida não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas. Queremos acompanhar os construtores da sociedade, visto que é vocação fundamental da Igreja neste setor formar as consciências, ser advogada da justiça e da verdade e educar nas virtudes individuais e políticas. Chamar ao sentido de responsabilidade dos leigos para que estejam presentes na vida pública, e mais concretamente na formação dos consensos necessários e na oposição contra a injustiça”. Documento de Aparecida, 2007, p. 44 – 45). Querendo conhecer melhor o teor dessas conferências, buscar os textos oficiais: Puebla, editora Vozes, 1980. Santo Domingo, edições Paulinas, 1992. Documento de Aparecida, edições Paulinas, 2007.

2.2 Da Teologia da Libertação aos novos atores sociais

2.2.1 Teologia da Libertação

Segundo Libânio (1987), toda teologia – sabemos – é situada no interior de uma Igreja, que, por sua vez, se insere em determinado contexto. Logo, em cada momento histórico, é possível o surgimento de nova teologia em estrita relação com a Igreja e com o contexto sociopolítico daquela coordenada histórica. No contexto dos anos 1950 a 1970, na perspectiva sociopolítico-cultural e eclesial católica, havia um cenário propício e fértil para o aparecimento de nova teologia: opressão e miséria eram fenômenos documentados em todos os países latino-americanos. Assim, dentro de um contexto emergencial de consciência libertadora proveniente de lutas, mudanças e opressões, nasceu a Teologia da Libertação. Como toda teologia, a da libertação surgiu em determinado momento como fruto de reflexão sobre problemas objetivos vividos na América Latina.

Diversos acontecimentos ocorridos no continente latino-americano, a partir da década de 1950, contribuíram para reflexão no interior do pensamento católico, no sentido de se formular uma teologia correspondente a tal consciência libertadora. Destaquemos alguns: a industrialização do continente sob a hegemonia do capital multinacional promovia, cada vez mais, a dependência, o que aprofundava as divisões sociais, estimulando o êxodo rural e o crescimento urbano com concentração da classe trabalhadora; a Revolução Cubana, em 1959, abriu novo período histórico para os povos latino-americanos, caracterizado pela intensificação das lutas sociais; o aparecimento de movimentos guerrilheiros, a sucessão de golpes militares e crise de legitimidade do sistema político.

Para Lowy (2000), só a soma desses eventos justifica as condições que possibilitaram a emergência da Teologia da Libertação, que ele rebatiza de Cristianismo da Libertação³¹. Simbolicamente, diz o autor, a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, quando Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação para o concílio ecumênico.

Na esfera religiosa, apontam-se como indicadores: autonomia relativa do campo eclesiástico-religioso, isto é, determinações culturais e sociais específicas à Igreja sem as quais “sua abertura para o povo”, a partir de 1960, não poderia ser compreendida; a combinação ou convergência de mudanças internas na Igreja que ocorreram nos anos de 1950 e se desenvolveram da periferia ao centro da instituição. No plano interno, aponta-se o

³¹ Lowy rebatizou a Teologia da Libertação de Cristianismo da Libertação, porque, para ele, tal fenômeno se constitui em algo mais que uma corrente teológica, sobretudo pelo alcance de suas conseqüências.

surgimento de novas correntes teológicas a partir da II Guerra Mundial, especialmente na Alemanha e na França; novas formas de cristianismo social (os padres operários e a economia humanista), além da crescente abertura às preocupações da filosofia moderna e das ciências sociais, legitimadas e sistematizadas pelo pontificado de João XXIII (1958-1963) e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

Tais movimentos envolvidos diretamente em uma sociedade em crise se tornaram permeáveis às correntes sociais, políticas e culturais de seu ambiente. Além disso, Lowy (2000) enfatiza ainda o papel desempenhado por outro grupo de formação da Teologia da Libertação: os assessores especialistas que trabalhavam para os bispos e conferências episcopais. Eram economistas, sociólogos, planejadores urbanos, teólogos e advogados, uma espécie de aparelho intelectual leigo da Igreja o qual introduzia na instituição os últimos acontecimentos das ciências sociais, o que, na América Latina, por volta de 1970, significava sociologia e economia marxistas (Teoria da Dependência). Ainda, na mesma época, destacava-se, nas ordens religiosas – sobretudo nos jesuítas, dominicanos, franciscanos e capuchinhos, além das ordens femininas –, a vanguarda de nova prática e de novo pensamento teológico. Essas ordens eram as que mais participavam das novas pastorais sociais e mais criavam comunidades de bases.

O último grupo periférico, apontado por Lowy, de grande importância na construção da Teologia da Libertação foi o dos padres estrangeiros, com destaque para os franceses, espanhóis e norte-americanos, possivelmente porque, disponíveis para missões em países latino-americanos, representavam um segmento dentro da Igreja mais sensível aos problemas da pobreza e muitos assumiam paróquias em regiões mais remotas e mais pobres ou, então, em favelas que proliferavam nos grandes centros urbanos. Conforme o mencionado autor, o imenso contraste entre as condições de vida de seus países de origem e a encontrada na América Latina levou muitos deles à conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres.

Apontam-se ainda os movimentos populares como geradores de consciência de libertação. De fato, a Igreja não teria captado suficientemente o grau de temperatura do clima libertário, no caso do Brasil e outros países do continente americano, se não tivesse contado, nesse processo de gênese da Teologia da Libertação, com a presença significativa e decisiva das camadas populares. Segundo Lowy (2000), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica, os Movimentos de Educação de Base (MEB) do Brasil e os comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), as federações de camponeses cristãos (El Salvador) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), por volta

de 1960, eram a arena social onde os cristãos se comprometiam ativamente com as lutas populares, reinterpretando o Evangelho à luz de sua prática, como movimentos relevantes para o processo de surgimento dessa teologia. Em tais movimentos, a fé e a política se entrecruzavam. Aí se articulava a fé com o compromisso social, buscava-se o compromisso com o processo de libertação das classes populares dentro da perspectiva da relação fé e política.

Desde o início, entendeu-se que o sujeito dessa libertação seria o próprio pobre quando conscientizado, organizado e engajado em favor de mudanças sociais. Fundamental para tal compreensão foi Paulo Freire. Com sua “pedagogia do oprimido” e a “educação como prática da liberdade”, mostrou que o pobre não é pobre, mas empobrecido, feito pobre por relações econômico-sociais opressoras. Não é um ignorante, mas produtor de outro tipo de cultura e portador de força de transformação social. Se a libertação não resultar da luta dos próprios oprimidos, nunca será verdadeira libertação. As igrejas e outros poderão e deverão ser seus aliados, mas jamais os protagonistas.

Por essa razão, a marca registrada da Teologia da Libertação foi a opção pelos pobres, contra sua pobreza e em favor de sua vida e liberdade. Se os pobres são oprimidos, eles o são de muitas formas: pela opressão econômica, que os fazem carentes e excluídos; pela opressão racial que atinge os negros; pela opressão étnica que afeta os índios etc. A verdade é que os pobres do mundo continuam aumentando, o que reforça a urgência dessa teologia praticada nas igrejas que articulam fé e justiça e dão centralidade aos pobres. Observa-se que cada continente elabora questões específicas na ótica da libertação, informação confirmada nos últimos fóruns mundiais da Teologia da Libertação ocorridos em Porto Alegre (2005) e Nairóbi (2007).

Na América Latina, forte corrente discute a relação da economia de mercado com a ética e as novas formas de dominação global; cresce também a preocupação ecológica. Na África, continua viva a questão da aculturação; reivindica-se o direito dos primeiros cristãos a assumirem as matrizes das culturas em presença de onde resultou o cristianismo atual. Na Ásia, a grande questão é o diálogo inter-religioso.

Convém ainda recordar que, a partir dos anos 1980, com o desaparecimento da União Soviética e do Leste Europeu, mudou-se o contexto político internacional: surgiu uma série de crises, entre as quais da esquerda latino-americana, que, segundo análise de Lowy (2000), não chegou a afetar os militantes da Teologia da Libertação, tanto quanto outras correntes, porquanto o compromisso dela era com os pobres e sua identidade não dependia do modelo soviético. No entanto, a derrota eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional

(FSLN) nas eleições de 1990, na Nicarágua, significou duro golpe, porque a Revolução Sandinista se tornara inspiração para toda uma geração de cristãos. Essas dificuldades somadas à hostilidade da Cúria Romana – cuja arma decisiva contra qualquer desvio doutrinal e agentes pastorais excessivamente políticos era e continua sendo a nomeação de bispos conservadores conhecidos por sua franca hostilidade à Teologia da Libertação, experiência vivida em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil e, particularmente, em Olinda e Recife – levaram muitos a tecer prognóstico de morte da Teologia da Libertação. Mas, para os cristãos de militância libertária, ela continua viva, uma vez que movimentos oriundos de experiências de cunho teológico libertário continuam atuantes. Neles se insere a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, que ainda encontra nessa teologia um alicerce para sua ação:

Para a Igreja, é uma estratégia, não chega a ser opção. Ela é quase que um imperativo. Não tem como, nos dias de hoje, num contexto de miserabilidade, de violência, de aumento das desigualdades sociais, professar uma fé desencarnada, desenculturada, que a gente chama de alienada. Então, essa relação da fé com a política é uma estratégia que a gente chama de imperativa; porque a fé sem obras é morta, então as obras são o agir político que se vê fortalecido pela fé num Deus da vida, num Deus que quer um mundo melhor para todos **(E.15. e)**.

E ainda: nenhum de seus importantes teólogos renegou as idéias anteriores ou aceitou as críticas de Roma, apesar de que novas questões e problemas ou nova abordagem da realidade social e religiosa aparecem em seus escritos, como é o caso da etnia, espiritualidade e cultura popular e a ampliação do conceito de pobre, conforme colóquio anterior.

Outrossim, o processo de transformação econômica das décadas de 1980 e 1990 mais a crise da modernidade e a ofensiva neoconservadora de Roma como parte do processo universal de restauração na Igreja Católica que conduz à centralização cada vez mais autoritária do poder formam um contexto bem diverso do período anterior, impondo, portanto, a necessidade de se construírem novos paradigmas para a Igreja, a Teologia da Libertação e, conseqüentemente, para a militância cristã. Pertinente, pois, rever o panorama dessas duas décadas vivenciadas, em particular, no Brasil. É o que faremos a seguir.³²

³² Por traduzir uma das últimas expressões teológicas, a Teologia da Libertação tornou-se, nas últimas décadas, uma das temáticas mais significativas para as mais diversas áreas de pesquisa. Por um lado, teologia polêmica, mal compreendida, difamada e até condenada; por outro, a primeira produção teórica nascida na periferia do Cristianismo a qual apresenta novo modo de fazer teologia a partir dos pobres e contra sua pobreza, profética e com apelo à consciência ética da humanidade. Nascida ao final dos anos 60 do século passado, ela continua atuante na América Latina e em outros continentes. Particularmente pela estrutura e montagem do conteúdo programático da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, tal teologia demonstra ser ainda o alicerce

2.2.2 Novos atores sociais

Ao final da década de 1970 e começo dos anos 1980, no campo das Ciências Sociais e na prática política, entre vários acontecimentos, um fato merece destaque: o aparecimento dos movimentos sociais e conseqüentemente o surgimento de diversos atores sociais. Em todo o mundo ocidental, negros, mulheres, homossexuais, ecologistas, moradores das periferias e das classes médias urbanas começaram a pronunciar suas falas e reivindicações no cenário político.

No Brasil, podemos relacionar o aparecimento dos diversos atores sociais, em seus determinantes políticos, a dois processos inter-relacionados. O primeiro se refere ao fechamento dos canais institucionais da sociedade civil brasileira durante o período da ditadura militar, o que levou alguns setores da sociedade a tentar estabelecer novos espaços políticos para as suas reivindicações, além de demonstrarem descontentamento com a ordem vigente. Destacamos, ainda, o fracasso das propostas de transformação social de caráter totalizante que marcaram a década de 1960, provocando certa desconfiança com relação a

teológico dessa militância cristã. Ela deve ser entendida na esteira das rebeliões jovens que irromperam em muitas partes do mundo em meados dos anos 1960. Tratava-se de criticar as instituições tradicionais, como a família, o Estado burocrático e a cultura dominante, por seu caráter autoritário e centralizador, criando-se uma cultura da liberdade e da criatividade. Simultaneamente, na América Latina, os pobres invadiam a cena política com movimentos organizados dos quais participavam cristãos que traziam em suas reflexões questionamentos diversos: até que ponto o Cristianismo, junto com outros, ajuda a libertar a humanidade, e não é um simples fator de acomodação e legitimação do *status quo*? Em termos teológicos, como anunciar que Deus é bom em um mundo de miseráveis? Para esses cristãos, anunciar Deus, de forma convincente, só seria possível com a transformação deste mundo; e a própria fé no Deus bíblico fornece motivação para tal. Pertinente ainda lembrar o significado do Concílio Vaticano II, que criou um espírito de *aggiornamento* e a mobilização que representavam figuras proféticas, como dom Helder Câmara no Brasil e outros bispos em outras regiões do continente. Eles cedo entenderam que o subdesenvolvimento dos países latinos era outra face do desenvolvimento dos países centrais e que isso representava uma dinâmica de opressão a ser rompida, pois a opressão contrapunha a libertação. Assim, nasceram o termo e sua significação político-religiosa. Quanto ao método, a primeira palavra foi “prática”. No início de tudo, estavam os movimentos sociais ativos. Depois, veio o fenômeno da Igreja da Libertação, expressão pela troca de lugar social de seus agentes: bispos abandonam seus palácios (em Recife, o exemplo de dom Helder Câmara); padres religiosos vão morar nos meios populares; teólogos combinam o trabalho acadêmico com a leitura popular da Bíblia e as várias pastorais sociais, por terra, por teto, pelo negro, pela saúde e outras. Esse ensaio fez nascer novo modelo de Igreja. Utilizando o mesmo método do Vaticano (*Ver*, *Julgar* e *Agir*) o método com algo revolucionário, partiu-se da percepção da realidade em suas várias dimensões: o **Ver**, identificando as questões relevantes que movia o povo; em segundo lugar, se fez o juízo dessa realidade julgando à luz das Escrituras, da teologia e da grande tradição da fé, discernindo-se os momentos de graça e de pecado da realidade realçando-se os pontos que deveriam ser transformados; por fim, o compromisso efetivamente libertador (**Agir**) com a definição das estratégias, a distribuição das tarefas e o trabalho concreto sobre a realidade. Esse método é o mais temido e combatido pelo Vaticano, pois exhibe exatamente o ponto mais fraco de todas as suas intervenções: de serem autoritárias, afastadas da realidade, dedutivistas e meramente doutrinárias, geralmente desgarradas dos processos históricos. Tal método vem desafiar as demais correntes teológicas a não serem meros produtos de consumo interno dos cristãos, mas momentos de reflexão das questões relevantes da humanidade, sob risco, caso contrário, de não escapar da pecha de alienação e cinismo histórico. (Parte do texto de reflexão de um artigo meu apresentado na UFPE, na disciplina Sociologia da Religião. A reflexão foi baseada no livro *A guerra dos deuses*, Michael Lowe e também leituras a respeito da teologia da libertação de vários autores, como Leonardo Boff, Frei Betto entre outros autores que escreveram sobre a Teologia da Libertação, citados nas referências bibliográficas).

essas formas de fazer política, como também levando à formulação de críticas por parte de alguns setores dos movimentos sociais. O segundo processo relaciona-se com a posição do Estado durante o período em questão: ao final da década de 1970, o país vivia sob o signo da “abertura” e o regime militar já não tinha a mesma legitimidade dos tempos do “milagre brasileiro”. Como afirma Fontes,

O regime tolhido pela onda crescente dos movimentos sociais descobre que somente a repressão já não lhe garante a continuidade. Torna-se preciso o uso de instrumentos legitimadores. Decerto, tão somente o discurso ideológico não é suficiente; será necessário abrir espaço aos setores não hegemônicos da sociedade civil que, embora restritos – por conseguinte não suficientes para o deslocamento dos grupos sociais no poder – são bastante significativos. Este é o sentido da chamada abertura política (1986 p. 362).

Assim, observava-se, por parte do Estado autoritário, o reconhecimento da necessidade de abrir alguns espaços de diálogo com a sociedade, como forma de manter os crescentes conflitos sob controle, permitindo a distensão caminhar ‘lenta e gradual’, conforme parece ter acontecido. Não se pode também desconsiderar as transformações ocorridas na própria administração pública: por exemplo, o surgimento de projetos específicos para a resolução de problemas básicos, como saúde, moradia, educação. Como afirma Cardoso, “a formulação dessas políticas e a criação de mecanismos para implementá-las têm efeito indutor de reivindicações” (1984, p. 299).

Considerado um período de grande ebulição social no país, é inegável que os anos 1980 constituíram uma década de participação de diversos atores sociais geradores de muitos frutos, talvez não de ordem material, no sentido de conquistas imediatas, mas instauradores de nova racionalidade no social: a de que o cidadão, o povo, ou qualquer outra denominação equivalente, tem o direito de participar de tudo o que lhe diz respeito, segundo bem comenta Gohen:

este é o grande saldo dos anos 80, particularmente em termos de Brasil. É um saldo de ordem moral, que deverá interferir na cultura política do país no próximo século. Muito mais que conquistas isoladas de bens, equipamentos urbanos, melhorias na qualidade de vida, o grande saldo foi a demarcação de espaços para a voz dos não governantes, em questões que os governantes têm o poder de decidir. O grande saldo foi a construção de uma nova postura da sociedade civil, ainda que restrita a pequenos segmentos. E este saldo continua a existir, a se multiplicar, junto a movimentos sociais que não são predominantes no meio popular, como os movimentos ecológicos (2005, p. 98).

Do ponto de vista econômico, economistas, analistas e historiadores a consideram como uma década de perdas, pois se toma por base a diminuição dos índices de crescimento, a

perda em produtividade agrícola e industrial, a perda em competitividade tecnológica etc. Assim, também, as perdas em qualidade de vida, porque aumentaram os índices de violência, sobretudo a criminalidade cujas vítimas principais foram crianças, adolescentes e líderes rurais; intensificou-se a poluição, doenças diversas e epidemias bem relevantes. Destacaram-se ainda a estagnação do declínio da taxa de analfabetismo e o aumento do desemprego.

Em contraste com as consideradas perdas, a referida década, conforme já mostramos anteriormente, produziu muitos frutos, ganhos, sobretudo, no campo sociopolítico. Vale a pena rememorar a efervescência dos movimentos sociais. A sociedade como um todo aprendeu a organizar-se e a reivindicar. Diferentes grupos sociais se organizaram para protestar contra o regime político vigente, para pedir “Diretas, já!”. Grupos de pressão, estudantes e intelectuais engajados se mobilizaram em função de nova Constituição para o país. A sociedade civil voltava a ter voz depois de longo período de silêncio e de desarticulação política. A nação voltava a manifestar-se por meio das urnas. Foi também o período de diversas categorias profissionais se organizarem em sindicatos e associações, o período das reivindicações dos aumentos salariais.

Do ponto de vista educacional, o leque de demandas educativas esteve articulado às conjunturas políticas a que o país se submetera, talvez como busca de respostas para problemas de ordem estrutural gerados pelo modo de produção capitalista aqui vivenciado. Entre as diversas demandas, destacaram-se a educação para cidadania e a educação popular. A primeira talvez tenha sido a demanda predominante na sociedade brasileira nos anos 1980. Segundo Gohn (2005, p. 63), ela esteve associada à idéia de juridização das relações sociais, em razão de haver tomado como parâmetro aspectos relativos às leis, aos direitos, à construção de nova Constituição, à elaboração de leis orgânicas etc. Já a educação popular foi uma demanda presente em vários movimentos sociais organizados. Sua maior fonte de expressão residia nas organizações não-formais de educação: participação nos clubes de mães da periferia, em lutas e movimentos sociais organizados em torno das reivindicações por moradia, serviços públicos etc. As respostas a tal demanda educacional foram organizadas, em sua maioria, por instituições, como igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, grupos de assessoria provenientes de organizações não-governamentais e universidades etc. A esse respeito, Gohn faz a seguinte afirmação:

No Brasil dos anos 80, os movimentos sociais, particularmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos que a sociedade civil obteve. Eles reorientaram as relações sociais tecnocráticas e autoritárias para formas menos coercitivas. Fizeram-se reconhecer na arena

política como interlocutores válidos e necessários, particularmente na transição operada através de processos constitucionais (2005 p. 52-53).

Fazendo uma construção coletiva, os cursistas da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, ao reconstruir os ventos cronologicamente, com ênfase na educação popular, rememoraram esse período, destacando o seguinte. De 1978 a 1983, explicitam-se as diferenças de concepções sobre as formas de luta; deu-se ênfase na organização de base em função da organização de massa; a luta pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização se tornou eixo articulador de mobilizações das organizações populares; observava-se forte relação entre movimento sindical e movimento popular; houve ascensão na mobilização e organização dos movimentos sociais e populares – a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) representa grande saldo dessa ascensão –; nasceu novo sindicalismo, diferente daquele anterior a 1964; surgiu significativo número de organizações de base; intensificou-se o caráter classista e a forte relação direções-base; acentuaram-se as mobilizações de massa; observava-se forte relação movimento sindical e movimento popular (Anampos); lutou-se contra a estrutura sindical vigente. Em relação às atividades realizadas por esses grupos e movimentos, sobressaíam as ações de base e solidárias, as passeatas, as mobilizações de massa, os protestos, as greves, os encontros e congressos nacionais, os debates e seminários, as publicação de jornais, boletins e panfletos. De 1984 a 1989, ganharam força os novos atores sociais que haviam acumulado saldo organizativo no período anterior. Eis os resultados mais expressivos: significativa contribuição no processo de redemocratização, conquistas de novos direitos constitucionais, articulação e formulação de um projeto político democrático-popular. Considere-se, ainda, que o processo recessivo aumentaria o número de desempregados, o que contribuiu para diversificar os movimentos sociais. Iniciaram-se outros resultados: a estruturação e o processo de unificação de movimentos populares em busca de respostas a demandas específicas do campo e da cidade (construção da CMP); começavam a surgir divergências de concepção entre o movimento popular e o sindical; a CUT consolidou sua estruturação e assumiu características de progressiva centralização, o que provocou perda da base sindical e diminuição de sua participação no interior do próprio movimento; o movimento sindical não conseguia dar conta das lutas e da diversificação das organizações populares (fim do monopólio de representação); cresceu a expressão regional e nacional de vários movimentos; estruturaram-se e multiplicaram-se os centros de apoio, as assessorias e a formação para os movimentos populares. Entre os tipos de atividades realizadas no período destacaram-se: assembleias, reuniões, intercâmbios de experiências, campanhas de abaixo-assinados, generalização de

greves de categorias e greves gerais, encontros e congressos nacionais e estaduais, eleições, encontros de formação para lideranças e educadores.

Portanto, podemos dizer, essa década, tão efervescente para os novos atores sociais, aliás, para toda sociedade civil, sem dúvida, merece destaque pelo grande instrumento consagrador de tais mudanças: a Constituição de 1988, fruto de lutas e *lobbies*, de diferentes tendências e setores organizados da sociedade civil e política.

A Lei Magna e seus instrumentos derivados (de âmbito estadual e municipal e leis complementares etc) geraram e demarcaram esses novos espaços e novas formas do agir dos grupos organizados. Assim, podemos perceber, diante de tal diversidade, a existência de um denominador comum: a cultura política. Portanto, o fato de grupos se terem mobilizado e organizado foi considerado, por si, uma virtude portadora de poderes transformadores. Todavia, do ponto de vista político, a década de 1980 retratou o acúmulo de forças sociais represadas até então que passaram a se manifestar. Como afirma Sader,

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressavam tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política (1988, p. 313).

Quanto à Igreja Católica, foi um período relevante na formação dos leigos e na renovação da formação dos padres – conotações muito dinâmicas e originais por meio das novas expressões de organizações eclesiais que brotavam da renovação conciliar. De acordo com Roberto Saraiva, um dos coordenadores da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, o Regional Nordeste 2 exerceu um papel muito importante na formação dos seus leigos e leigas, irmãos, irmãs, sacerdotes e bispos que intervieram nessa sociedade:

Então, tinha-se escolas de fé e política, círculos bíblicos, formação de seminaristas junto com leigos e leigas. Tinha-se o incentivo muito grande do episcopado nordestino. Naquele período, final da década de 70, começo da década de 80, você poderia elencar um episcopado extremamente progressista, extremamente voltado para essa dimensão social e com grande mística. Se tinha a centralidade em dom Hélder Câmara; dom Marcelo Pinto Carvalheira; dom José Maria Pires; dom Francisco Austragésilo; dom Miguel Câmara; Dom Otávio Aguiar; Dom Epaminondas; Dom Geraldo Pontes, Dom Lamartine; dom Luiz; dom Jayme, entre outros. Como também não podemos esquecer de dom Paulo Evaristo Arns; dom Pedro Casaldáliga; dom Luciano Mendes, que, mesmo sendo de outros regionais, sempre foram referências aqui no Regional NE 2. Então, tivemos uma Igreja voltada para a aplicação das diretrizes do Concílio Vaticano II, uma

Igreja ainda muito pós-concílio. É nessa efervescência que o laicato se joga dentro dos movimentos sociais. É aí que vai se encontrar uma série de pastorais nas universidades. Vieram os movimentos: Movimento Cristão Operário, hoje o MTC (Movimento de Trabalhadores Cristãos); veio a intervenção de tais pastorais no meio operário. Você está no processo de saída da ditadura. Vem a história dos martírios, que, no Nordeste, você encontra a história muito antiga, porém muito recente do Pe. Henrique. Dentro desse círculo de formação, evidentemente houve equívocos e erros da ação social, mas, como se diz, a Igreja é santa e pecadora, pecadora porque é formada por homens e mulheres, então não podemos esperar a sua perfeição, mas é santa, porque ela é norteada pela divindade, que é Deus e Jesus Cristo.³³

Ernanne Pinheiro (*In*: Instituto Nacional de Pastoral, 2002, p. 259), fazendo um balanço do período em relação à militância cristã, diz que as comunidades eclesiais de base (CEB) ganharam espaço não só pela eclesiologia globalizante – como comunidades eclesiais – mas também pela relação da fé com a vida que elas incrementavam, o que levou muitos cristãos leigos a um compromisso maior, inclusive político, diante dos desafios prementes do Nordeste. As CEB sofreram muita influência no novo contexto eclesial do pós-concílio; substituíram ou deram continuidade, na prática eclesial, ao papel pioneiro da Ação Católica Especializada. Na arquidiocese de Olinda e Recife, com feição específica, foram chamadas Movimento de Evangelização “Encontro de Irmãos”.

Além delas, convém lembrar, com as mesmas características eclesiológicas, as pastorais sociais cujo objetivo era atingir, de forma específica, os campos mais conflituosos de missão (terra, mulher marginalizada, pescadores, jovens do meio popular...). Essa renovação foi compartilhada com outras expressões de Igreja, de modo especial, com a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC), continuada entre adultos. Formavam a ACO os operários cristãos para a missão no mundo do trabalho. Ela exerceu grande influência, ao final da década de 1960, na ação e na reflexão, mas com a elaboração de documentos proféticos, como “Nordeste, desenvolvimento sem justiça”; “Nordeste, o homem proibido”. Ao lado da ACO, merece também destaque a atuação missionária da ACR (Ação dos Cristãos no Meio Rural) em razão da relevante liderança do sacerdote francês Pe. José Servar.

Nessa efervescência, surgiam e reapareciam os novos atores sociais e os novos militantes cristãos. A cultura política gerada no desenvolvimento das ações dos movimentos populares ao longo dos anos 1970-1980 tinha três fontes básicas de inspiração segundo bem discorre Gonhn (2005, p. 106): participação, igualitarismo e organização/direção. A primeira desenvolveu-se mais no interior dos movimentos populares, entre as bases e as lideranças

³³ Entrevista concedida no dia 18 de julho de 2007, na sede da CNBB.

politizadas, mas não necessariamente partidarizadas; fundava-se no princípio da autonomia das ações e no desejo da autodeterminação daqueles grupos até então excluídos de qualquer possibilidade de acesso a bens materiais ou de visibilidade de suas próprias existências como seres humanos que lutam para serem sujeitos da própria história, e não meros objetos de políticas e políticos demagogos. A segunda, igualitarismo, partindo da existência real de contingentes expressivos da população pobre e marginalizada e da situação cotidiana, permitiu elaborar princípios de ações no desenrolar dessas e nas metas a serem atingidas. A matriz básica geradora de tais princípios foi a Igreja Católica, ala da Teologia da Libertação. A terceira fonte de inspiração, organização/direção, foi formulada pelos assessores e lideranças articulados aos grupos e tendências partidárias e sindicais, em particular, ao PT (Partido dos Trabalhadores) e à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Aqui o movimento social foi valorizado como elo fundamental de ligação entre o povo e o poder. Entretanto, como a atuação nas estruturas de poder público/estatal vigentes compete aos partidos políticos, a estes atribui-se o papel fundamental de elaborar e implementar as políticas públicas e os projetos sociais para a sociedade, portanto, também para os movimentos, aos quais compete organizar a população.

Como nem tudo são flores, saiu a década de 1980 e entrou a década de 1990 com poucas perspectivas no campo social, eclesial e político. É muito comum ainda hoje se ouvir falar que os movimentos sociais estão em crise; os militantes também estão nela inseridos; há certa apatia de grupos sociais até então organizados; a descrença e a desmobilização predominam; que, enfim, a era da luta pela participação, mobilização, organização acabou. A nova era seria a do individualismo; o coletivo, como solução para os problemas da sociedade, estaria em descrédito.

Gohn (2005, p. 101-102) analisa alguns pontos que podem ter levado os movimentos sociais a tal crise, para ela, decorrente do acirramento de um processo instaurado ao final dos anos 1980, fruto de problemas que os movimentos já carregavam em seu bojo: crise econômica do país, o desemprego, as políticas neoliberais, a queda do Leste europeu, a crise das utopias, a descrença na política e na ação do Estado etc.

De acordo com sua análise, todos esses fatores têm relevância no cenário da crise, porém a própria compreensão disso passa, necessariamente, pela análise de alguns fatores internos aos movimentos, como, por exemplo: a) ao longo da aludida década, os movimentos populares não desenvolveram projetos políticos próprios, independentes e autônomos; b) a maioria deles dependia de assessorias externas, e muitas vezes era conduzida por projetos de outras instituições, principalmente, de alguns partidos políticos e de certas alas

da Igreja Católica; c) o compromisso das lideranças estava, na maior porcentagem dos casos, mais afinado com determinadas tendências político-partidárias ou religiosas que davam o tom nas ações dos movimentos;

Ainda segundo análise de Gohn (2005, p. 105), até 1988, os movimentos construíram a imagem externa de que representavam grande força política. Em várias regiões do país, articularam-se às frentes de oposição, ao *status quo* vigente; criticavam e denunciavam a não-prioridade da gestão pública para os setores sociais carentes; formulavam demandas e, em vários casos, apresentavam outras soluções para os problemas; resistiam às pressões para se desmobilizarem. Após o processo da Constituinte, a maioria desmobilizou-se. Algumas lideranças passaram a lutar mais nas fileiras do partido por cargos nas administrações públicas (nos locais onde se instalaram administrações populares) ou por indicações para concorrerem a cargos eletivos.

No campo religioso, em razão das pressões de Roma sobre o clero latino-americano, a ala progressista da Igreja Católica retrocedeu. A evangelização retomou progressivamente o lugar da política nas comunidades e movimentos de bairro.

No Regional Nordeste 2, o Instituto de Teologia do Recife (ITER) – que integrava, na nova maneira de preparação dos seminaristas diocesanos, futuros sacerdotes e era aberto às congregações religiosas e aos leigos, buscando nova “metodologia teológica” em consonância com as orientações do Concílio Vaticano II e com a reflexão teológica realizada na América Latina – foi fechado em 1989, por ordem da Santa Sé. Justificativa: abolição daquela nova forma de formação sacerdotal. Fechado também, na mesma época, o Seminário Regional do Nordeste.³⁴ De acordo com Ernanne (*In*: Instituto Nacional de Pastoral), o fechamento das duas entidades educacionais, além de haver causado muita tristeza e desarticulação da militância cristã, refletiu o refluxo da aplicação do Concílio Vaticano.

Os militantes cristãos da Escola Pe. Humberto Plummen, numa construção coletiva, também refizeram o caminho percorrido na década de 1990 e apontaram algumas mudanças que talvez tenham sido fatores que contribuíram para a crise da referida década: a exclusão social e a luta pela sobrevivência aumentaram e passaram a fazer parte do debate dos

³⁴ Segundo Ernanne, nesse mesmo período, surgiu nova experiência de formação teológico-missionária, chamada Teologia da Enxada, que tinha como perspectiva o estudo de teologia baseado no povo, em equipes no meio dele, valorizando-lhe a cultura e a religiosidade, trabalhando como o povo. Tal experiência recebeu, depois, institucionalização maior denominada de Departamento de Pesquisa e Assessoria (DEPA). Alguns bispos do Nordeste ordenaram presbíteros alguns dos jovens que receberam aí, parcial ou totalmente, a formação sacerdotal. Para saber mais sobre a Teologia da Enxada, ler Comblin, José (org.). Teologia da Enxada: Uma experiência da Igreja do Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1977. Sobre o DEPA: Experiências de capacitação teológica a partir do povo: a teologia da enxada e o departamento de pesquisa e assessoria. CABRAL, Newton Darwin de Andrade, *In* História das religiões no Brasil. Vol. 2. Editora Universitária UFPE, 2002. p. 493 – 537.

diversos movimentos; a crise de paradigmas – o referencial de classe perdeu a centralidade e cresceu a busca de abordagem com outras ênfases (gênero, ecologia, cultura, ética e vida cotidiana, subjetividade/identidade) –; a mudança de relação dos movimentos com o Estado apontava novas questões em relação à participação dos movimentos em canais institucionais; intervenção nas políticas públicas; ação direta *versus* representação; ganhavam força novas formas de organizações e temáticas ligadas aos movimentos populares – juventude, mulheres, sem terra, seringueiros atingidos por barragens, negros, índios, grupos de luta por moradia, transporte e saúde –; multiplicaram-se movimentos, fóruns, redes e outras formas de articulação; era visível a ausência de mobilizações de massa, lutas fragmentadas, construção de amplo campo democrático popular; verificou-se alastramento de “crise de militância” decorrente da queda do socialismo real e da quebra dos paradigmas ideológico-políticos tradicionais; a CUT era cobrada pela sociedade por ação mais propositiva; apesar das tentativas de greves gerais, prevaleceram lutas para assegurar as conquistas ameaçadas pela reforma constitucional; cresceu o grau de burocratização da CUT, dificultando a democracia interna e a agilização de sua relação com outros movimentos; o “processo de flexibilização” na relação capital-trabalho começava a exigir mudanças nas formas de luta e nas pautas de reivindicações do movimento sindical; observou-se o surgimento e consolidação de estruturas de formação sindical. Das atividades realizadas nessa década, foram destacadas pelos cursistas: articulação de fóruns e redes; formulações de propostas; encontros; programas de rádio e TV; caravanas; congressos e seminários nacionais (Contag, Concut, MST, MMTR e da CUT, moradia popular, direitos humanos, mulheres, negros...).

Dessa década até hoje, os cursistas da Escola Pe. Humberto Plummén destacam os seguintes pontos: ênfase na negociação de direitos existentes; crescimento da participação dos movimentos em canais institucionais (conselhos paritários, câmaras setoriais, fóruns...); diminuição do protagonismo sindical e aumento da quebra do monopólio de representação sindical, mesmo ainda não reconhecida por muitos sindicatos: dificuldades para construir a “unidade na diversidade”; esforços por relação mais estreita entre CUT e CONTAG tentam dar respostas à crise do sindicalismo rural e à busca pela construção de um desenvolvimento alternativo para o campo; luta dos sem terra multiplica as ocupações e recoloca, depois de 10 anos, a questão da reforma agrária na agenda política do país; ampliação dos espaços de capacitação para educadores e lideranças dos movimentos populares no Nordeste. Entre os tipos de ações desenvolvidas na década atual, vêm-se: marchas pela reforma agrária; caravanas; ocupações de terra; seminários; formulações de propostas; encontros e congressos nacionais; fóruns e redes; plenárias; consulta popular; greves.

Retornando ao passado, Gohn (2005, p. 54) afirma que os anos 1960 foram de sonhos e utopias em torno de propostas para se construir uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. A década subsequente assistiu a lutas e resistências coletivas em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente. Já os anos 1980 foram marcados pelas negociações, alianças, pactos; construções de estratégias num longo processo de transição que, esperava-se, caminhasse na direção das idéias dos anos 1960 sufocadas e arduamente defendidas nos anos 1970.

Em síntese, em relação à década de 1990, por efeito das transformações em curso no capitalismo mundial, da derrocada do socialismo real e do encaminhamento eclesial neoconservador, fala-se muito em refluxo, em retrocesso, em retirada dos sujeitos e organizações com visões e práticas progressistas e até no desaparecimento da Teologia da Libertação. Considera-se ainda, quanto ao quadro religioso na sociedade, o surgimento de nova dinâmica: crescimento de igrejas evangélicas Pentecostais e Neopentecostais (e sua atuação na política); o avanço de seitas e cultos orientais e de outra natureza.

Em relação à Igreja Católica, perda de plausibilidade: saída de fiéis para outras denominações religiosas; pouco impacto nos meios de comunicação social, mas, em contrapartida, a revitalização de algumas dioceses e movimentos. De outra parte, há sinais evidentes de que os sujeitos constituintes da Igreja popular, autodenominados militantes cristãos, se revisaram, reorientaram-se, descobriram novos caminhos e atividades e permanecem ativos. É o que se pode confirmar com a atuação dos militantes cristãos na Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummén.

2.3 A Igreja no Brasil e a Escola de Formação Fé e Política Pe. Humberto Plummén

A Igreja Católica brasileira procurou sempre percorrer o caminho traçado pela Igreja Romana, buscando consonância com seu magistério. Porém é inegável seu destaque em relação às posições ousadas constatadas em documentos e pronunciamentos. O episcopado brasileiro, representado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), órgão criado, em 1952, pela ala progressista, vem, desde essa época, assumindo papel relevante nos campos social e político, diante de denúncias, reflexões da situação sociopolítico-brasileira, apoio aos diversos movimentos e pastorais sociais, desenvolvendo, assim, militância cristã. Demonstração disso evidencia-se desde a década de 1950, em função do processo da

industrialização, do aumento das desigualdades sociais e do exorbitante crescimento da pobreza.³⁵

Nas décadas de 60-70, do século passado, com os golpes militares (Brasil 1964; Argentina 1966; Uruguai 1971; Chile 1973; Argentina, outra vez, 1976, e assim por diante), a ala conservadora da Igreja apoiava os militares.³⁶ Todavia, setores significativos (bispos, padres, ordens religiosas), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, comunidades eclesiais de base) e várias organizações populares criadas por ativistas das CEB (clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores) enfrentaram a ditadura militar. Foi a Igreja, por intermédio da pessoa de dom Hélder Câmara, na luta pelos direitos humanos, que levou ao mundo a denúncia das torturas e barbaridades cometidas no Brasil.

Durante a década de 70, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o adversário principal do Estado autoritário. Um inimigo muito mais poderoso e radical, que a oposição parlamentar tolerada e domesticada, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Vários movimentos sociais, em defesa dos direitos humanos ou de sindicatos de trabalhadores ou camponeses, encontraram abrigo sob o guarda-sol protetor da Igreja. Através da voz dos bispos, a Igreja criticava de uma maneira cada vez mais direta e explícita as violações de direitos humanos e a ausência de democracia. Denunciava também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, sem programa de “modernização” em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres (LOWY, 2000, p. 144).

A combinação desses eventos assinalou novo capítulo na história latino-americana, um período de lutas sociais, movimentos comunitários e insurreições que continuaram, em formas diferentes, até os dias atuais.

³⁵ Conforme Michael Lowy (2000), ao final da década de 1950, era possível perceber a emergência de uma série de mudanças na Igreja, uma série de correntes entre os bispos e o clero. Dessas, três eram visivelmente importantes: os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas, todos compartilhavam a mesma aversão pelo “comunismo ateísta”. Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, era a personalidade mais progressista que representava o melhor da “teologia do desenvolvimento” e questionava a trágica pobreza do povo nordestino.

³⁶ Ribeiro (1999, p. 71-72) faz uma classificação dos tipos de Igreja apresentada no caminhar da Igreja Católica: a) Igreja Conservadora está ligada à classe hegemônica e mantém bom relacionamento com o Estado. Ela aceita ser a legitimação do Estado como aparelho para manter o *status quo*, está a serviço da classe dominante e é ritualista, dogmática, moralista, subjetivista, intimista, integrista; b) Igreja Democrata Cristã é a Igreja *aggiornamento*, da renovação, que se diz ‘pastoral’: fechada em si mesma, com base em si mesma e pra si mesma. Em relação às classes sociais, é de classe média, com ideologia burguesa voltada para ascensão social, mas se sente insegura diante do poder da classe hegemônica; c) Igreja socialmente engajada: há mudança na vida social que começou a ocorrer na América Latina com Medellín (opção pelos pobres, movimentos populares e CEB). É o fim do regime de Cristandade (aliança perfeita e harmônica entre a Igreja e as mediações sociais da classe hegemônica e do Estado); d) por fim, a Igreja popular, nome que procura precisar mais o que entendemos por Igreja dos pobres, que nasce do povo pela força do Espírito (Puebla 263). É uma resposta de fé que nasce nas classes populares como compromisso com o Senhor Jesus e a vinda do seu reino.

A Igreja brasileira é a única no continente latino-americano sobre o qual a Teologia da Libertação e seus seguidores de pastorais conseguiram exercer influência decisiva proveniente do Concílio Vaticano II e, mais especificamente, da Conferência de Medellín, com boa participação do episcopado e do clero brasileiro. A Igreja retomou ânimo e forças para consolidar sua caminhada nesse campo social e político, tendo como base sua missão profética.

Outrossim, apesar da frente à contra-ofensiva conservadora do Vaticano na América Latina, como processo universal de “restauração” na Igreja Católica, que conduz à centralização cada vez mais autoritária do poder, à exclusão de dissidentes e à ênfase doutrinal na tradição – como recentemente (maio, 2007), na visita do Papa Bento XVI ao Brasil, em seus pronunciamentos, sobretudo na área de moralidade sexual, divórcio, preservativos, abortos e na forma de referir-se à Teologia da Libertação (“cachorro morto”), além das remoções de bispos progressistas e nomeação de bispos conservadores iniciadas pelo Papa João Paulo II –, isso vem gerando uma situação cada vez mais difícil para a ação dos cristãos libertários, no interior da própria Igreja.

No entanto, mesmo com todas essas nuances, a Igreja brasileira demonstra preocupação nos campos social e político. Assim, a CNBB tem sempre divulgado documentos e feito pronunciamentos sobre as condições políticas brasileiras. Na década de 1990, lançou diversos documentos sobre essa temática nos quais manifesta preocupação com os escândalos e com a crise política que já assolava no Brasil. Nesse sentido, vem convocando os cristãos à participação mais efetiva no campo político. Entre os diversos documentos, destacam-se: a) ***Exigências Cristãs de uma Ordem Política*** :

A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples espectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema (1977, p. 58).

b) ***Por uma nova ordem constitucional:***

Compete aos leigos assumir, como tarefa própria, a instauração da ordem temporal, e nela agir de modo direto e concreto guiados pela luz do Evangelho. A autêntica espiritualidade do leigo envolve o propósito de construir a cidade dos homens segundo a dignidade essencial e inalienável da pessoa humana e integrar o compromisso sócio-político como expressão da caridade, como amor a Deus e ao próximo (1986, p. 68).

(c) Igreja, comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura:

A razão mais profunda da atitude da Igreja frente à política decorre da consciência evangélica de sua missão. Cabe-lhe iluminar o horizonte da política pela verdade sobre o homem que ela professa. Do ponto de vista ético ou dos valores, a política é o conjunto de ações pelas quais os homens buscam uma forma de convivência entre indivíduos, grupos, nações que ofereçam condições para o bem comum. Do ponto de vista dos meios ou da organização, a política é o exercício do poder e a luta para conquistá-lo. Enquanto abrange, de certo modo, toda a sociedade e procura regular toda a vida social, a política se torna também expressão de uma concepção do homem e de projetos globais, e suscita tanto os mais nobres ideais quanto paixões e egoísmo (1988, p. 80-87).

Constata-se nesses documentos profunda sintonia e fidelidade com o Concílio Vaticano II e com a Conferência de Medellín quanto ao apelo do compromisso do cristão com a vida política e a luta pelo bem comum.

Em 2005, período de eleições no Brasil, a CNBB, justificando tal preocupação, trouxe à sociedade brasileira um dos pronunciamentos mais fortes em relação à crise política do Brasil, quando se colocou na posição de uma Igreja combativa. Sob o título “A verdade vos libertará”, assinado pelo então presidente da instituição, Cardeal Geraldo Majella Agnelo, o documento deixou clara a intenção de a Igreja participar do processo de conscientização da população:

A nossa Pátria vive momentos de grande sofrimento. As instituições políticas do país estão sendo duramente atingidas. Reiteradas denúncias de corrupção perpassam vários níveis do poder público. Cresce a indignação ética que nasce da consciência da violação de valores fundamentais da nossa sociedade. A democracia não subsiste à corrupção. O povo brasileiro precisa recuperar a esperança pela apuração da verdade dos fatos, pela restituição dos bens públicos subtraídos numa colaboração eficaz para a real purificação de nossas instituições. O dia 07 de setembro já faz parte da nossa cultura como apelo a sermos sujeitos da nossa história, completando a nossa independência e a nossa soberania.³⁷ A mãe pátria espera de todos nós decisões corajosas para uma renovada face da nossa democracia. No mundo que caminha, cada vez mais, para um pensamento único³⁸, somos chamados, pessoas e comunidades brasileiras, à co-responsabilidade pela construção de uma nação com identidade própria, valorizando as riquezas de nossas origens culturais. A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política. Instaurada pela revelação de práticas ilegais, ela reflete um

³⁷ Há aqui referência ao Grito dos Excluídos, evento surgido nos anos 1990, na militância cristã. Trata-se de uma passeata que ocorre anualmente, paralelo ao desfile militar no dia 7 de setembro (data em que o país celebra sua independência), em diversas localidades brasileiras, trazendo à sociedade reflexões sobre temáticas de lutas atuais, como diz a própria declaração da Igreja, “um apelo a sermos sujeitos da nossa história, completando a nossa independência e a nossa soberania”. Participam do evento diversas entidades, organizações, movimentos e pastorais sociais, sindicatos, movimentos estudantis, grupos culturais, facções de partidos políticos e todos aqueles que acreditam que ainda “um outro Brasil é possível”.

³⁸ Pensamento único é referência ao sistema Neoliberalismo.

mal antigo de natureza política, do qual os desvios éticos são sintomas significativos. A cultura da corrupção, alimentada por corporativismos históricos, tem utilizado as estruturas de poder para o benefício próprio, substituindo o debate de idéias por projetos de poder. Por isso, a crise que nos invade está desafiando o país para um novo projeto de sociedade que contemple as reais necessidades da população, sobretudo dos mais empobrecidos, nestes tempos de profundas transformações. As grandes mudanças das últimas décadas, como a terceira revolução industrial e a ampliação crescente da globalização, estão tendo sérias repercussões políticas e econômicas, concentrando rendas e diminuindo as possibilidades de trabalho. Assistimos o enfraquecimento do Estado nação e a transformação das relações entre capital e trabalho. Um clamor específico está emergindo em meio a esta crise: uma radical reforma do atual sistema político. Não podemos deixar passar este momento sem realizar uma profunda reforma política. Precisamos assegurar a fidelidade partidária, aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer a democracia participativa e deliberativa. O projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, para a regulamentação do art. 14 da Constituição Federal,³⁹ nos oferece esta possibilidade de participação por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão. Mais do que nunca precisamos valorizar a lei 9.840,⁴⁰ assegurando sua aplicação, rápida e severa, possibilitando a lisura das campanhas eleitorais contra a corrupção eleitoral. A experiência de participação popular na política, por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, e partidos políticos, é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro; não pode ser perdida pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo. Queremos, nesse sentido, estimular os cristãos que, em nome da sua fé, se engajarem no mundo da política, dizendo-lhes que vale a pena se doar por uma causa que nos ultrapassa: a política pode ser uma forma de exercício de um amor maior. O povo brasileiro já deu, ao longo de sua história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. A atual crise política poderá se tornar uma ocasião de amadurecimento das instituições democráticas do país, de comprometimento maior com a verdade que nos liberta e de luta por um Brasil justo, solidário e livre, onde “justiça e paz se abraçarão”. Confiamos nas suas convicções ética e cristãs, capazes de sempre se reanimar e se levantar com mais coragem e esperança. Está em nossas mãos a mudança do Brasil. Deus nos proteja.⁴¹

A crise política brasileira, que ainda é atual, está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças suscitadas nos últimos anos. Torna-se, portanto, como já afirmava a CNBB em seu pronunciamento em 2005, indispensável renovar a convicção de que a política é uma forma sublime de praticar a

³⁹ Constituição Federal, capítulo IV – dos Direitos Políticos. Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: (ECR nº 4/94 e EC nº 16/97) I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular.

⁴⁰ Projeto de lei de iniciativa popular contra a corrupção eleitoral, promulgado em 1999 pelo Congresso Nacional. Esse projeto de lei teve a participação de 1.039.175 assinaturas. A coleta de assinaturas foi feita com a colaboração de várias entidades e organizações, como o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, as dioceses e paróquias, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, o Movimento dos Sem Terra, a mídia em geral, entre outras. O referido projeto é a Lei 9840 e começou a ser aplicada nas eleições do ano 2000.

⁴¹ O pronunciamento completo pode ser encontrado no Site da CNBB: www.cnbb.org.br

caridade, quando colocada ao serviço da justiça e do bem comum. Essa representação social na Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen discorre na fala de um entrevistado:

Meu sentimento diante do momento político brasileiro é estranho, porque a impressão que a gente tem é que caminha pra trás ou a passo de tartarugas. Eu meço muito pela voz das comunidades: a gente participa, às vezes, de encontros com os sem terra e aí eles dizem: “Para o movimento dos sem terra, para os camponeses, a atual política é ruim, é pior do que a anterior”. Os indígenas dizem a mesma coisa; os pescadores, o movimento das mulheres, os migrantes, todos dizem a mesma coisa. Temos aí o aumento da violência, aumento do trabalho escravo, sem olhar os números da macro economia, que pode ser positivo, porque os números não podem agradar a todo mundo. Mas, a partir das comunidades, a partir da miserabilidade do povo, do aumento da violência, de situações estranhas, como é, por exemplo, em pleno século XXI, no avanço da tecnologia, a gente ter que conviver ainda com trabalho escravo degradante. O sentimento em relação ao momento político se torna, portanto, estranho; a gente fica meio sem chão querendo compreender melhor, mas sabendo que o poder, essa política que anda aí com o “p” minúsculo, ela continua respondendo a interesses de grupos, interesses pessoais, de grupos locais, nacionais, internacionais; quem ganha são as multinacionais. Nunca se viu as grandes empresas lucrarem tanto quanto nos últimos anos. Claro, você tem alguns ganhos pontuais, a grande população, os trabalhadores, mas, se você olhar o todo, quem mais tem ganhado são as multinacionais, as grandes empresas, o agro-negócio. E o povo tá aí entregue à própria sorte (E.15.f).

Embora não se coloquem contra ou a favor do governo ou do parlamento, atualmente os bispos enfatizam que as denúncias de corrupção, o uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos continuam provocando “indignação ética”. Ressaltam, ainda, em seus discursos atuais, que os fatos denunciados vêm acontecendo de longa data, mas só nos últimos tempos emergiram de forma escandalosa.

A CNBB insiste em que o momento atual seja aproveitado para se realizar a profunda reforma política já sugerida em tempos anteriores. Ela continua condenando a atual política econômica e recrimina a hipocrisia. Diante de tal cenário, os cristãos se sentem estimulados, em nome da sua fé, a permanecer engajados no mundo da política, dizendo que vale a pena se doar por uma causa que os ultrapassa? A política nos dias atuais pode ser ainda para os cristãos uma forma de exercício de amor maior? Em entrevista, um dos militantes mencionados da escola é enfático:

A questão de dever e de poder é sempre uma relação esquisita. O cristão deveria está comprometido politicamente, sempre resguardado naquela política de “p” maiúsculo, não meramente partidário, não só nos partidos, mas exercendo a sua atuação política nas esferas da sociedade, sociedade

organizada: nos conselhos, nas associações, cooperativas, movimentos, pastorais. E como animal político, como ser em relação, ele não pode viver isolado, nenhuma pessoa é uma ilha; ainda mais por professar a fé num Deus da história, num Deus que quer um mundo melhor para seus filhos e filhas; portanto, o cristão está comprometido na construção desse mundo possível. Da mesma forma, a Igreja, como instituição em si, ela deve estar inserida no campo político, não nesta política partidária, mas, como instituição que vive na sociedade brasileira, que tem um respaldo pela história, pelo compromisso, que quer um mundo melhor para seus filhos e filhas, ela deve atuar politicamente, sim, mas extrapolando a questão dos partidos, a questão das eleições; deve exercer controle social, deve criar mecanismos como a gente fez, para formação dos seus agentes, de seus militantes; deve orientar os seus fiéis para que tenham uma atuação qualificada na sociedade. Acho que um papel, sim, da Igreja não se eximir de sua responsabilidade, que é continuar a obra criadora de Deus, melhorando cada vez mais o mundo (E.15. e).

Nesse contexto, torna-se pertinente rever, a partir de outras falas dos beneficiários da Escola Pe. Humberto Plummen, se o que pensam da relação fé e política fortalece ou não a perspectiva de superação da crise política brasileira, individual ou coletivamente. Ainda se concebe a política como forma sublime de praticar a caridade colocada ao serviço da justiça e do bem comum?

Em discurso na abertura do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, em Brasília (2006), dom Mauro Montagnoli, bispo de Ilhéus (BA), em nome da CNBB, reafirmou o compromisso da Igreja brasileira em inserir na formação dos cristãos o aspecto político:

Presenciamos hoje, o enfraquecimento da política diante do poder econômico, que pretende impor suas decisões à sociedade e substituir as instâncias políticas, com o grave risco de esvaziamento da democracia. Para a construção da sociedade justa e solidária, é indispensável a participação política dos cristãos leigos. Em vista dessa realidade, a CNBB se compromete a contribuir nesse processo através de cursos de formação. A educação dos católicos à solidariedade e ao engajamento social pode ser adquirida através de formação na ação, segundo já experiências concretas ou outras a criar. Por exemplo: constituição ou apoio a grupos e escolas de “fé e política”; iniciativas de formação social e política, particularmente dos jovens.⁴²

Um novo Brasil, fruto da justiça social, tem, na garantia da vida e da dignidade dos homens e mulheres, seu fundamento e constrói-se, sobretudo, com participação política, o que justifica, segundo o projeto da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, o envolvimento

⁴² Pronunciamento retirado de uma reflexão sobre Relação Fé e Política, numa homilia da missa de abertura do Curso de Formação Política para cristãos leigos, por Dom Mauro Montagnoli, bispo diocesano de Ilhéus (BA), também presidente da Comissão para Laicato da CNBB e presidente do CEFEP (Centro Nacional Fé e Política ‘Dom Helder Câmara’). A homilia na íntegra está no livro de J.E. Pinheiro (org). Resgatar a dignidade da política, Paulinas, 2006.

da Igreja Católica não só no campo da formação teológica mas também no campo político, no sentido de ela ajudar suas lideranças a exercerem a cidadania.

Na concepção da mencionada escola, educar para a cidadania e para a paz é tarefa e responsabilidade de todos, particularmente das igrejas cristãs, portadoras do Evangelho de Jesus, que é Boa Notícia para o mundo, em particular para os pobres (cf. Projeto Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, 2003). Por isso contribuir para a educação de pessoas capazes de superar todas as formas de injustiça e despertar-lhe o espírito da solidariedade e a conquista da cidadania – condições básicas para a construção de estrutura de paz – é compromisso cristão. Tal esforço permanente alimenta o sonho e a fé de que é possível uma sociedade capaz de, por um lado, superar a miséria e a fome e, por outro, conviver com os conflitos inevitáveis entre seres humanos livres. Mas o que pensam os beneficiários da escola sobre isso?

Cativar as pessoas para semelhante proposta de fé – herdada do fundador da religião cristã, que afirmam ser Jesus de Nazaré – e fazer do valor da vida de cada um e de todos referência para as decisões políticas parece constituir um trabalho de educação para a paz e para a cidadania assumido pela Igreja Católica em âmbito nacional, por intermédio do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, e, em âmbito Regional Nordeste 2 (Reg. NE 2), pelo Setor Pastoral Social, por meio da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, que atua junto às dioceses desde 2004, contando com a participação de cursistas provenientes das pastorais, movimentos populares e sociais. O Setor Pastoral Social (SPS), da CNBB, Reg. NE 2, está articulado nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte com as diversas pastorais sociais e movimentos populares ligados às suas respectivas dioceses; e a Escola Fé e Política também se insere nesse contexto (CNBB - Diagnóstico da formação no Reg. NE 2: Escola Fé e Política, 2003).

A Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm, diante do atual contexto da Igreja Católica, em análise e diagnóstico realizado pelo Setor Pastoral Social no Reg. NE2, reconhece e evidencia a ausência de experiências que articulem, de modo equilibrado, as dimensões da fé e da política. Na verdade, há certa dicotomia entre as duas dimensões, o que, de certo modo, aponta para a necessidade de proposta pedagógica capaz de transpor essa limitação, indispensável para a construção de uma cultura de paz (Conf. Diagnóstico, 2003).

Imaginamos, portanto, que a Escola Pe. Humberto Plumm, objeto de nossa investigação, supre algumas necessidades quanto à formação, nesse campo, em temáticas como articulação das forças sociais, cultura de paz, políticas públicas, controle social, participação em conselhos, dívida externa, livre comércio, militarização, movimento social,

doutrina social da igreja, metodologia da pastoral popular, direitos humanos, identidade étnica, entre outras temáticas contextualizadas e debatidas por teóricos da Teologia da Libertação.

Assim, compreende-se que, a partir do conhecimento gestado, adquirido e ou aguçado nos programas de formação, os cursistas dessa escola, militantes cristãos, adquiram melhor preparação para exercer sua cidadania, tornem-se multiplicadores e façam controle social mediante participação nos conselhos e ou outros instrumentos que incorporem visões críticas, coletivas e propositivas. Em decorrência do aprofundamento da fé na relação com a política, seria tal pretensão verificável?

Nessa perspectiva, pretendemos, portanto, verificar, por meio da análise entre o público participante da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, se a representação social da fé é elemento constitutivo de sua ação política; como também averiguar se a representação social da política é elemento constitutivo da sua expressão de fé; e, ainda, se tal relação sustenta um traço de identidade que compõe o *éthos* presente na referida escola. Mas não só isso; queremos verificar se essa relação, a partir de como atualmente se concebe, tem sido eficiente para a concretização ou não da hipótese fundamental que ora formulamos do seguinte modo: os membros beneficiados com as atividades oferecidas pela Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen fortalecem a fé na caridade política ao tornarem-se multiplicadores da formação política e cristã de outros.

2.3.1 Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen

Conforme apontamos na introdução deste trabalho, a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen está vinculada à CNBB Regional NE 2. Trata-se de um movimento católico surgido em 2003 que tem por objetivo formar militantes cristãos no âmbito da fé e da política. Os atores apresentam a escola como um espaço social, também religioso, um projeto humano, também divino:

A escola nos ajuda, na articulação da fé e política, a unir a fé com a vida. E essa união fortalece nosso testemunho, não só de falar, mas de agir, de sair para a luta. Quando juntamos a fé e a política, elas nos dão força de testemunhar, mas não somos quaisquer testemunhas, somos testemunhas de Jesus Cristo. Então, para mim, a escola tem um importante significado: é força, é coragem, é testemunho. E dentro desse testemunho, nós temos um mandato a cumprir, mandato que vem do Alto, e ninguém vai tirá-lo de nós **(E.4.g)**.

A escola, para mim, é o espaço de formação, de proposição, de crescimento até humano. Eu creio que é um espaço onde pessoas de várias linhas se

juntam com um objetivo comum: promover a dignidade humana, crescer enquanto pessoa também. É necessário que isso seja fortalecido e garantido **(E.2.g)**.

A escola tem um grande significado em minha vida, pois sinto mais segurança no meu trabalho no conselho. A escola me deu mais conhecimento, me fez perceber melhor como funciona fé e vida. Um significado de uma missão que você tem que cumprir **(E.12. E)**.

A escola Humberto Plummen é a continuação de uma luta iniciada por outros. Ela, para mim, é como uns óculos que a gente precisa para enxergar melhor. Ela me faz enxergar melhor a realidade, a vida da comunidade, da região, do Brasil: a situação e vida do nosso povo e mais importante conscientização pública, nos dando coragem para lutar **(E.4.h)**.

E, ainda,

Ela significa ensinamento, conhecimento. Ela nos ajuda a conceituar, confrontar com a realidade fazendo retrospectiva do passado, trazendo para o presente e pensar no futuro. Ela dá uma grande contribuição para a sociedade, formando atores na busca da transformação social **(E.7.h)**.

As afirmações acima parecem tentativa de romper a dicotomia sagrado-profano. Os militantes acreditam que ela os prepara não só para ação humana mas também para colaboração com a ação divina. A instituição também é mostrada como espaço de convivência harmoniosa, de solidariedade e afetividade, familiar:

Para mim, ela tem um grande significado. Em um dos momentos mais difíceis da minha vida, ela foi um grande apoio, uma grande incentivadora, em poder me dizer: “Vá em frente, não desista, que a gente tem desafios, decepções, mas estamos aí, juntos, caminhando, escola, alunos, essa família que se chama Escola Fé e Política. Em 2004, retornando de João Pessoa, onde acontecia o último módulo da escola, eu tive uma grande decepção na minha vida. Foi terrível, pois a gente olha pra si mesmo e percebe o quanto somos fracos, o quanto estamos sujeitos a certas situações. E aí todo investimento, toda essa energia, essa força, essa alimentação de conhecimento, de espiritualidade, de família me fez um bem enorme, me fez resistir, me fez levantar e estou aqui. Esse momento da escola foi muito importante, porque talvez sem ela eu não tivesse condições de levantar, de superar, resistir. Sempre digo que Deus foi muito bom comigo, pois Ele sabia que eu teria que passar por essa decepção. E Ele me fez preparar o ano todo, participando da escola, aprendendo, fazendo amigos, construindo laços e deixando, assim, uma família, que é assim que vejo a escola, e que me deu um respaldo muito grande para que eu pudesse resistir, até ressurgir das cinzas e sair sem tantas situações que me levasse a desistir de tudo, porque foi um momento que me senti totalmente decepcionada, perdida, fragilizada. Mas, por outro lado, o apoio que tive foi grande demais, a amizade, a reciprocidade de carinho, afeto, solidariedade, tudo que eu acreditava e que esperava ter se construído ali naquela escola, eu recebi. E isso é muito importante para mim, isso representa muita coisa: meu crescimento, a minha caminhada, principalmente ter dado a volta por cima, e estar hoje dando essa entrevista **(E.11. g)**.

Nesses quatro anos de atuação, a instituição contou com a participação de 870 cursistas (militantes) oriundos dos quatro Estados que compõem o Regional NE 2. Com a intenção de ilustrar o seu perfil, por meio de gráficos traçamos breve perfil dos seus participantes, explicitando aspectos que julgamos relevantes. (Cf. Anexo 1).

O gráfico 1 trata da identificação do grupo quanto à questão de gênero: mostra equilíbrio na presença de homens e mulheres – 55% dos participantes, ou seja, 476 pessoas, eram mulheres, enquanto 45%, cerca de 394 cursistas, eram homens.

O gráfico 2 mostra a variação da participação quanto à idade. Nele, evidencia-se diversidade no perfil do grupo, mas se destaca a faixa etária de 26 a 35 anos, aproximadamente 29%, que equivalem a 209 pessoas.

O gráfico 3 refere-se ao estado civil desse grupo. A escola, conforme demonstração, tem um público de 49%, equivalentes a 428, de pessoas solteiras, 26% de casadas e 2% de viúvas.

Em relação à escolaridade, o gráfico 4 demonstra equilíbrio: 34%, equivalentes a 245 pessoas, têm 2º Grau completo e 33%, equivalentes a 236 pessoas, têm o 3º Grau completo.

Consideramos também a forma como se dá à inserção dos participantes no trabalho pastoral, social e ou comunitário. Neste caso, o gráfico 5 revela a predominância na presença de leigos: 93%, ou 806 pessoas.

Quanto à questão da pertença religiosa, o gráfico 6 demonstra que a escola tem perfil praticamente católico, 788 cursistas, ou seja, 90% do seu público; apenas 1% é evangélico e 9% pertencem a outras denominações ou sem religião.

Por fim, consideramos, em nossa análise, o tipo de atividades desenvolvidas por tal público. O resultado, conforme gráfico 7, revela um perfil bastante heterogêneo, ou seja, muitos militantes atuam em mais de uma atividade, daí a seguinte composição: 32% atuam em pastorais sociais; 30% fazem parte de movimentos sociais; 20% participam de conselhos; 11% estão nas catequeses paroquiais ou diocesanas; 6% estão inseridos nos organismos da CNBB e, ainda, 30% atuam em outras atividades.

No Anexo 1, especificamos melhor quais as atividades ligadas diretamente ao organismo da Pastoral Social - CNBB e também como foram consideradas essas outras atividades.

Com relação à metodologia, a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plumm não dispõe de espaço físico fixo onde se desempenhem as atividades educativas; assim, define-se como “escola movimento”, haja vista que é itinerante, realiza as atividades de forma

descentralizada. Os educadores e assessores se deslocam para as dioceses, onde se executam os módulos em sistema de rotatividade dos locais a qual possibilita aos cursistas o contato com diferentes realidades.

A formação no campo de fé e política já vem sendo oferecida pela CNBB NE 2 por meio da referida escola, desde 2004 (cf. Apêndice 3 e Anexo 1), anualmente, com a carga horária de 120h-a. A princípio, o curso foi projetado para ser ministrado em etapa única; a partir de 2007, porém, passou a ser oferecido em duas etapas.

O curso da 1ª etapa oferece um roteiro de temas articuláveis no conjunto de seis módulos em que se realizam no decorrer do ano (cf. Conteúdo programático, Apêndice 3), em locais diferentes, de modo a atingir todas as dioceses do Regional NE 2, isto é, distribuem-se os módulos nos quatro Estados. As temáticas permitem introduzir e aprofundar reflexões sobre fé e política, dialogar com os desafios éticos e políticos apresentados pela realidade do país e da região. Tendo por base os conteúdos apresentados na programação dos cursos, com ela se busca não privilegiar, nos objetivos pedagógicos, a apreensão dos temas como medida para avaliação do desempenho dos cursistas; procura-se privilegiar, no entanto, a disposição e a capacidade dos cursistas de: (1) refletir sobre as suas práticas pastorais e políticas; (2) engajarem-se em processos de mobilização social; (3) acompanhar grupos de base na reflexão sobre fé e política; (4) participar ativamente na política local.

O curso demonstra ser espaço de articulação de agentes pastorais e militantes sociais e políticos, atuantes e, muitas vezes, dispersos em suas dioceses. Como espaço de articulação, a escola busca fortalecer e animar as campanhas de mobilização social impulsionadas pelo Setor de Pastoral Social, Grito dos Excluídos, Assembléia Popular e outros; procura, portanto, constituir-se como principal instrumento de articulação no Regional onde se insere.

Segundo o seu projeto, a Escola Humberto Plummén, em sua metodologia, baseia-se nas experiências, na teoria da educação e na pastoral popular. Inspira-se no acúmulo das experiências das pastorais sociais e se utiliza do método Ver-Julgar-Agir⁴³ naquilo em que este propõe como passos para ligar ação e reflexão, espiritualidade e ação, conhecer a realidade, buscar compreender suas contradições, planejando ações que

⁴³ O Método Ver-julgar-agir surgiu na Europa, em meados do século passado. Divulgado por dom Cardjin, entrou no Brasil por meio da Ação Católica, ao final da década de 1940. Seu uso continuado em documentos do magistério, como Medellín e Puebla, acabou por legitimá-lo como método pertinente para análise pastoral. Reconhecido também como método teológico pela a 'Instrução *Tatis Conscientia* (1986), documento que expressa o sentimento da Igreja acerca da Teologia da Libertação. (Cf. ANDRADE, 1991, p. 123).

promovam o enfrentamento dos desafios da realidade e a sua superação. Esses referenciais remetem a formulações de uma concepção de educação e pedagogia humanista libertária – nascida da reflexão em torno da experiência de trabalho comunitário socioeducativo e econômico – vivenciadas na ação católica especializada (JUC, JOC principalmente), nas pastorais populares (CIMI, CPT, Pastoral Operária), nos centros de assessoria em Educação Popular, nos CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos), nas CEB, no Movimento Fé e Política, entre outros.⁴⁴

Constata-se que essa experiência-reflexão da educação e pastoral popular produziu formulação teórico-metodológica orientada pela perspectiva de compromisso com os oprimidos, animada pela luta política de combate à desigualdade econômico-social, à destruição do meio ambiente e pela afirmação de projeto democrático e popular que fomentasse: (a) princípios éticos baseados na justiça, equidade, fraternidade, tolerância, pluralidade; (b) pedagogia dialógica e participativa, que favorece a socialização de saberes e que lida com os conflitos, operando para superá-los; (c) o reconhecimento de cada pessoa em sua subjetividade e autonomia, atuando como sujeitos no processo de transformação da sociedade; (d) ação política coletiva e democrática, que lida com o contraditório da realidade, acolhendo as múltiplas identidades sociais e culturais, promovendo a tolerância e a equidade, descentralizando o poder, superando as desigualdades e as violências; (e) a construção de alternativas econômicas, de dinâmicas de desenvolvimento baseadas na solidariedade e no respeito à natureza.

Tais referências teórico-metodológicas (conferir nos apêndices) se traduzem num conjunto de procedimentos que, articulados, compõem a metodologia de formação, a pedagogia da instituição, como: a) os módulos dos cursos são itinerantes, conforme já descrito, primam pela dinâmica de descentralização, buscando fomentar o contato dos participantes com a realidade local, com o conhecimento da região, de modo a se promover o intercâmbio dos cursistas com grupos e trabalhos de interesse para os cursos desenvolvidos nas dioceses; b) com base na metodologia de educação popular, os módulos se fundamentam na prática dos cursistas, o que permite integrar na abordagem temática, conteúdos, prática pastoral e militância política, no intuito de se articularem teoria e prática, buscando

⁴⁴ Ação Católica especializada: movimento destinado a levar a Igreja a exercer influência na vida política do país (a partir da década de 1930). Foi impulsionado por Dom Sebastião Leme (Rio de Janeiro) e Dom Hélder Câmara (Recife). Os leigos, sob a orientação dos bispos, levaram a influência cristã para seus locais de vida e trabalho. Pelo método Ver-Julgar-Agir, buscaram caminhos para a transformação cristã da sociedade brasileira. Em 1964, muitos dos seus militantes chegaram a participar da luta contra o regime militar: JUC (Juventude universitária católica), JOC (Juventude operária católica), CIMI (Conselho missionário indigenista), CPT (Comissão pastoral da terra), CEB (Comunidades eclesiais de base).

contribuir para o engajamento político e pastoral na dinâmica em que fé e política se entrecruzam; c) preocupação com o processo de continuidade da formação dos participantes – para tanto, foi criado, entre um módulo e outro, o que se chama de intermódulo, o acompanhamento dos cursistas. Tal acompanhamento pode ser qualificado de “pedagogia da alternância”, em que, nos intervalos de curso presencial, encaminham-se tarefas ligadas à prática política e pastoral de cada cursista no seu dia-a-dia, no local onde vive; d) a escola demonstra oferecer formação integral, permanente e interdisciplinar, haja vista que, no conteúdo programático (conferir Apêndice 3), busca abordar as múltiplas dimensões da realidade, do humano, da natureza, da moral, do espiritual e intelectual, relacionando-as entre si; e) como adota a metodologia de educação popular, procura integrar o cursista como sujeito do processo de formação e da construção do saber em todos os níveis e, nas suas atividades, privilegiar a construção coletiva, buscando articular as diferentes ciências e saberes com a prática dos participantes; f) visa, portanto, a apoiar-se, conforme o projeto, na pedagogia libertadora: desenvolvida e articulada por metodologia expressa pela utilização de um conjunto de técnicas e instrumentos didáticos e pedagógicos que promovem ambiente de participação, cooperativo, vivencial, de cultivo de uma espiritualidade encarnada, de estímulo à prática da leitura e da escrita, da reflexão e sistematização da prática.

A Escola Humberto Plommen trabalha com um grupo de educadores e animadores que coordenam o processo de mobilização dos cursistas, interagindo para realização dos módulos e para o acompanhamento dos cursistas nos intermódulos. Para isso conta com colaboradores locais para assessoria, o que constitui uma rede de educadores a sustentar a irradiação da experiência no âmbito local. Isso fomenta a criação de escolas de fé e política locais.

Tal concepção de ação formativa visa a fomentar a constituição de uma rede de educadores e cristãos na política, que é a expressão da metodologia da **escola movimento**, em cujo planejamento procura integrar a ação educativa e a militância política. No intuito de fortalecer essa rede, a escola vem participando de cursos, como Formação Cristã para Cidadania, em parceria com o Ibrades, e outros de aprofundamento em fé e política no CEFEP (Centro Nacional de Fé e Política “Dom Hélder Câmara”); ademais ela integra a rede de educadores do referido centro. (cf. apêndices). Por intermédio dos cursistas, militantes na política, a escola busca articular-se também com a rede de militantes cristãos na política, que se organizam no Movimento Nacional de Fé e Política.

Com o objetivo de dar suporte a tal rede, a Escola Humberto Plommen procura consolidar parcerias com entidades e movimentos sociais que compartilham da mesma

metodologia, a fim de, juntos, participarem de processos de mobilização e organização social.

Quanto aos critérios de participação, de acordo com seu projeto (2003), a instituição estabelece alguns pontos importantes: (1) disponibilidade de tempo: assumir o compromisso de participar de todos os módulos e dos intermódulos (encontros entre os cursistas nas dioceses); (2) sensibilidade social: agentes abertos ao diálogo e engajados nas práticas evangélicas libertadoras, em comunhão com a proposta da escola; (3) agente multiplicador: o/a cursista assume o compromisso com o repasse dos conteúdos na base; (4) pontualidade: início sempre às sextas-feiras, às 18h, e término sempre aos domingos, às 13h. Para os cursistas da segunda etapa do curso, o início se dá às quintas-feiras, às 18h, e o término, aos domingos, às 13h; (5) responsabilidade: executar tarefas sugeridas pela coordenação e assessoria da escola (leitura, visitas, pesquisas, trabalhos escritos). Arivaldo Sezyshta, coordenador da instituição, justifica esses critérios:

Como a escola é uma iniciativa da CNBB, ela passa pelas dioceses; então, a seleção dos alunos é feita pelas dioceses. Todavia, a coordenação da escola deriva alguns critérios: (a) pontualidade: a formação começa sempre na sexta-feira, à tarde, e termina no domingo, ao meio-dia, isto na 1ª etapa. Para os cursistas que estão fazendo a 2ª etapa, a formação começa sempre na quinta-feira, à tarde, e termina no domingo, também ao meio-dia. Portanto, uma das exigências é que os participantes tenham disponibilidade de tempo para participar integralmente desses espaços que acontecem, pois são seis módulos durante o ano, seis finais de semana; (b) compromisso: um outro critério é o compromisso com educação popular, com as comunidades, com a construção de um outro mundo possível. E, portanto, se prioriza pessoas que tenham algum tipo de atuação política na sociedade, seja em pastoral social, movimentos, ONGS, entidades diversas; (c) repasse: mais um critério de exigência da escola, que os alunos(as) façam o repasse dos conteúdos nas suas dioceses, nos seus municípios, nas suas comunidades. E, ainda, que possam disponibilizar uma contrapartida mínima, que é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) no ato da inscrição, como uma forma também de valorizar a sua participação, uma vez que, durante os módulos, a pessoa não tem custo nenhum, é uma parte que se chama gratuita, a pessoa só assume o seu transporte durante os módulos. Porém é principalmente a disponibilidade de tempo e compromisso com sua comunidade o que mais exigimos. Quanto à questão da escolaridade, conversamos algumas vezes sobre isso, porém acabamos por deixar livre, porque tivemos, inclusive, a participação de algumas pessoas que não tinham nem o Primeiro Grau completo, chamadas de semi-analfabetas, mas que, em termos de militância e engajamento político, são pós-graduados, pois têm uma atuação muito incisiva na sociedade, então acabamos não fechando sobre isso.⁴⁵

⁴⁵ Entrevista concedida por Arivaldo José Sezyshta, coordenador da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, na sede da CNBB, julho/2007.

A Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen parece ser a plataforma a partir da qual o SPS do regional NE2 reorienta as atividades pastorais, trabalhando a espiritualidade e a formação política, para animar a transformação da vida na esfera social, como fator de libertação humana, por meio de uma metodologia de consideração dos fatos concretos. Essa dinâmica é de tal ordem, que leva as pessoas a participarem do concreto da vida para voltarem sempre à vida concreta. Vale salientar que a escola, mesmo sendo iniciativa da CNBB, se considera ecumênica, inclusive porque, apesar de a seleção dos alunos passar pelas dioceses, é aberta a pessoas de qualquer pertença religiosa.

Conforme expomos anteriormente, articular fé e política para a construção de um país almejado por todos, colocando-se o evangelho a serviço da transformação social, é tarefa e responsabilidade de todos, porém, especificamente, de todas as igrejas cristãs, que anunciam o projeto de Jesus Cristo, um projeto de boa-nova para o mundo, em particular, para os pobres. Esse esforço alimenta a utopia e a fé em que é possível enfrentar, na sociedade brasileira, o drama humano de superar a fome e a miséria, convivendo e contribuindo para a mediação e a resolução dos conflitos sociais que se vêm instalando em muitas comunidades urbanas e rurais. Tamanho desafio leva muito dos militantes cristãos guiados pela fé a assumirem um compromisso político, como bem se percebe na fala de um entrevistado:

Eu acho que, quando você é um militante cristão, você não pára. Veja só a situação ridícula do nosso país, cheio de injustiças, corrupção, roubalheira... Se a gente não acreditar que ele vai melhorar, aí é que não melhora mesmo, porque, quando você tem um ideal, você não desiste dele, vai à luta, vai atrás para que ele se torne realidade. E isso, para mim, é fé, é acreditar no seu ideal (E.5.c).

E ainda: Jesus é um bom exemplo de como unir fé e política. Eu diria: influenciar as pessoas a se organizarem e se olharem para buscar um reino que podia acontecer aqui. A política aliada à fé faz com que a sociedade seja mais justa e mais solidária. Acho que só a fé ou só a política, elas não têm sentido, porém, aliadas, elas podem fazer o bem (E.2.c).

Sendo, pois, para Moscovici, as representações sociais realidades concretas, ontologicamente reais, conhecimento socialmente construído e partilhado, acreditamos que o percurso feito até agora constitua representação de um conhecimento cotidiano da militância cristã. Passemos, agora, ao mapeamento e à sistematização analítica das representações sociais da relação fé e política provenientes do imaginário da membresia pesquisada, a fim de apresentarmos as significações que predominam quanto à relação fé e política na percepção dos sujeitos.

TABELA 2 – Formas mais representativas da relação fé e política

Forma representacional	Repetição/freqüência
Fé e vida	06
Bem comum	05
Luta	04
Relação do dia-a-dia	04

Tomando como pressuposto a síntese das entrevistas e seus conteúdos subjacentes, a partir deste momento, buscamos algumas respostas que satisfaçam às questões anteriormente colocadas na página 65 para averiguação e também formulação de hipótese. À luz desses dados, procedemos a uma reflexão de análise, utilizando os dois elementos da Teoria das Representações Sociais por nós propostos no primeiro capítulo: os processos de objetivação e ancoragem.

Daqui em diante, destacamos aquelas representações mais significativas sugeridas pelo público da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen pelas formas de expressão do pensamento em torno de nosso elemento central – fé e política e sua relação – e que correspondem à ancoragem dos elementos identificados na seção anterior.

3.1.1 A representação da fé

Tomando como base as formas representacionais expressas nas entrevistas e a aplicação da Teoria da Representação Social, o processo de objetivação, já esboçado de forma não esgotada, normalmente se apresenta como constituição formal do conhecimento, enquanto o processo de ancoragem, ainda que articulado com o processo anterior, dá-se em outro movimento. Segundo Moscovici, o processo de ancoragem

é um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e, o que não é nada, de nomeá-las. Tudo que os faz agir, preencher uma função e os relaciona obedece a uma representação dominante. Esta não os concebe como se fossem percebidos através de um espírito destacado e onividente, mas através do filtro da consciência de um indivíduo ou de um grupo em seu meio. E, o que é inevitável desse ponto de vista: nós só podemos nos representar alguma coisa como uma representação de alguém (2003, p. 61).

Trata-se da inserção orgânica do referido conhecimento em pensamento já existente na sociedade, conferindo, assim, sentido e utilidade. Esse processo é demarcado e reconhecido pela introdução de determinada representação entre as já existentes.

Em sua obra *Explicações Científicas* (São Paulo: EPU, 1973, p. 2), Leônidas Hegenberg diz que o homem nasce em circunstância interpretada e passa a contar com os objetos que encontra. “Contamos com as coisas e nos surpreendemos quando não mais contamos com elas. Contamos com um mundo familiarizado e acreditamos que as coisas se comportam desta ou daquela maneira”.

Formam-se, assim, as crenças individuais, de grupos, de povos, de gerações. O homem encontra, ao nascer, um sistema de crenças; habitua-se a elas. Há momentos em que se tornam problemáticas e vem a dúvida, o conflito. Enquanto crê, não precisa pensar; a fé é fundamental na sua vida, pois, antes de ser capaz do conhecimento científico, o homem vive do conhecimento da fé nos pais e em Deus ou em deuses.

A fé está sempre presente na experiência humana. Não está fora do homem, mas na raiz de sua ação. É a abertura primigênia que possibilita o humano. Ele exerce-a mais como confiança, como esperança e auto-asseguramento da própria existência.

A fé para mim está diretamente ligada à vida: acreditar num mundo diferente, num mundo de justiça, num mundo de paz, num mundo onde os diferentes se unem por um ideal, onde o humano é valorizado. Fé no campo da dimensão bíblica é acreditar que existe um Ser que criou, um Ser presente na história, que criou o universo para que fosse cuidado, amado por cada um de nós, acreditar realmente na presença desse Ser superior que nos acompanha, que nos ajuda, nos incentiva, nos empurra na caminhada que está do nosso lado. Fé é também acreditar no potencial que o ser humano tem **(E.13. a)**.

Na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim inicia sua sociologia da religião, afirmando que a religião não gira em torno do “sobrenatural”, nem em torno do “Divino”; ela é compreendida como conjunto de crenças e ritos que

Supõem-se uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras profano e sagrado traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios, que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos; sua história, suas relações mútuas com as coisas profanas (1989, p. 95).

Três aspectos sobressaem na compreensão de Durkheim: “as coisas reais e ideais”, “o profano e o sagrado” e “sistemas de representações”. Tomando o ocidente cristão como referência, o cotidiano está marcado pela forma de pensar as coisas classificáveis em reais e ideais. A religião como fenômeno foi absorvendo essa forma de pensar, de sorte que, ao categorizar as coisas em reais e ideais, ela as transformou em sagrado e profano. Porém, longe de se distanciar da realidade, ela se aproxima, favorecendo um conhecer e um pensar sobre essa mesma realidade. E ainda: o fenômeno religioso é de natureza estrutural e funcional; não um elemento periférico, mas constitutivo da sociedade; tem também funções específicas não garantidas por outros elementos sociais. O fenômeno religioso, portanto, tem objetivos próprios, tanto em relação aos indivíduos quanto ao conjunto da sociedade e da cultura, o que levanta a questão da legitimação da religião:

As religiões são pontes que se propõem estabelecer a relação com o sagrado, a partir da sistematização da fé que anima pessoas e coletividades. Elas são o “resultado cumulativo da história de manifestações passadas da dinâmica inerente à fé, tais como foram expressas, formuladas e vivenciadas pelos antepassados, e que são revividas em tradições de doutrina, liturgia, perspectivas e práticas (HECKERT, *apud* ELLENS, *In*: PAIVA; ZANGARI, 2004, p. 336).

Segundo Tillich (1974), os conceitos de sagrado, fé e religião se aproximam. O sagrado pode ser entendido como “algo que nos toca incondicionalmente”, que aponta para o infinito, sempre capaz de exercer fascínio sobre o ser humano. A fé expressa a busca pelo sagrado, constituindo-se na resposta possível a seu apelo, a partir de nossa condição finita. Podemos entendê-la como “o modo em que uma pessoa ou um grupo penetra no campo de força da vida”; é o nosso modo de achar coerência nas múltiplas forças e relações que constituem a nossa vida e de dar sentido a elas. Numa dimensão psicopedagógica, J.W. Fowler (1992) afirma: “A fé é o modo pelo qual uma pessoa vê a si mesma em relação aos outros, sobre um pano de fundo de significados e propósitos partilhados”, e, ressalta o autor, a fé conduz a “um alinhamento do coração ou vontade, um compromisso de lealdade e confiança” e ainda “implica visão, um modo de conhecer, de reconhecimento”. Essa realidade é bem evidente na fala dos militantes: “Vejo a fé como a base da vida para a gente que acredita, porque, se eu não acreditasse e não tivesse fé, eu não estava na luta que se vive no dia-a-dia!” (E.1. a);

Fé é uma coisa que faz com que a cada dia a gente se torne mais vivo; faz com que não só eu mas também a sociedade procure uma

vida melhor. Eu acredito que fé seja você lutar pela vida e também por uma melhor qualidade de vida não só para você mas também para a sociedade **(E. 9. a)**.

Constata-se na fala desses militantes que a fé não é estática; ao contrário, goza de dinamismo próprio que a impulsiona a estágios evolutivos em que alcança expressão cada vez maior. De acordo com a Psicologia, tal processo se dá em articulação com o desenvolvimento global do ser e, em particular, com as etapas do desenvolvimento psicológico. É interessante perceber que essa grandeza, no seu estágio de crescimento, sempre estará em desenvolvimento com o grau de maturação psíquica que a pessoa tiver alcançado. Parece razoável admitir que “Não é o espiritual que aparece primeiro, mas o psíquico, e depois o espiritual”.

Para mim, fé é você desenvolver o seu trabalho com garra, com amor, sem desanimar. É você ter essa esperança que, mesmo as coisas estando difícil para se realizar, você segue em frente, e poder dizer: eu vou conseguir porque luto e estou pronto para vencer **(E. 3. a)**;

Para mim, fé é acreditar, é crer. Eu acho que, quando estamos no trabalho, nós temos que ter essa fé, se colocar na mão de Deus e ter essa entrega a uma vida de ação. Para mim, fé é isso, é ter uma concretização do que você acredita, não sonhando somente, mas se colocando na mão de Deus e partindo para uma ação. **(E. 4. a)**.

Ainda no campo da Psicologia, não lhe compete validar o objeto da fé, entretanto, as dimensões e características que esta assume na vida individual e coletiva podem e devem receber a atenção da reflexão psicológica. Foram várias as contribuições de psicólogos, psicanalistas dadas no campo de espaço sagrado do humano preenchido pela fé – uma relação dinâmica entre o sagrado e o sujeito da fé que evolui com o amadurecimento psíquico. Destacaremos aqui a contribuição de J.W. Fowler, que estudou estágios de desenvolvimento da fé, confrontando-os com as características próprias a cada etapa do desenvolvimento cognitivo. Sucintamente, exporemos, a seguir, cada estágio descrito por Fowler, na perspectiva de analisar em que estágio está a militância da Escola Pe. Humberto Plommen, tomando como base seu perfil, conforme Anexo 1.

Estágios da fé relacionados à idade e às etapas do desenvolvimento cognitivo (FOWLER, 1992, p. 169).

Idade	Etapa do desenvolvimento cognitivo	Estágio da fé
0-2 anos	Etapa sensoriomotora	Pré-estágio: fé indiferenciada
2-7 anos	Etapa pré-operacional ou intuitiva	Estágio I: fé intuitivo-projetiva
7-12 anos	Etapa operacional concreta	Estágio II: fé mítico-literal
12-18 anos	Etapa operacional formal (dicotômica)	Estágio III: fé sintético-convencional
18-25 anos	Etapa operacional formal (dialética)	Estágio IV: fé individuativo-reflexiva
> 25 anos	Etapa operacional formal (sintética)	Estágio V: fé conjuntiva (ou integrativa) Estágio VI: fé universalizante

Pré-estágio – caracteriza-se pela fé chamada indiferenciada, em que se constrói “o fundo de confiança básica e a experiência relacional de mutualidade”, que estarão subjacentes a tudo o que virá mais tarde no desenvolvimento da fé.

Estágio I – caracteriza-se pela fé fantasiosa e imitativa, que acompanha as primeiras experiências autoconscientes, com forte conteúdo imaginativo, pois ainda não inibida pelo pensamento lógico.

Estágio II – crenças apreendidas segundo interpretação literal, ganhando construção linear, mesmo que já se requeira coerência e sentido. Nele “a pessoa começa a assumir para si as estórias, crenças e observâncias que simbolizam pertença à sua comunidade”.

Estágio III – surgimento da necessidade de sintetizar valores, informações e crenças, de forma a sustentar a ideologia que dê base à identidade e às perspectivas pessoais. Desponta a capacidade de formar o “mito pessoal, o mito do próprio devir da pessoa em identidade e fé, incorporando o passado e o futuro previsto em uma imagem do ambiente último unificada por características de personalidade”.

Estágio IV – o indivíduo está pronto para assumir responsabilmente os compromissos, definir seu estilo de vida, crenças e atitudes. A identidade pessoal já definida permite a afirmação de uma cosmovisão própria. A capacidade reflexiva, por sua vez, levará ao questionamento de crenças anteriores, o que confere a este estágio caráter “desmitologizador”.

Estágio V – tendência a ultrapassar a lógica dicotomizante anterior, atentando para as possíveis relações entre diferentes concepções de fé. Surge a disposição dialética, que acolhe elementos antes excluídos, mesmo aqueles de aparente oposição, fazendo sobressair o “eu mais profundo”, com suas complexidades e ambivalências. Admite-se a convivência com o diferente e ameaçador, considerando que “as apreensões da realidade transcendente são relativas, parciais e inevitavelmente distorcedoras”.

Estágio VI – maturidade e fé universalizante. Poucos atingem esse nível de desenvolvimento da fé. Ele se expressa pelo engajamento decidido da pessoa na transformação da realidade atual que visa a valores últimos. Fowler afirma sua crença em que “as pessoas que chegam a corporificar a fé universalizante são levadas a esses padrões de comprometimento e liderança pela providência de Deus e pelas exigências da história”.

Dentro desse contexto, vejamos o que pensa o militante da Escola Humberto Plommen:

A relação fé e política? A fé é acreditar em alguém, em um Ser superior que me fortalece a cada dia. No caso, acredito em Deus, sinto a sua presença, experimento esse Deus, que, mesmo não estando presente fisicamente, o sinto espiritualmente. A política é a maneira de discutir, de construir novos processos para fortalecer a sociedade. Então, como juntar essas duas grandezas? Tento juntar da seguinte forma: porque acredito nesse Ser que me fortalece pra discutir esse processo, ou seja, eu preciso acreditar em uma proposta melhor, eu preciso ter um objetivo maior de construção de uma sociedade, de um projeto de nação como a gente discute, na escola, fé e política. Então, juntar essas grandezas, para mim, não é difícil dentro desse contexto que estou inserida, porque acredito nesse Ser superior e acredito que este Ser me fortalece, pra que eu discuta nos locais que eu estou, nos municípios, nos debates que a gente participa, onde a gente possa discutir essa construção de uma sociedade onde as pessoas possam ter uma vida digna, possam ser protagonistas dessa história. Fé e política caminham juntas, porque sou cristã, mas sou também militante; eu tenho um papel na sociedade. Eu preciso fortalecer os grupos que participo, para que esses grupos possam ser, de fato, sal na massa, para que possam fazer a diferença no seu dia-a-dia, na sua realidade **(E.10. c)**.

“Cada pessoa tem um papel a desempenhar aqui na terra. Se eu sei que tenho esse papel e me é dada condição para isso, tenho a obrigação de cumpri-lo” **(E.1.d)**.

Ora, nesse sentido, o militante cristão e cursista da Escola Pe. Humberto Plummen demonstra fé universalizante, a fé enraizada, madura, expressa no seu engajamento e na luta pela transformação da realidade atual, e procura alimentar-se da fé no sagrado, que o impulsiona ao compromisso social.

A fé, no discurso de cada entrevistado, parece representar o objeto imediato aqui estudado, até porque ela é, ainda hoje, a grande reserva subjetiva de cada pessoa (o sentido aqui é antropológico, isto é, elemento vital e construtivo da pessoa humana),⁴⁶ sinônimo fundamental de confiança. No espaço religioso, ela é disponibilizada gratuitamente e revestida, assim, de nova qualidade com base, agora, em conteúdos tipicamente religiosos e específicos de determinada doutrina. Nesse sentido, torna-se suporte para a esperança de realização, pois impulsiona a ação no cotidiano. Segundo observamos na Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, mede-se o tamanho da fé pela capacidade de articulação com a política, ou seja, a articulação da fé com a vida, a práxis. Sem dúvida, ela é um referencial que norteia a vida dos militantes.

Fé é quando você se prepara para uma ação. Você tem que ter fé para segurar uma ação política. A fé é que te leva a agir e o agir é a própria política, que é a própria ação (**E. 18. a**).

A fé consiste em você acreditar que, cada vez mais, você pode mudar; consiste também em você acreditar que, cada vez mais, você pode ajudar uma pessoa a ela entender que também pode mudar (**E. 19. h**).

Diversos autores têm-se dedicado à tarefa de explicar esse processo de desenvolvimento da fé, as variadas nuances da relação com o sagrado, seja no campo da Teologia, da Antropologia, da Fenomenologia e, até mesmo, como já mencionamos anteriormente, no campo da Psicologia.

Juan Luis Segundo, fazendo análise da fé na dimensão antropológica, diz: “O próprio de cada homem não é a fé, mas, uma fé. Cada homem tem a fé que escolhe. Ou, melhor, a fé que se fica na testemunha escolhida. Em outras palavras, a necessidade de ter fé não conduz a uma fé única” (1997, p. 18).

A fé, para mim, está diretamente ligada à vida, acreditar num mundo diferente, num mundo de justiça, num mundo de paz, num mundo onde os

⁴⁶ Nessa mesma perspectiva, VATTIMO; DERRIDA (1997, p. 49) dizem que a fé, como dimensão antropológica, constitui-se em elemento vital e essencial. Ela atua como defesa, crescimento da vida. Sem dúvida, ela é um componente indispensável de toda existência humana. Nesse sentido, a fé tem a função de estruturar significativamente a existência, pois articula o mundo dos valores, elaborando critérios para que possa aceitar ou rechaçar certos referenciais, que poderão se construir em sentido para a vida. Assim, a fé necessariamente não está para a religião, assim como o movimento desta não segue necessariamente o da fé.

diferentes se unem por um ideal, onde o humano é valorizado. É também acreditar no potencial que o ser humano tem **(E. 13. a)**.

Para a Fenomenologia, o esforço teórico consistia em compreender a fé apenas como o sentido de fenômeno, deixando de lado aquilo que ilumina a graça ou que indica uma ordem superior. Nessa perspectiva, analisa-se a fé na ordem das significações (PIAZZA, 1976, p. 18).

No esforço empreendido pela Filosofia, o conhecimento da fé, segundo Buzzi (1976), só se pode interpretar à medida que se adentra em suas articulações, porque ela está em toda experiência humana. Se, de um lado, a fé é dom conferido, de outro, este é dado como possibilidade que tem o imperativo de desabrochar para-ser. Assim, ela ocorre em três níveis básicos: como puro desvelamento do outro ausente; como confiança/esperança ou entrega de si ao outro; e como manifestação externa, paradigma visível. Enrique Dussel (1977) pensa esses níveis em movimento, como alteridade, enquanto consciência real de que o homem é um poder-ser, mas também um poder-não-ser. No esforço de-ser, capta (sem se apropriar) o ser analógico. Mas a captação implica fé metafísica, porquanto só se compreende por semelhança. A verificação absoluta nunca me será possível, por isso há a práxis do risco e da confiança por mim assumida.

Então, podemos perceber, a fé integra cada existência humana e a estrutura valorativa de tal existência consolida-se sobre testemunhas referenciais nas quais se deposita confiança. Essas, de várias maneiras, falam da satisfação que traz consigo a realização de determinado valor e convidam o indivíduo a seguir caminho semelhante. Evidencia-se essa necessidade nas falas dos entrevistados abaixo.

Para mim, fé é você acreditar; acreditar que você vai conseguir realizar um plano, você vai conseguir fazer com que o mundo, um dia, seja melhor. Também existe o plano superior, a gente precisa acreditar que Deus existe, porque nós não estamos sozinhos aqui; a minha fé está fundamentada aí, que Deus está aqui e nada vai nos faltar **(E. 21. a)**.

“Fé é você acreditar que é possível fazer diferente; Você esperar a possibilidade de fazer acontecer o que você deseja, dentro da sua organização. É essa perspectiva de vitória, de acontecimento. Acreditar no que você deseja, no que você inspira” **(E. 20. a)**.

Além da Fenomenologia, da Antropologia, da Psicologia, a fé é apresentada teologicamente sob a ótica bíblica. Sob tal ótica, ela é expressão existencial que implica diálogo consciente e atitude correspondente. Duas palavras do vocabulário hebraico

espelham a atitude espiritual do crente: *aman* (amém), que conota solidez e certeza, e *batah*, que expressa segurança e confiança. Essa perspectiva já revela que a fé, segundo a experiência do homem bíblico, tem dois aspectos: “confiança que se presta a uma pessoa ‘fiel’ e engaja o homem todo inteiro; e, doutro lado, um procedimento da inteligência à qual uma palavra ou sinais possibilitam acesso a realidades que não se vêem”.

Fé, no campo da dimensão bíblica, é acreditar que existe um Ser que criou, um Ser presente na história, que criou o universo para que fosse cuidado, amado por cada um de nós; acreditar realmente na presença desse Ser superior que nos acompanha, que nos ajuda, nos incentiva, nos empurra na caminhada e que está do nosso lado **(E. 15. a)**.

Ainda na dimensão teológica, conforme Libânio (1985, p. 15-29), a abrangência da fé é amplíssima: “Aponta para o infinito, para o eterno, não como uma realidade que existe só depois da morte, mas como algo já presente, que resiste ao tempo”. Segundo definição do mesmo autor, “fé é fundamentalmente uma resposta a uma proposta”. Faz-se a proposta à liberdade das pessoas chamadas a constituir comunidade e do seio desta responder. O destinatário da proposta é sempre pessoal e comunitário: pessoal, porque cada um deve responder em liberdade; comunitário, porque a natureza da proposta é confiada a uma comunidade, apela na direção de constituir comunidade, conseqüentemente viver em comunidade. Não estará a militância aqui analisada dando essa resposta de fé?

Fé é você desenvolver o seu trabalho com garra, com amor, sem desanimar; é você ter essa esperança que, mesmo as coisas estando difícil para se realizar, você seguir em frente e poder dizer: eu vou conseguir, porque luto e estou pronto para vencer. Portanto, fé é acreditar, é crer. Creio que, quando estamos no trabalho, temos que ter essa fé, se colocar nas mãos de Deus e ter essa entrega a uma vida de ação. Para mim, fé é isso, é ter uma concretização do que você acredita, não sonhando somente, mas se colocando na mão de Deus e partindo para uma ação.**(E. 4. a)**.

A fé é resposta global, que envolve todas as atividades da pessoa e da comunidade. Nenhum ato humano de sua vida da fé pode prescindir, porque a proposta é de natureza englobante, não deixa qualquer decisão humana fora de seu alcance. Crer é, por conseguinte, atitude fundamental de aceitação, de entrega, de compromisso com uma proposta que envolva todas as atividades livres da pessoa no seio da comunidade portadora dessa proposta. Esta, em termos teológicos, chama-se Revelação.

Tem conceitos e conceitos de fé, mas em nenhum a gente consegue dimensioná-la em sua totalidade. Mas creio que fé é caminhar com o

Cristo; é o passo-a-passo da nossa vida, que está inclusive para além da igreja; a fé remove montanhas e está calcada nessa relação nossa com Deus **(E. 16. e)**.

Nessa ótica, ela é uma expressão existencial que implica diálogo consciente e atitude correspondente.

O teólogo Leonardo Boff (2002, p. 157-163), ao analisar a fé e sua dimensão política, afirma que a fé não é um ato ao lado de outros; mas a atitude que engloba todos os atos, toda a pessoa – o sentimento, a inteligência, a vontade e as opções de vida. Trata-se de uma experiência originária do encontro com o Deus vivo. Esse encontro muda a vida e a forma de ver todas as coisas. Pela atitude de fé, vemos que tudo está ligado e religado a Deus, como aquele pai/mãe que tudo criou, tudo acompanha e tudo atrai para todos poderem viver em comunhão, felizes uns com os outros e com ele já aqui neste mundo e, plenamente, na eternidade.⁴⁷

Nesse sentido, a fé engloba também a política com “p” maiúsculo (política social) e com “p” minúsculo (política partidária). A fé não se restringe à experiência pessoal de encontro com Deus; ela se amplia, introduzindo-se concretamente na vida. “Ela é como uma bicicleta; possui duas rodas – a roda da religião e a roda da política – mediante as quais se torna fé concreta” (BOFF, 2002, p. 162). A roda da religião se concretiza pela contemplação, pela oração, pelas celebrações, pela leitura popular da Bíblia, pelas romarias, pelos sacramentos... numa palavra, pelo culto. A religião também dispõe de uma segunda roda, a da política – o seu lado mais prático. “Fazer a relação fé e política é comungar a vida de nossos irmãos sofridos. Não acredito em quem tem a vida só de ação e não tem a vida de oração. A ação mantém a vida de oração e vice-versa” **(E. 4. e)**. A fé se expressa pela prática da justiça, da solidariedade, da denúncia das opressões, pelo protesto e pela prática da libertação; política aqui equivale a ética, sem a qual a fé se torna inoperante.

Hoje os problemas como a fome, o desemprego, a deteriorização geral das condições de vida e a exclusão de grandes majorias são grandezas de natureza social e política, portanto, ética. Então a fé deve mostrar sua força de mobilização e de transformação nesse campo social e político (PUEBLA, 1980, n.28 e 90).

⁴⁷ Utilizamos aqui a ética segundo Leonardo Boff (2002 p. 163): como a dimensão de responsabilidade, a vontade de construir relações de participação, e não de exclusão, tanto na vida cotidiana e familiar quanto na escola, nos movimentos sociais, nas comunidades cristãs, na sociedade e no poder público.

Conforme já expomos, a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummene une fé e política na medida em que esta constitui uma dimensão fundamental para a vivência daquela e a fé é o horizonte da utopia política. Para a referida escola, a política não constitui campo religiosamente neutro, mas o espaço onde todos que o ocupam querem realizar a vida pela fé.

Unir essas duas grandezas, para nós, é um imperativo. Nos dias de hoje, num contexto de miserabilidade, de violência, de muitas desigualdades sociais, professar uma fé desencarnada, desenculturada que a gente chama de alienada. Então, essa relação da fé com a política, se comprometer com a transformação da sociedade, porque a fé sem obras é morta. Então, as obras são o agir político que vem fortalecido pela fé num Deus da vida, num Deus que quer um mundo melhor para todos **(E. 15. e)**.

Evidencia-se, portanto, que a fé é elemento constitutivo da ação política desses militantes e que, por conseguinte, a representação social da política também se apresenta como elemento constitutivo da expressão de fé dessa militância cristã.

3.1.2 A representação da política

Não menos complexo que a grandeza “fé” é a grandeza “política”. De acordo com Libânio (1985, p. 13), o termo “político” permite diferentes acepções, desde a realidade que desborde da intimidade pessoal até a uma esfera bem definida na sociedade. Há duas vertentes semânticas principais. Uma se inclina a entender “político” como tudo referente às relações sociais, à realidade social global, à sociedade em geral “. Nesse sentido, tudo que ultrapassa o âmbito pessoal ou das relações íntimas e incide sobre qualquer realidade social é político. “Política é a arte do bem comum; é lutar para que todos tenham vida em abundância e direitos garantidos. É você pensar não num trabalho isolado, mas num trabalho onde as pessoas possam participar; pensar num mundo onde todos caibam” **(E. 4. b)**. E ainda: “Política é a luta pelo bem comum, porque a gente também sonha que esse bem seja para todos. Que cada um tenha o direito de comer, tenha uma moradia digna, um salário mínimo, lazer, saúde, educação; tudo isso é política, é fazer política” **(E. 9. b)**.

A outra tendência, segundo Libânio (1985, p. 15), relaciona “político” com poder. E o poder, por sua vez, se encarna no Estado. Vejam-se alguns exemplos dessa percepção: “Política é a arte de bem administrar” **(E. 22. b)**; “Política é o ato de influenciar, seja para o bem ou não. No nosso país, a política tem sido usada para um bem comum, mas para o bem de poucos” **(E. 2. b)**.

Assim, uma ação política visa à obtenção do poder, à conquista do Estado ou a sua manutenção, caso já esteja nele integrado. A referência ao poder se faz de modo explícito, direto; vê-se na ação a dinâmica interna, objetiva – prescindindo da intencionalidade subjetiva – em vista do poder. Este, por sua vez, manifesta-se como mediador de organização ou transformação social:

Para mim, política é um processo que é construído pela sociedade, ou seja, é uma ação, um instrumento que a sociedade civil tem para reivindicar os seus direitos, para construir melhores condições de vida. Muita gente entende política só no âmbito partidário, mas ela vai além disso: política é a forma, a maneira que a gente discute coletivamente ações que venham contribuir na construção de uma sociedade. Então discutir política, para mim, significa discutir elementos que possam, de fato, contribuir para uma sociedade igualitária, uma sociedade que nós esperamos e sonhamos em construir **(E. 10. b)**.

Os dois sentidos não se excluem; ao contrário, ambos afirmam que a esfera política é a do poder. A primeira definição, no entanto, inclui em si mesma outras realidades (pessoal e social) que a segunda não dá conta. Mas convém destacar, em ambas, a tendência a um aspecto comum, que define o político: o poder, seja de modo indireto, implícito, seja de modo explícito, direto, dinâmico-interno.

A política – social ou partidária – tem a ver sempre com o poder. Max Weber (2002, p. 55), em seu famoso texto “A política como vocação” já havia advertido: “Quem faz política busca o poder. Poder ou como meio a serviço de outros fins, ou poder por causa dele mesmo, para desfrutar do prestígio que ele confere”. Esse último modo de poder político tem sido exercido historicamente pelas elites brasileiras a fim de se beneficiarem, esquecendo o sujeito de todo o poder: o povo. Porém há ainda o exercício do poder de forma ética, como administração do bem comum ou como instrumento para fazer reformas e transformações necessárias. Esse conceito mais abrangente é nossa referência para pensar a relação entre fé e política, até porque esta, no entendimento dos militantes cristãos aqui analisados, é vista nessa dimensão: “A política partidária é feita de forma vertical e a nossa política é de forma horizontal. Temos outro jeito de fazer política” **(E. 17. e)**; “Política é uma ação onde você participa com os seus direitos de cidadão. É uma ação dentro da comunidade” **(E. 18. b)**.

Em um dos seus fragmentos, Hanna Arendt (1998, 21) diz que “a política baseia-se na pluralidade dos homens”. A autora segue o seguinte raciocínio: se Deus criou os homens, os homens são um produto humano mundano e produto da natureza humana, logo, o sentido mais amplo da política é a liberdade. “Políticas são ações humanas” **(E. 21. b)**. “Política é a

ação, é o que me faz buscar outros objetivos; é a minha caminhada juntamente com o povo, para o povo, em comunhão com esta parceria” (E. 11. b).

Pelo exposto – percebe-se –, a concepção de política está intimamente ligada à que temos acerca do próprio homem e da realidade social. Vejamos o que diz mais um entrevistado: “Para mim, a política é tudo, é a vida; ela está em tudo que você faz: está no trabalho, na sua casa e na sua comunidade. Tudo é política” (E. 5. b). Perguntado sobre o significado do agir político na atualidade, o militante respondeu:

O agir político na atualidade tem vários significados. Para nós, da escola, e acho que pra todos que formam esse grande movimento fé e política, o agir político está muito além do agir político partidário, o agir político interesseiro, em ocupar um cargo público, em se eleger, seja no poder legislativo, seja executivo. Então, o agir político, ele é um agir da cidadania, da construção da cidadania, da construção da vida, da construção de condições melhores de vida principalmente por aqueles que mais precisam. Todo envolvimento nas políticas públicas, no controle social; todo engajamento que nós fazemos seja no movimento, seja numa pastoral, no sindicato, numa associação, em todas as dimensões da vida, é um agir político. Conversar com alguém, um aperto de mão é um agir político também. Então, toda nossa vida, ela é política, e o agir político, ele constrói. Esse agir político no contexto de uma fé professada em Jesus de Nazaré, que é o nosso caso, ele tem essa dimensão macro para além de um agir político partidário, de um agir político eleitoral, de um agir político interessado nas benesses do poder ou nas relações dos iguais. Ele pensa a sociedade para todos e, especialmente, para aqueles mais necessitados, mais desprotegidos, mais empobrecidos, aqueles que sempre foram explorados pela política com “p” minúsculo, pela politicagem, pela corrupção, pelos que são na verdade vítimas da política com p minúsculo. Essa política que nós chamamos de “p” maiúsculo, ela é uma grande tentativa de construir uma sociedade para aqueles que foram vítimas nesses 500 anos de história dessa política mais interesseira do coronelismo, do cabide de emprego, da corrupção etc (E.15.c).

Talvez os militantes analisados sejam minoria, porém, frequentemente, são “agentes inovadores no seio de uma sociedade onde as mudanças se dão rapidamente” (MOSCOVICI, 1990, p. 218). E ainda, como expressa Jodelet (1985, p. 85),

Em sua busca de uma política não convencional, eles retrabalharam imagens e conceitos, quebraram estereótipos e criaram clichês, dando abertura às coisas e à linguagem. No lugar dos partidos, dos aparelhos de Estado, produtores e consumidores de ideologias, estes movimentos tratam, sobretudo, de difundir, compartilhar representações.

Os militantes, contribuem, assim, para a criação de novo senso comum que traduz a atual situação desestabilizadora do nosso país, a crise socioeconômico-política, a provocar em alguns dos que a identificam respostas e traduções inovadoras, propostas para repensar a

realidade e agir junto a ela, novas maneiras de vê-la e vivê-la. É a sua contribuição para um movimento mais amplo de mudança de mentalidades que está em curso e se expressa de formas e com ritmos diversos nas diversas latitudes políticas, sociais, religiosas e culturais. Isso se torna possível para esse grupo quando as dimensões fé e política estão articuladas. O estudo das representações sociais, apoiado por outras áreas do saber, nos permitiu compreender melhor o eixo desta relação.

3.1.3 *A relação fé e política*

A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto relevante da convivência humana. Possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade. Mas nem por isso esgota a gama das relações sociais. A fé cristã não despreza a atividade política; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima. A Igreja – falando em geral, sem distinguir o papel que compete a seus membros – sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade, porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Por isso, ela critica aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo as ordens profissionais, econômicas, social e política, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí. Efetivamente, a necessidade da presença da Igreja, no âmbito político, provém do mais íntimo da fé cristã: do domínio de Cristo que se estende a toda a vida (PUEBLA, 1980, n. 513 a 516).

De acordo com Leonardo Boff (2002, p. 163-169), há dois níveis de relação entre fé e política: um, existencial-vital, e outro, institucional. No primeiro caso, considerado nível concreto, fé e política estão juntas na vida das pessoas. A política é uma dimensão da fé concreta da pessoa na medida em que vive a fé nas suas duas rodas: fé como culto e ética como prática de justiça e como espiritualidade. A fé inclui a política, quer dizer, o cristão, pelo fato de ser cristão, deve empenhar-se na justiça e no bem-estar social. Porém ela transcende a política, porque se refere também à vida eterna, o que nenhuma política social e nenhum partido ou Estado podem prometer. E mais: ela é boa não só por apresentar uma promessa, mas também para inspirar uma sociedade humana, justa e fraterna.

A fé também se realiza no âmbito institucional e público, dentro do qual percebemos quatro concretizações. Em primeiro lugar, a Igreja: como um todo, ela se relaciona com outro todo, o Estado. Em seguida, há a relação da hierarquia ou grupo de direção da Igreja ou de uma religião com a política. Depois, a relação que as comunidades eclesiais têm com a política. E, por fim, a relação dos leigos, membros do povo de Deus, com a política. Consideremos especificamente cada uma dessas relações.

Relação entre Igreja e Estado: aqui se trata de tomar em consideração duas instituições: a Igreja (ou Igrejas), situada na esfera religiosa, e o Estado, na esfera secular. Ambas, soberanas em sua área devem respeitar-se mutuamente e colaborar quando se trata do bem comum de qualquer sociedade.

Relação da Igreja hierárquica ou grupo de direção com os partidos políticos: a Igreja hierárquica é constituída apenas pelo clero (bispos, padres/pastores, diáconos), que busca representar toda a comunidade. Por isso, como tal, não podem assumir, como coisa de igreja, um partido político, que sempre representa parte da sociedade. A igreja hierárquica, ao contrário, é a-partidária, mas não fora da sociedade, portanto, a-política. Na verdade, a hierarquia deve contribuir para evangelizar a política. Vejamos o que pensa a militância cristã da Escola Pe. Humberto Plummen:

Como instituição em si, a Igreja deve está inserida no campo político, não nesta política partidária, mas como instituição que vive na sociedade brasileira, que tem um respaldo pela história, pelo compromisso, que quer um mundo melhor para seus filhos e filhas. Ela deve atuar politicamente, sim, mas extrapolando a questão dos partidos, a questão das eleições; deve exercer o controle social, deve criar mecanismos como a gente fez, para formação dos seus agentes, de seus militantes; deve orientar os seus fiéis para que tenham uma atuação qualificada na sociedade. Acho que um papel, sim, da Igreja não se eximir de sua responsabilidade que é continuar a obra criadora de Deus, melhorando cada vez mais o mundo (**E. 15. g**).

Comunidades cristãs e partidos políticos: as comunidades cristãs representam a força autônoma dos cristãos leigos e configuram novo modo de ser de toda a Igreja. Elas são Igreja onde se procura unir fé e vida e viver a fé como religião e como política libertadora.

O cristão deve está inserido na política, inclusive nos partidos políticos, mesmo sabendo que esses partidos são limitadíssimos, são cheios de tramóias, de problemas, mas a sociedade caminha assim. Temos que pensar o seguinte: na democracia, democracia de Estado de direito, ela é ainda uma democracia representativa, não de mobilização; ela é de conselhos, de culpa; mas temos que construir a outra via e deixar essa outra via muito forte: é a mobilização, porque é uma democracia de participação. Por enquanto, a gente vive numa democracia de representação, e a representação em si não responde na sua totalidade aos anseios da sociedade. Eu fiquei estarecido com uma entrevista que li esta semana de Marcola, marginal traficante que está preso em São Paulo, mas ele diz uma coisa que é certa no trecho da entrevista dele: houve momento que era possível corrigir os desvios da sociedade. Inclusive, ele diz assim: “Eu sou um bandido, mas eu sou intelectual, acabei de lê o Inferno de Dante; já li mais de três mil livros, coisa que a sociedade em si normalmente não lê”. E ele diz que o Estado brasileiro, ele não fala do governo, o Estado brasileiro teve possibilidade de fazer mudanças na sociedade na década de 1970, no

começo da década de 1980 e não fez; apenas enriqueceram o grande capital e que eram grandes abismos sociais. Ele hoje acha que não tem mais saída, contrariando aquilo que nós achamos, porque, como nós temos fé, acreditamos no Reino, acreditamos nas mudanças, e acho que a sociedade tem que ir pra luta, pra mudanças, para poder calar esse tipo de manifestação intelectual doentia que preconizam, sim, que vivemos no inferno, o inferno é aqui e vamos continuar vivendo isso, porque não tem mais mudanças **(E.16. g)**.

Relação dos leigos com a política partidária: membro do povo de Deus e da comunidade cristã e iluminado pela fé, pode fazer política partidária como cidadão. Portanto, nada de receber ordens de bispos nem de padres para apoiar determinado partido; a política deve ser laica. A fé cristã oferece critérios de orientação política, como é o caso de muitas escolas de fé e política espalhadas pelo Brasil, já citadas anteriormente. A militância exige competência, conhecimento da realidade social e também espiritualidade adequada para transformar a fé em fermento de ética, de transparência, de abnegação no serviço da coisa pública.

Perguntamos a um dos militantes como era sua experiência religiosa antes e depois de conhecer a Escola Pe. Humberto Plumm. Eis a resposta:

Comecei minha caminhada religiosa, ou seja, passei a ser um católico comprometido no dia 13 de dezembro de 1998. Sempre fui de família católica, sempre tive vontade de participar, mas sempre discuti que a Igreja Católica tem as portas fechadas, agora é que ela está começando a abrir algumas janelas. Nesse caminhar, nessa discussão, a Escola de Fé e Política foi uma dessas janelas que a Igreja está abrindo para quem tem interesse de se informar, estar junto com as questões sociais. É uma escola que abre a visão e lhe dá as condições pra lutar pelas causas sociais. Infelizmente, a nossa educação religiosa é aquela que se faz alguma coisa só se o padre manda. E esta é uma visão que nunca aceitei. A escola veio me fortalecer no meu entendimento religioso; veio confirmar minhas idéias em relação ao valor do leigo; veio me ensinar melhor que todos os leigos são importantes na caminhada da igreja, ou seja, a igreja na verdade só existe em função dos leigos. O padre sozinho não faz nada e ele é tão importante quanto nós leigos. Hoje, minha atuação é bem diferente; não preciso esperar decisão do padre ou que mande fazer alguma coisa. Sei meu compromisso enquanto cristão **(E. 14. e)**.

Não é difícil concluir que fé e política, embora realidades autônomas, precisam uma da outra. A fé atinge sua concretude social, sua eficácia, enquanto ação humana nas “obras”, para se manter viva na dimensão política. A política, conforme bem expressou o Papa Pio XI (1971, p. 26), “é a forma mais sublime de se fazer caridade cristã” ou “a forma privilegiada”, segundo Paulo VI. A política como governo da cidade e arte do bem comum,

para não se perder nas armadilhas do poder, necessita do transcendente, das balizas da utopia, de princípios e valores éticos. Isso se apresenta com muita clareza na concepção dos militantes da Escola Humberto Plummen: “A relação fé e política representa a luta pelo bem comum” (E. 1. f).

“Luta pelo bem comum” parece indicar a realidade mesma da verdadeira substância dessa relação. A Doutrina Social da Igreja se orienta por sete princípios fundamentais⁴⁸, dentre os quais um se refere ao bem comum, fundamentado na ordem sociopolítica. O que pensa a Igreja a respeito do bem comum, já que a militância busca seguir seu pensamento social? Uma das mais precisas conceituações vem do Papa Pio XII.:

Aquelas condições externas que são necessárias ao conjunto dos cidadãos, para o desenvolvimento de suas qualidades e ofícios, de sua vida material, intelectual e religiosa, enquanto, por uma parte, as forças e as energias da família e de outros organismos aos quais corresponde uma natural precedência não bastem, e por outra, a vontade salvífica de Deus não tenha determinado na Igreja outra sociedade universal, a serviço da pessoa humana e da realização de seus fins religiosos (Radiomensagem de Natal, 1972).

De acordo com a *Mater et Magistra* do Papa João XXIII,

O bem comum é um serviço que se presta à vida social e destaca o sentido humano e a capacidade para animar as estruturas sociais em sua totalidade e em cada um de seus setores concretos, estimulando as transformações em profundidade segundo o critério da justiça social. O bem comum afeta os organismos e as associações privadas, criando um elo de convivência entre os homens, que é absolutamente necessário para satisfazer os direitos e as obrigações da vida social (MM, 66-67).

O pensamento social da Igreja recorda, por meio do Papa João XXIII, na sua segunda encíclica social, que a gestão do **bem comum**, como fundamento de toda ordem política, cabe à autoridade, também recomenda que os governos hão de pôr “todo o seu empenho para que o desenvolvimento econômico e o progresso social avancem ao mesmo tempo e para que, na medida em que se desenvolve a produtividade dos sistemas econômicos, também se desenvolvam os serviços essenciais” (Pacem in Terris, 63).

Segundo o documento conciliar do Vaticano II (*Gaudium et Spes* n. 26), o bem comum é “o conjunto de condições da vida social que tornam possível as associações e a cada um de

⁴⁸ O primeiro princípio afirma a importância da pessoa humana e sua dignidade. O segundo princípio refere-se à relação pessoa-sociedade e à sociabilidade. O terceiro é relativo ao bem comum, fundamento da ordem sociopolítica. O quarto princípio é relativo à solidariedade e à subsidiariedade, reguladora da vida social. O quinto trata da concepção da sociedade. O sexto princípio trata da participação social. O sétimo refere-se à destinação universal dos bens (SCHNEIDER in NEUTZLING (org), 2003, p. 134).

seus membros a consecução mais plena e mais fácil de sua própria perfeição”. Ele é superior ao interesse privado, é inseparável do bem comum da pessoa humana e compromete “os poderes públicos a reconhecer, respeitar, acomodar, tutelar e promover os direitos humanos, e a tornar mais fácil o cumprimento das respectivas obrigações”.

A Igreja, ainda na voz do Papa João Paulo II, na segunda e na terceira encíclica social, *Sollicitudo Rei Socialis* (n. 117) e *Centesimus Annus* (n. 126), amplia a concepção de bem comum, inserindo-o na dimensão ecológica, pois, na relação entre bem comum e o cosmos, “é preciso assinalar igualmente a maior consciência da limitação dos recursos disponíveis, a necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza e de tê-los em conta na programação do desenvolvimento, em vez de sacrificá-lo a certas concepções demagógicas do mesmo”. É o que hoje se chama de preocupação ecológica. A construção do bem comum demanda também um empenho para eliminar “os males do mundo e procurar, por todos os meios, que um número cada vez maior de homens e mulheres desfrutem do benefício da paz e de uma qualidade de vida digna deste nome”.

Bastante evidenciado no discurso católico do Brasil que a missão do leigo na dimensão sociopolítica se estende a servir à pessoa e à sociedade cujo objetivo é a promoção orgânica e institucional do bem comum. A militância cristã da Escola Pe. Humberto Plumm demonstra trilhar pelo caminho desse pensamento social da Igreja, construindo, assim, seu pensamento:

Fé é algo misterioso, algo mais que importante, algo que não se coloca no outro, e sim que se busca dentro de si. É toda força divina que a gente considera enquanto cristão, Deus, buscada na natureza. Costumo dizer que a fé é como a barriga do ser humano: assim como a barriga precisa de comida para que o corpo esteja bem, então com a fé é a mesma coisa, ela precisa ser alimentada da oração, da partilha, do companheirismo, do diálogo, mas, principalmente, da oração, que faz com que você não enfraqueça, não perca o senso comum das coisas, não se distancie de Deus. Fé está acima de qualquer coisa no ser humano. Quando não se tem fé, é um ser humano enfraquecido. Em relação à política, tenho a visão que ela não se refere apenas aos partidos, ela está além deles: política está nas vidas das pessoas, é a vida das pessoas; em tudo que nós fazemos, há uma política. Ela precisa ser trabalhada e, até certo ponto, conceituada para que as pessoas possam diferenciar a política do partido. Política é o bem comum, é bem para todos, é busca de melhoria e qualidade de vida. Partido é outra coisa. Não podemos trilhar apenas pelo partidário, mas pela política do bem comum, da sociedade, da busca dos direitos, do cumprimento dos deveres, da participação coletiva, das políticas públicas, dos direitos do cidadão (a), da liberdade sem exagero. Política é estar olhando de frente, com perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Fazer a relação dessas duas grandezas é importantíssimo. A Escola Fé e Política vem dando uma grande contribuição até em diferenciar os conceitos, diferenciar a política e o partido, saber o que é cada um deles. Nessa perspectiva, a Escola deixa claro o papel de cada um desses elementos. E nós precisamos está de posse desses conhecimentos, principalmente nós que contribuimos na formação de opiniões das pessoas. É preciso que a gente saiba definir bem o papel da política e da fé. A política em si é alimento para que as coisas possam ser conhecidas, enfrentadas, resolvidas. A relação da política e da fé é mais que

importante, é um imperativo. Não se vai para uma luta se não se acredita; e, se for, não vai dar em nada. É preciso que a gente tenha fé e com essa fé se busque na política a mudança, a transformação. Buscar transformar atores transformadores na sociedade, esse é o grande papel da Escola. A fé e a política juntas buscam caminho de transformação, e é esse um dos objetivos da Escola. Vivemos numa sociedade de construção coletiva, de busca de transformação social igualitária, de busca da diminuição da desigualdade social, e, com certeza, a Igreja tem um papel muito importante nessa transformação. Então, a fé e a política vão ajudar o cristão a lutar por aquilo que é certo na comunidade, e isso a gente encontra na Igreja, estando baseado no evangelho com ações **(E. 7. a)**.

Fé e política: relação estabelecida no dia-a-dia, construção feita no cotidiano e imprescindível, segundo uma militância cristã, para a possibilidade de “outro mundo possível”. Acreditar na força divina e na força interior do ser humano é caminho básico para a ação. Fé e política constituem duas grandezas autônomas, com amplitudes muito diferentes, dimensões amplas, no entanto se entrecruzam com tanta evidência no cotidiano dessa militância cristã, relacionando tais grandezas tão complexas em crença, força, atitude e ação, que fortalecem o sonho de construção de um mundo melhor que se imagina ser o sonho querido por Deus. Fazer, então, a simbiose da fé e da política, para a militância da referida escola, é acreditar que a fé em Deus ajuda na atuação com mais qualidade na sociedade, na construção do novo mundo sonhado.

Perguntamos se o agir político no contexto da fé teria outra dimensão. A dimensão maior não poderia ser outra

Não consigo encontrar uma outra dimensão maior do que o reino de Deus. Nessa dimensão, há o fortalecimento na caminhada da humanidade; há a possibilidade da construção de um mundo novo, uma construção de um mundo que, inclusive, já existe. Uma construção de uma sociedade extremamente mais humana. Logo, se continuarmos insistindo nessa relação, nessa dimensão, nesse fortalecimento fé e política caminhando juntas, ganha a humanidade, pois esta se fortalece **(E. 16. d)**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de elaboração de uma pesquisa e seu resultado final implicam que o aprendizado daí decorrente apenas aponta para novo começo. As portas para esse conhecer continuam bem abertas, de modo que outros desafios se apresentam à continuidade da reflexão.

O estudo desenvolvido até o momento permite – acreditamos – perfilar alguns pontos que ora denominamos de “considerações finais”. Não se trata de intuições, algo meramente subjetivo, mas considerações decorrentes do processo de análise. Também eles nada encerram; apenas sinalizam e sustentam o que já dissemos em nossos objetivos, bem como confirmam algumas hipóteses levantadas no corpo do nosso projeto. Assim, não pretendemos uma generalização sem medida. Na verdade, tais pontos continuam como questões a serem retomadas por quem demonstrar interesse pelo aprofundamento e pela produção do conhecimento científico. Seguem nossas considerações.

Segundo Moscovici (1978), “Da resposta nasce o estímulo”. É perceptível que a produção dos militantes da estudada escola confirma a não-separação entre o sujeito e seu objeto de conhecimento, entre o ser e o mundo. Percebe-se, em suas falas, haver, na consciência deles, um dado que determina tanto as palavras quanto as ações: a percepção da vida e do tempo como movimento histórico. Essa parece ser a espinha dorsal na qual centram e enraízam suas opções, discernimentos, buscam as suas vivências de fé; dela decorre, no ponto de vista subjetivo, uma práxis transformadora de “Novo mundo possível”.⁴⁹

⁴⁹ Essa distinção de transformação social, novo mundo possível, foi feita por Pedro A. Ribeiro *In* Religião e transformação social no Brasil hoje, Sociedade de Teologia e Ciências da Religião – SOTER (org): Paulinas, 2007, p. 12-13. Para ele, sob o ponto de vista objetivo, a transformação social é um processo real que se dá no terreno da história concreta de um povo. Do ponto de vista subjetivo, ela é um conjunto de idéias-força, atitudes e predisposições que levam as pessoas a participarem daquele processo histórico. O referido autor distingue três entendimentos do que seria essa transformação social. O primeiro, “modernizante”, concebe-a como processo de superação de uma sociedade “atrasada” (por ter indicadores econômicos e sociais equivalentes aos que tinham no passado as atuais sociedades “avançadas”). Nessa visão, modernizar-se significa alcançar o “primeiro mundo”, integrar-se na “globalização” para ganhar posição de paridade com as sociedades mais modernas. Sua expressão política mais forte, hoje, é a corrente neoliberal, que define o desenvolvimento com base no paradigma do Banco Mundial e de outras agências mundiais que visam, em primeiro lugar, ao crescimento econômico. O segundo entendimento é o da posição “nacional-desenvolvimentista”, que vê a transformação social como processo de superação dos obstáculos de ordem econômica, política e cultural que impedem a realização do potencial do país. Nessa visão, o Brasil precisa ser ele mesmo, e não seguidor dos países mais “avançados”. Sua principal expressão política, hoje, reside nos movimentos sociais que reivindicam um projeto de construção nacional, como o exposto pela assembléia popular de outubro de 2005. O terceiro considera a transformação social como processo “revolucionário” pelo qual se chegará ao final do ciclo histórico capitalista e se inaugurará novo sistema de âmbito planetário no qual o mercado será submetido aos direitos sociais e ao respeito à ecologia. Tal

A relação fé e política é muito importante. Não se vai para uma luta se não se acredita. É preciso que a gente tenha fé e com essa fé se busque na política a mudança, a transformação, pois ela em si é alimento para que as coisas possam ser conhecidas, enfrentadas e resolvidas. Buscar transformar atores transformadores na sociedade, esse é o grande papel da escola. A fé e a política articuladas buscam a transformação, e esse é um dos objetivos da escola **(E.7.c)**.

De acordo com Oliveira (*In: SOTER, 2007, p. 12*), nos ambientes católicos, com frequência, define-se a transformação social com base em idéias muito gerais, como a construção de uma “nova sociedade (mais) justa, fraterna, pacífica, democrática, solidária...”. Em tal definição se encaixa a atuação sociopolítica dos diferentes grupos católicos, como é caso da Escola Pe. Humberto Plummen, já que esta se constitui, em sua maioria, de militantes cristãos engajados nos movimentos sociais e pastorais.

Perceptível no percurso histórico apresentado em nosso trabalho, essa militância cristã traz em seu bojo postura favorável à transformação social, ideários de militância de esquerda, o que se chamou, em tal percurso histórico, de “desenvolvimentista”. Sua continuidade histórica é notória entre as pastorais sociais, as CEB e os movimentos sociais (público que compõe a Escola Pe. Humberto Plummen) com a “esquerda católica”, cujas raízes se fixaram na década de 1950 e se aprofundaram durante a ditadura militar. Porém nosso estudo aponta que, a partir da década de 1970, com o ideário de renovação do Concílio Vaticano II, o desejo de colocar em prática tal renovação por meio da Conferência de Medellín e com o reforço da Teologia da Libertação, é que esses militantes vêm tentando dar novo formato a Igreja Católica, particularmente no Brasil. Aqui eles procuram articular, teórica e praticamente, sua participação eclesial e atuação política, como eles mesmos dizem, articular fé e vida: “A fé e a política juntas fazem com que as pessoas sintam vida, a vida como um campo de luta e fortalecem essa luta pelo caminhar, por uma vida melhor” **(E.9.e)**.
E ainda:

Quando digo que fé está ligada à vida e a política também está ligada à vida, é acreditar no ser humano, acreditar no seu potencial, no seu senso de criatividade; acreditar que é possível construir um mundo diferente, um mundo de mais justiça, onde o ser humano seja visto enquanto pessoa.

postura toma o lugar de concepção de “revolução” como processo de implantação do socialismo, concepção que, tendo predominado no século XX, foi redefinida a partir da crítica do socialismo soviético. Sua expressão política, hoje, pode ser encontrada entre as entidades promotoras dos fóruns sociais mundiais e na grande maioria dos seus participantes. Nosso olhar para concepção subjetiva está voltado a escola estudada, pois se trata de experiência recente; portanto, difícil de se visualizar objetivamente a influência dessa escola, em processo histórico de longo prazo, na transformação da sociedade.

Quando acreditamos nesse humano, aí estamos fazendo essa ponte fé e vida, política-vida. Todo esse acreditar é a fé, e buscar esses desejos, realização desse sonho, é toda uma ação política” (**E. 13.c**).

Ainda de acordo com Oliveira (2007, p. 14), tal fato implica significativas novidades na história do catolicismo no Brasil:

A primeira é a ruptura com a tradição religiosa popular católica que, incorporando ao campo religioso o modelo político assistencial-clientelista, ao mesmo tempo ideologiza e despolitiza a fé religiosa. Ao fazer da fé critério e razão para a ação política, esses militantes ligam fé e política não mais como ideologia da ordem (a ordem do mundo vista como reprodução da ordem cósmica) e sim como imperativo ético de ação transformadora do mundo. A segunda novidade está no fato de sua opção política de esquerda compatibilizar-se com sua participação eclesial, diferentemente da esquerda católica dos anos 1960, cuja opção política levou-a ao afastamento da institucionalidade católica.

Vale a pena retornar à fala de um dos militantes, que, taxativamente, diz:

A fé e a política necessariamente estão juntas sempre e elas fortalecem, mais que tudo, esse sonho de construir um mundo melhor que nós vemos, que é o sonho de Deus, o mundo querido por Deus. A gente professa a fé em Jesus e dizemos que nós somos herdeiros de uma obra incompleta, somos co-criadores de Deus. Então, casar fé com a política, fazer essa simbiose, essa mistura é acreditar que a minha fé em Deus me ajuda a atuar com mais qualidade na sociedade, ajuda na construção desse outro mundo possível, este reino de Deus que a gente acredita (**E.15. b**).

Percebe-se, portanto, que a aventura da fé molda e impulsiona a trajetória de vida dos militantes cristãos da Escola Humberto Plummen cujo referencial maior está na personalidade ímpar de Jesus Cristo – exemplo de fé madura e integridade pessoal e, ao longo da história na comunidade cristã, o maior exemplo de como enfrentar as crises das experiências-limite de cada estágio da vida com a resposta da fé.

Não dá pra gente ficar quieto, não dá pra se omitir. Nós estamos hoje em um estágio que nós construímos, que foi fruto de um processo efetivo de mobilizações nas ruas, de campanhas e que hoje temos espaços que foram construídos: fórum, conselhos, conferências, que foram sugeridos por nós e que temos dificuldade de fazer o controle social. A partir do momento que a gente começa a participar da escola, a gente vê que não dá para se afastar, por mais que percebemos que é muita coisa, por mais que a gente queira sair e dizer que é muita areia pra mim, mas algo chama a gente. É essa fé que nos leva a querer mais, buscar mais; aí eu não quero só pra mim, quero para o coletivo, porque eu sonho em construir uma sociedade mais justa, não para o povo, mas com povo sendo protagonista dessa mudança. É impossível eu ver uma realidade presente, uma criança passando fome, uma adolescente se prostituindo, família que não tem água para beber, sem eu

nem me comover. Mas, sem isso me despertar, com certeza, é impossível, porque algo chama a gente. E esse chamar significa ir mesmo mais além, significa ir propor mudanças para isso; significa construir passos que, de fato, garanta essa discussão com proposição. Então, não dá pra gente se segurar. Então, a escola, repito, é como se fosse um espaço onde a gente vem, bebe da fonte e se abastece pra dar continuidade à luta, e essa luta se fortalece quando a gente visualiza que tem um coletivo, que tem um sonho, não um sonho individual, mas coletivo (**E.10.f**).

Eles apontam a fé como fonte impulsionadora à ação nas suas vidas; ela os faz impor a si mesmos o cumprimento de uma missão proveniente de Deus, traduzível concretamente na vida. Sempre articulada com a vida, eles a vivem como política libertadora. Conforme a percepção dos militantes, dessa fé nascem possibilidades infinitas que orientam a vida do cristão e lhe exigem o compromisso com a transformação permanente da história. Essencialmente comunitária, ela se alimenta, firma-se e se exprime, valendo-se do espaço determinado que eles chamam de igreja. Sendo ela sua raiz religiosa, tais militantes a consideram, ao mesmo tempo, sua força e fraqueza: força, porque oferece diretrizes éticas, propõe o resgate de valores, como a solidariedade, a ética, a atenção com o sofrimento do outro, compartilha a mesma crença e ajuda a sustentar a fidelidade aos princípios cristãos; fraqueza, porque, conforme os entrevistados, tais crenças podem dificultar a possibilidade de críticas e autocríticas. Então, para os militantes, deve a Igreja, junto aos demais cristãos, criar os mecanismos próprios para luta política; organizar movimentos, dando-lhes condições de formação teológica, ética e política; mobilizar o povo em suas reivindicações específicas, deixando de lado o discurso genérico, tão característico nos meios eclesiais; passar para a ação concreta, ou seja, articular fé e política. Só assim, será possível ter de volta o que expressou um entrevistado:

Acredito num Ser superior e acredito que Deus tem um projeto para nós, que ele é construído aqui, na Terra. Nós acreditamos em vida eterna, acreditamos em ressurreição; acreditamos, porque o próprio Jesus veio e viveu isso, mas acreditamos principalmente que essa vida eterna começa aqui, na Terra. Então, o fato de juntar fé e política é exatamente reafirmar, porém não dá para gente ter fé na vida eterna, sem entender o nosso papel aqui, na sociedade. O próprio Jesus veio nos questionar. Isso liga a minha imagem à Igreja. E desliga ao mesmo tempo que vejo exemplo de pessoas que fazem parte diretamente do corpo da igreja, e aí a gente pode dar nome a alguns padres e alguns bispos e também leigos que não têm boas atitudes, que distancia o povo de fazer essa intervenção. Se a gente for analisar o padre, ele tem um papel fundamental; a missa é um momento de encontro com Jesus, mas também é um momento de conscientização. Não adianta o povo ir rezar, ficar horas rezando, e, ao voltar para casa, não tem prato de comida, não tem água para beber. Então, que fé é essa que fala de um Deus que é bom, que quer a vida em abundância para gente e que, ao

mesmo tempo, a realidade que o povo está inserido não tem acesso a essas políticas públicas, a essas ações que podem ser construídas, que podem melhorar a vida do povo? Então, liga nesse sentido e desliga em saber que temos hoje pessoas que afastam o povo dessa realidade, que não contribui para que o povo tenha uma intervenção concreta nessa sociedade **(E.10.d)**.

Caracterizada como movimento oriundo de uma militância cristã e pertença católica, a Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen tem caráter próprio que não deve ser esquecido: é movimento de fé animada pela espiritualidade e destinado a anunciar, explicitamente, por palavras e ações, a mensagem libertadora de Jesus de Nazaré, portanto, comprometida com a posição do evangelho – a libertação dos oprimidos, na qual se revela a plenitude do amor de Deus. Logo, trata-se de um movimento que não vê a Igreja na posição de concepção politicamente neutra, ideologicamente imune e socialmente acima das contradições entre as classes.

Relacionar fé e política para a Igreja, hoje, é quase que um imperativo. Não tem como, nos dias de hoje, num contexto de miserabilidade, de violência, de aumento das desigualdades sociais, professar uma fé desencarnada, desenculturada. Essa relação é uma estratégia que a gente chama de imperativa da ética cristã, se comprometer com a transformação da sociedade **(E.15. e)**.

Assim, para esses militantes, a articulação fé e política os aproxima da Igreja, porque se vive numa sociedade de construção coletiva, de busca de transformação social igualitária, de busca de diminuição da desigualdade social e a Igreja desempenha papel muito importante em tal missão. A fé e a política articuladas os ajudam a lutar por aquilo que é certo na comunidade, o que se coaduna com a Igreja, com o evangelho.

Então, a escola pesquisada apresenta-se como nova possibilidade de viver a construção de “Outro mundo possível”: a vivência dos valores evangélicos (amor ao próximo, gratuidade, comunhão, reciprocidade) faz dela um vínculo ao projeto da Igreja, conseqüentemente, ao projeto de Deus. Mostra-se como movimento cristão que busca romper com a dicotomia de que há uma ética referente à esfera econômica e à esfera política e outras às demais esferas da vida; apresenta-se como modo de articular fé e política, quando esta dá ênfase às relações interpessoais. Nos dados coletados, há analogia da referida escola a uma família, a um lugar que remete ao aconchego, à proteção, à harmonia, onde seus integrantes estabelecem relacionamentos próximos: “Em um dos momentos mais difícil da minha vida, ela foi um grande apoio, uma grande incentivadora, para me dizer: ‘Vá em

frente, que a gente tem desafios, decepções, mas estamos, aí, juntos.’ Essa família que se chama Escola Fé e Política” (E.11. g).

Nesse sentido, ao nosso ver, tal posição demonstra que as representações sociais têm também a função de fazer os indivíduos ou grupos se apropriarem da realidade em razão de suas carências e vivências diárias. Diferentemente da ideologia que informa e legitima as relações e lugares ocupados em determinada sociedade, as representações sociais organizam formas de ação e determinação de espaços a partir dos quais os indivíduos e ou grupos reconhecem o que são, interpretam os acontecimentos e atuam na realidade. Percebe-se que as ações dos militantes não se baseiam simplesmente no aspecto instrumental, também têm motivações religiosas e humanas que expressam o interesse pelo outro.

Quanto à política, a militância pesquisada mostrou-se sem medo de fazê-la, entendendo que política se faz nos diversos campos da vida social: nos movimentos, nas pastorais, nos sindicatos, nos conselhos, nas diversas formas de luta popular, não necessariamente nos partidos políticos. Quando perguntado se a escola tem alguma experiência no campo legislativo, Roberto Saraiva, um dos coordenadores da escola justificou:

Não temos experiência no campo legislativo, como é o exemplo da escola de Ji-Paraná em Rondônia, que é a escola mais antiga do Brasil. Conheço dom Antônio, bispo de Ji-Paraná, uma figura importante dentro da Igreja do Brasil, um verdadeiro profeta que corre risco de vida, está sendo ameaçado naquela região. Tivemos alunos vereadores, secretários de governos municipais. Levando em conta as proporções e o tempo de escola, o estado de Rondônia é pequeno, o nosso é imenso e a nossa escola tem apenas quatro anos. Vale ressaltar que, o primeiro ano, nós fizemos a escola com aqueles que estavam extremamente engajados. Valeu, porque se tornam sementes na massa, mas não são aqueles que realmente precisavam de mais formação política e de fé, não. A rigor, temos dois anos e meio de escola, de forma mais a trazer a juventude, e não só a juventude, porque a escola tem um bom número de adultos e idosos participando e contribuindo muito com a formação dos mais jovens. Mas ainda não temos essa experiência tão exitosa, mas temos várias experiências de compromisso com a sua comunidade e com o desenvolvimento da ética na política.⁵⁰

Para os militantes, a política é um espaço sagrado, misterioso, com muitos significados e preenchido pela fé. Eles a vêem como bem comum e sempre na perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Articular as duas grandezas – fé e política – significa,

⁵⁰ Entrevista concedida no dia 18 de julho de 2007, na sede da CNBB.

segundo eles, acreditar que é possível se chegar ao senso comum para o bem comum.⁵¹ “Fé-vida; política-vida. Não existe um ser, na minha concepção, que não seja um ser político. O nascimento já é um ato político. Ao abrir os olhos aqui, no mundo, a gente já está vivendo a dimensão política” **(E.13. b)**. Pelo exposto, na percepção deles, ambas as dimensões, unidas, constituem o caminho para transformação.

Para eles, essa relação fortalece a caminhada da humanidade, a construção de mundo novo, a construção de sociedade mais justa, solidária, fraterna e mais humana. Compara-se tal relação com o casamento bem-sucedido. Elas devem caminhar juntas, porque uma é a continuidade da outra – se tem fé, acredita; se acredita, vai à luta. A luta significa o momento político, o momento de busca, de conquista, de articulação, isso é política. Assim, na concepção deles, a fé impulsiona a ação; a política é a própria ação; portanto, a fé impulsiona o agir político.

Segundo os entrevistados, relação fé e política é a própria relação estabelecida no dia-a-dia. Acreditar que se tem uma missão motiva a fé. A política surge como desdobramento da fé, como parte mais concreta daquilo que se professa. Na verdade, trata-se da resposta dada a determinada proposta.

Em relação ao seu aspecto “coletivo”, está no fato de que as pessoas à referida escola vinculadas (cursistas, coordenadores, clero, assessores) são engajadas em movimentos ou pastorais sociais, têm a mesma pertença religiosa, professam a mesma fé e, periodicamente, se reúnem para troca de experiências e celebração da vida.

Não podemos ainda deixar de mencionar o aspecto da espiritualidade vivenciada pelos militantes na pesquisada escola: sua força se encontra na mística da oração, que, para eles, é o alimento espiritual e a convocação a uma prática social e política libertadora: “Oração e ação andam juntas, logo fé e política, oração e ação é o que fortifica na minha caminhada” **(E.3.f)**.

A relação analisada fé e política na Escola Pe. Humberto Plummen – como representação social – soma-se a outras já sedimentadas no discurso religioso (Teologia da Libertação, Encontros de Irmãos, Movimento Fé e Política e tantos outros). Nessa representação social, ela deixa de ser espaço de formação e passa, por meio de seus militantes, a protagonista social.⁵² De forma geral, a representação social significa a

⁵¹ Para Moscovici (2003, p. 60), “senso comum é a ciência tornada comum. Cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua própria banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o fazem ao mesmo tempo compulsivo e fascinante”.

⁵² O social em Moscovici é apontado para o mundo dos objetos existentes na sociedade – repetindo suas palavras –, “é o universo de opiniões construídas sobre um determinado objeto social” (1978, p. 66).

reconstrução do real humano, composto de múltiplos objetos, um processo (muito mais que conteúdo ou imagem a estabelecer a relação sujeito-objeto) que tem por base significações já existentes. A existência de tais significações não quer dizer que a atividade representativa seja repetição ou reprodução mecânica e infinita do já instituído, como afirma Sader: “nas lutas sociais os sujeitos envolvidos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos” (1986, p. 142).

Por fim, merece destaque um trecho que bem representa a concepção da relação fé e política já entranhada na militância da escola estudada:

Nada no nosso país veio de graça, nem uma conquista, tudo tem um preço. Então, outras pessoas pagaram um preço para que pudéssemos estar aqui fazendo política, que pudéssemos estar aqui inseridos nos movimentos, ter liberdade de expressão, que pudéssemos ter liberdade em tudo que, em anos não muito distantes da gente foram tirados esses direitos. Então, nessa insistência de perseverança diante de tudo que vem, no nosso país, isso é o que eu chamo de relação fé e política. Se nós perdemos alguma luta, nós nos reerguemos e nos levantamos para começar tudo de novo, isso é a fé. **(E.11. f).**

REFERÊNCIAS

- ABBGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. Trad. de Alfredo Bosi. Revisão Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.(orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latinos americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMADO, Wolmir Therezio. **Diálogos com a fé**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. Reflexões teológicas sobre a relação Fé e Política. **Revista Atualidade Teológica**, ano VIII n. 18, set/dez, 2004, p. 358-377.
- _____. **Fé e eficácia**: o uso da sociologia na teologia da libertação. São Paulo: Loyola, 1991.
- ANDRADE, Péricles. **Um artista de fé**: padre Marcelo Rossi e o catolicismo brasileiro contemporâneo. Tese de Doutorado em Sociologia. Recife, UFPE, 2006.
- ANJOS, Márcio Fabri dos (org). **Teologia aberta ao futuro**. São Paulo: Soter / Loyola, 1997.
- _____. (Org). **Teologia e novos paradigmas**. São Paulo: Soter/Loyola, 1996.
- ANTONCICH, R. ; SANS, J.M. **Ensino social da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ARAGÃO, Gilbraz de Sousa. **Pobre evangelizando pobre**: experiência libertadora do espírito no encontro de irmãos do Recife. Dissertação de Mestrado em Teologia, São Paulo, Pontifícia faculdade de teologia de São Paulo, 1994.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Trad. de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Trad. de Aníbal Alves. Lisboa: Edições 70, 1972.
- BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- _____. **Fé e compromisso político**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5.ed. Trad. e José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 25.Ed. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____; _____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. 2. ed. Trad. de Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Experimentar Deus – transparência de todas as coisas**. 3. ed. Campinas: Verus, 2002.
- _____. **Igreja, carisma e poder – ensaios de eclesiologia militante**. Edição revista. São Paulo: Record, 2005.
- _____. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. **Crise: oportunidade de crescimento**. Verus editora, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BUARQUE, Cristóvão (org.) **Fé, política e cultura**: desafios atuais. São Paulo: Paulinas, 1992.

- BUZZI, A. R. Introdução ao pensar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BURITY, Joanildo A. **Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil**. Recife: editora Massangana, 2006.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Báculos no meio dos caminhos**: modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II. Tese de Doutorado em História. Recife, UFPE, 2001.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade; MARQUES, Luiz Carlos Luz; BRANDÃO, Sylvana. **História das religiões no Brasil** (orgs). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, v. 4.
- CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs). **Representações** – contribuição a um debate transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 2000.
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico. *In* ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; SORJ, Bernardo (org). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CELAM; CNBB. **Católicos e políticos** – uma identidade em tensão. Trad. de Antônio Efro Feltrin. São Paulo: Paulus, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 25. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Coleção Primeiros Passos).
- CNBB. **Puebla**: a evangelização no presente e no passado da América Latina. Texto oficial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **SANTO DOMINGO**: Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano (texto oficial). São Paulo: Paulinas, 1992.
- _____. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus/ Paulinas, 2007.
- _____. **Católicos e políticos** – uma identidade em tensão. Trad. de Antônio Efro Feltrin. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **Diagnóstico da formação no Regional NE 2**: Escola Fé e Política. Recife: Salesianos, 2003.
- _____. **Relatório de atividades dos alunos da Escola Fé e Política**. Regional NE 2. Recife, 2005.
- _____. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil**. Documento n° 71. São Paulo: Paulinas, 2003-2006.
- _____. **Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome**. Documento n° 69. São Paulo: Paulinas, 2002.
- CNBB NE 2. **Projeto da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen**. Setor pastoral social, 2003.
- _____. **O que é pastoral social**. Setor pastoral social. São Paulo: Loyola, 2001 (cartilhas de pastoral social n° 01).
- _____. **Igreja, comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura**. N° 40. São Paulo: Paulinas, 1988.
- _____. **Exigências cristãs de uma ordem política**. Documento n° 10. São Paulo: Paulinas, 1977.
- _____. **Por uma nova ordem constitucional**. Documento n° 36. São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. **Exigências éticas da ordem democrática**. Documento n° 42. São Paulo: Paulinas, 1989.
- _____. **Justiça e Paz se abraçarão**. Manual da Campanha da Fraternidade (Fraternidade e Política). São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

- _____. **Catecismo da Igreja Católica**. Edição revisada de acordo com o texto oficial em latim. São Paulo: Loyola, 1999.
- CONCILIUM VATICANO II. **Gaudium et Spes**. São Paulo: Ltr, 1971 (Encíclicas e Documentos Sociais).
- COMBLIN, José. **Desafios aos cristãos do século XXI**. São Paulo: Paulus, 2004.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Manual para normatização de trabalhos acadêmicos**. 8. ed. Recife: INSAF, 2007.
- CRAWFORD, Robert. **O que é religião?** Trad. de Gentil Avelino Titton. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião**. São Paulo: Paulus, 2001.
- DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais: sobre uma convivência possível**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **A formas elementares de vida religiosa**. 2. Ed. Trad. de Joaquim Pereira Neto. Revisão H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1989.
- _____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Abril, 1978 (pensadores).
- DURANT, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DURVAL, Ângelo (Org). **Fé e política – fome e sede de justiça**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2001.
- DUSSEL, Enrique D. **Método para uma filosofia da libertação**. Trad. de Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. A consciência crítica na Igreja. **Concilium**, nº 39. 1978 / 1979.
- _____. Discernimento: questão ortodoxia ou ortopraxia? **Concilium**, nº 139, 1978 / 1979.
- _____. **Teologia da libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Trad. de Francisco da Rocha Filho. Petrópolis: Vozes, 1997 (temas religiosos contemporâneos).
- EPSTEIN, Isaac. **O signo**. São Paulo: Ática, 1997.
- FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como produção simples**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997 (oficina de filosofia).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERRÉ, Alberto Methol; METALLI, Alver. **A América Latina do século XXI**. Trad. de Neófito Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões**. Trad. de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior. **Planejamento urbano e segregação espacial: o município de Recife na década de 1970-80**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1986.
- FOWLER, J.W. **Estágios da fé**. Trad. de J.P.T. Zabateiro. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. Ed. São Paulo: Paz e Bem, 1984.
- _____. **Educação como prática de liberdade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Bem, 1971.
- GALVÃO, Antônio Mesquita. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. **Ética cristã e compromisso político: a fé que se faz partilha**. São Paulo: Ave Maria, 1996.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencantos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. Ed. Trad. de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005 (coleção Questão da Nossa Época; v. 5).

GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. **Repensando alguns conceitos**: sujeitos, representação social e identidade coletiva. Mestrado em Serviço Social, UFPE, 2000.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GRESCHAT, Hans-Jung. **O que é ciência da religião?** Trad. de Franck Usarskj. São Paulo: Paulinas, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**: perspectivas. 5. ed. Trad. de Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1985.

HEGENBERG, Leônidas. **Explicações científicas**. São Paulo: EPU, 1973.

HIGUET, Etienne A; KLEIN, Carlos Jeremias (orgs). **Teologia e modernidade**. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org). **Presença pública da igreja no Brasil**: Jubileu de ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2002.

JOÃO PAULO II, Papa. **A palavra de João Paulo II no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1980.

_____. **Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. Documento n. 117. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. **Carta Encíclica Centesimus Annus**. Documento n. 126. São Paulo: Paulinas, 1991.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et magistra**. São Paulo: Ltr, 1971. (Encíclicas e Documentos Sociais).

_____. **Pacem in Terris**. São Paulo: Ltr, 1971. (Encíclicas e Documentos Sociais).

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública** – a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JODELET, Denise. **Representaciones sociales**: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI. Espanha: Editorial Sal Terrae, 1985.

JÚNIOR, Fernando Altemeyer. **Fé e política se abraçarão**. In Revista vida pastoral, maio - junho 2007, p. 16-22, ano 48, n. 254.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**. São Paulo: Ltr, 1971. (Encíclicas e Documentos Sociais).

LIBÂNIO, João Batista. **Fé e política**: autonomias específicas e articulações mútuas. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **Eu creio, nós cremos**. Tratado da fé. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Qual o futuro do cristianismo?** São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Discernimento e política**. Petrópolis: Vozes, 1977 (Vida religiosa: temas atuais/7).

_____. **Utopia e esperança cristã**. São Paulo: Loyola, 1989 (Fé e realidade/ XXVI).

LIMA, Jacob Carlos; KOURY, Mauro Guilherme P.; RIFIÓTIS, Theophilos (orgs). **Cultura e subjetividade**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

- LIMA, Degislano Nóbrega de. Cristianismo e desafios do mundo atual. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**. Recife: dez/2004, v. 3, n. 3.
- LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** São Paulo: Senzala, 1967.
- MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MALINA, Bruce J. **O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea**. Trad. de Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004.
- MARDONES, José Maria. **Fé e política – el compromiso político de los cristianos em tiempos de desencanto**. Espanha: Editorial Sal Terrae, 1993 (Presencia Social).
- _____. **Utopia, sociedade e religião**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARTELLI, Stefano. **A Religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização**. Trad. de Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja – de Lutero a nossos dias: a era do liberalismo**. Trad. de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997. Vol. III e IV.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MCGRATH, Alister E. **Fundamentos do diálogo entre ciência e religião**. Trad. de Jaci Maraschin. São Paulo: Loyola, 2005.
- MILBANK, John. **Teologia e teoria social: para além da razão secular**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1995.
- MIRANDA, Júlia. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- MIRANDA, Mário de França. **Um homem perplexo: o cristão na atual sociedade**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. (Teologia e Evangelização/6).
- MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA. **Mística da Militância – Encontro Nacional de Fé e Política**. São Paulo: Editora Rede, 2001.
- MOREIRA, Antônia Silva P.; OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- _____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NEUTZLING, Inácio (org). **Bem Comum e solidariedade: por uma ética na economia e na política do Brasil**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Diálogos entre razão e fé**. São Paulo: Paulinas, 2000.
- _____. **A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança**. São Paulo: Loyola, 1999.
- OLIVEIRA, Pedro A Ribeiro (org). **Fé e política: fundamentos**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.
- _____. **CEBs, carismáticos católicos e transformação social** *In: Sociedade de teologia e ciências da religião – SOTER* (org). **Religião e transformação social no Brasil hoje**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (org). **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

- ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (orgs). **Globalização e religião**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PAIVA, Geraldo José de; ZANGARI, Wellington (orgs). **A representação na religião: perspectivas psicológicas**. São Paulo: Loyola, 2004.
- PAULO VI, Papa. **Populorum progressio**. São Paulo: Ltr. 1971 (Encíclicas e Documentos Sociais).
- PEGORARO, Olinto A. **Ética é justiça**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PERRUCI, Artur Fragoso de Albuquerque. **Toda loucura será castigada: um estudo sobre a representação social da doença mental entre psiquiatras do Recife**. Mestrado em Sociologia, UFPE, 1992.
- PIAZZA, W. O. **Introdução à fenomenologia religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PINHEIRO, José Ernane (org.). **Resgatar a dignidade da política**. Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara” – CEFEP. São Paulo: Paulinas, 2006.
- _____. **Cristãos em ação na política**. Aparecida: Editora Idéias e Letras, 2004.
- PIO XI, Papa. **Quadragesimo anno**. São Paulo: Ltr, 1971. (Encíclicas e Documentos Sociais).
- PIO XII, Papa. **Radiomensagem de Natal**. São Paulo: Ltr, 1972 (Encíclicas e Documentos Sociais).
- RIBEIRO, Gil Barreto. **Evangelho político: discurso social-político da igreja**. Goiânia: Editora UCB, 1999.
- RICHARD, Pablo. **Força ética e espiritual da teologia da libertação – no contexto atual da globalização**. Trad. de Cristina Paixão Lopes. São Paulo: Paulinas, 2006 (coleção Questão em Debate).
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre as classes populares no pensamento brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes) *In*: CARDOSO, R. (org). **A aventura antropológica, teoria e prática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SEGUNDO, Juan L. **O dogma que liberta: fé e revelação e magistério dogmático**. Trad. de Magda Furtado de Queiroz. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. **Fé e Ideologia**. São Paulo: Paulinas, 1985, V. II/I.
- _____. **A História perdida e recuperada de Jesus de Nazaré – dos sinóticos a Paulo**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006.
- SILVA, Drance Elias da. **A representação social do dinheiro entre os Neopentecostais**. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFPE, 2000.
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **Sociologia da religião e mudança social**. São Paulo: Paulus, 2004.

SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SOTER; AMERÍNDIA (orgs). **Caminhos da igreja na América Latina e no Caribe**: novos desafios. São Paulo: Paulinas, 2006.

SUNG, Jung Mo. **Economia**: um assunto central e quase ausente na Teologia da Libertação: uma abordagem epistemológica. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1993.

_____. **Sementes de esperança**: A fé em um mundo em crise. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Faustino (org). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.

THEIJE, Marjo de. **Tudo o que vem de Deus é bom**: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil. Recife: Ed. Massangana, 2002.

TILLICH, P. **Dinâmica da fé**. Trad. de W. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 1974.

TOLRA-LABURTHE, Phelippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia e Antropologia**. 3. ed. Trad. de Anna Hartmann Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 1997.

TRASFERETTI, José; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Teologia na pós-modernidade**. São Paulo: Paulinas, 2003.

VATTINO, Gianni; DERRIDA, Jacques. **A religião**. Trad. de Miguel Serras Pereira. Editora Relógio D'água, 1997.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.) **Psicologia do cotidiano**: representações sociais em ação. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

_____. **A objetividade do conhecimento nas ciências e na política social**. Lisboa: Lisboa Ltda, 1974.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.

APÊNDICE 1 – Como os cursistas e coordenadores da Escola Pe. Humberto Plommen fazem a Relação Fé e Política

O que aqui demonstramos corresponde à síntese representativa do conjunto das entrevistas realizadas com os cursistas e coordenadores da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plommen. Por meio dessas falas, pode-se averiguar como a membrea da escola elabora certas estratégias, para ancorar a fé e a política à representação já existente em suas mentes. Vale ressaltar que todos os entrevistados têm uma prática pastoral ou social e deitam suas origens na religiosidade popular, expressamente, no catolicismo, no meio urbano e no meio rural.

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS

E.1.a

“Eu vejo a fé como a base da vida para a gente que acredita, porque, se eu não acreditasse e não tivesse fé, eu não estava na luta que vive no dia-a-dia”.

E.1.b

“... então, pra mim, a fé é o ponto de partida para toda minha atividade não só na vida do trabalho, na vida da comunidade e como profissional, acho a fé vai nos dando força e coragem para enfrentar todas as dificuldades na vida”.

E.1.c

“Eu vejo a política não só como a teoria do bem comum, mas vejo como uma prática, vejo também como uma coisa boa”.

E.1.d

“Pra mim, fé e vida andam juntas, pois é a fé que nos mobiliza, pois tem hora que a gente quer desanimar, aí entra a fé e nos faz continuar e acreditar que temos que cumprir a nossa parte”.

E.1.e

“Cada pessoa humana tem um papel a desempenhar aqui, na terra. Se eu sei que tenho esse papel e me são dadas condições para isso, tenho a obrigação de cumpri-lo”.

E.1.f

“A relação fé e política faz despertar o interesse de luta pelo bem comum”.

E.2.a

“Fé é uma energia. É algo que me move todos os dias pra olhar para as pessoas, para lutar pelos direitos delas. Sei que é uma energia boa que vem de Deus”.

E.2.b

“Política é o ato de influenciar, seja para o bem ou não. E, no nosso país, a política tem sido usada para um bem comum, mas, para o bem de poucos”.

E.2.c

“Jesus é um bom exemplo de como unir fé e política. Eu diria: influenciar as pessoas a se organizarem e se olharem para buscar um reino que podia acontecer aqui. A política, aliada à fé, faz com que a sociedade seja mais justa e mais solidária. Acho que só a fé ou só a política, elas não têm sentido, porém, aliadas, elas podem fazer o bem”.

E.2.d

“A relação fé e política me faz questionar, me faz propor, me faz amar minha igreja com mais eficiência”.

E.2.e

“A fé e a política juntas me fortalece enquanto pessoa, enquanto cristã; me faz enxergar quem está ao lado, o outro”.

E.2.f

“A função do militante cristão é ser político, articulação, trabalho em rede. É aí onde se encontra a relação fé e política; insistir, não desistir e persistir”.

E.2.g

“A escola, para mim, é o espaço de formação, de proposição, de crescimento até humano. Eu creio que é um espaço onde pessoas de várias linhas se juntam com um objetivo comum: promover a dignidade humana, crescer enquanto pessoa também. É necessário que isso seja fortalecido e garantido”.

E.3.a

“Para mim, fé é você desenvolver o seu trabalho com garra, com amor sem desanimar. É você ter essa esperança que, mesmo as coisas estando difícil para se realizar, você siga em frente e poder dizer: eu vou conseguir, porque luto e estou pronto para vencer”.

E.3.b

“A política é você dar rumo na sociedade que você vive, no seu país, no seu Estado”.

E.3.c

“Vejo a fé e a política como abertura de novos horizontes onde as pessoas se alimentam de muitos conhecimentos, lutam pela sua fé e faz a realização de muitas pessoas que estão carentes, necessitadas de conhecimentos e força para viver e se realizar”.

E.3.d

“A fé e a política abriu caminhos para mim e fez com que eu me fortificasse. Hoje eu considero que, como conselheira, como catequista, a missão está mais forte e estou mais consciente da importância de um conselho e da força e responsabilidade que uma comunidade tem”.

E.3.e

“Essa nova visão da fé e política me leva a insistir e acreditar que nunca se deve desanimar diante dos obstáculos que se tem pela frente. A perseverança de muitos amigos que vejo na luta, enfrentando tantas dificuldades sem desanimarem e desistirem, me ajudam na caminhada, e isso é fé”.

E.3.f

“A oração e a ação andam juntas, logo fé e política: oração e ação são o que fortifica na minha caminhada”.

E.4.a

“Para mim, fé é acreditar, é crer. Eu acho que, quando estamos no trabalho, nós temos que ter essa fé, se colocar na mão de Deus e ter essa entrega a uma vida de ação. Para mim, fé é isso, é ter uma concretização do que você acredita, não sonhando somente, mas se colocando na mão de Deus e partindo para uma ação”.

E.4.b

“Política é a arte do bem comum, é lutar para que todos tenham vida em abundância e direitos garantidos. É você pensar não num trabalho isolado, mas num trabalho onde as pessoas possam realmente participar do debate; e você, que está ali numa coordenação, está aberto a melhorar, receber críticas e ajudar o outro; pensar num mundo onde todos tenham justiça, paz, amor, fraternidade em todas as mesas, trabalho, moradia, educação”.

E.4.c

“Fé é se colocar na mão de Deus e política é justamente a ação, a reação. Não dá para separar fé e política, pois um cristão nunca deve largar sua fé, ele precisa participar da política e formar seu alicerce”.

E.4.d

“A fé e a política juntas é a revolução que fez Jesus. Essa é a luta do dia-a-dia, lutar por dias melhores, e o cristão só tem a ganhar”.

E.4.e

“Fazer a relação fé e política é comungar a vida de nossos irmãos sofridos. Não acredito em quem tem a vida só de ação e não tem a vida de oração. A ação mantém a vida de oração e vice-versa”.

E.4.f

“Elas fortalecem nosso testemunho, não só de falar, mas de agir, de sair para a luta. Quando você junta essas duas grandezas, fé e política, elas nos dão a força de testemunhar, mas não somos quaisquer testemunhas, somos testemunhas de Jesus Cristo. Então é isso: é força, coragem, é testemunho, e, dentro desse testemunho, nós temos um mandato e ninguém vai tirá-lo de nós”.

E.4.g

“A escola nos ajuda, na articulação da fé e política, a unir a fé com a vida. E essa união fortalece nosso testemunho, não só de falar, mas de agir, de sair para a luta. Quando juntamos a fé e a política, elas nos dão força de testemunhar, mas não somos quaisquer testemunhas, somos testemunhas de Jesus Cristo. Então, para mim, a escola tem um importante significado: é força, é coragem, é testemunho. E dentro desse testemunho, nós temos um mandato a cumprir, mandato que vem do Alto, e ninguém vai tirá-lo de nós”.

E.4.h

“A escola Humberto Plummen é a continuação de uma luta iniciada por outros. Ela, para mim, é como uns óculos que a gente precisa para enxergar melhor. Ela me faz enxergar melhor a realidade, a vida da comunidade, da região, do Brasil: a situação e vida do nosso povo e mais importante conscientização pública, nos dando coragem para lutar”.

E.5.a

“Fé é alguma coisa que você se apegua, confia, acredita para sua sobrevivência, no dia-a-dia, no seu trabalho, na sua comunidade. Tenho fé naquele que me deu a vida, no Ser superior que nos conduz. Você tem que acreditar em alguma coisa para sobreviver, ninguém vive solto sem acreditar em nada. Fé é o que você acredita”.

E.5.b

“Para mim, a política é tudo, é a vida. Ela está em tudo que você faz: está no trabalho, na sua casa e na sua comunidade. Tudo é política hoje e você juntar a fé e a política é uma maneira de você sobreviver, de saber conduzir a sua vida. Acho que pra você viver bem tem que conciliar os dois, pois a política influencia nas suas atitudes e a fé ninguém vive sem ela”.

E.5.c

“Eu acho que, quando você é militante cristão, você não pára. Veja só a situação ridícula do nosso país, cheio de injustiça, corrupção, roubalheira. E se a gente não acreditar que ele vai melhorar, aí é que não melhora mesmo, porque, quando você tem um ideal, você não desiste dele, vai à luta, vai atrás para que ele se torne realidade. E isso, para mim, é fé, acreditar no seu ideal”.

E.5.d

“A fé e a política fortalecem a vida..., a vida e a sociedade também, porque, se você não tem a fé pra ajudar a política, você fica uma pessoa quase nula”.

E.5.e

“Um militante que não esteja envolvido com a política não é um militante, porque a política é tudo na vida da gente”.

E.6.a

“Fé é acreditar no que não vemos, é acreditar no invisível; é uma força que vem do seu interior”.

E.6.b

“Política é lutar pelos seus direitos e cumprir seus deveres”.

E.6.c

“Para mim, não existe fé sem política, porque, se a política é lutar pelos seus direitos e cumprir seus deveres, para realizar isso, você precisa de fé, ou seja, você precisa acreditar numa coisa que talvez seja impossível”.

E.6.d

“A fé e a política liga você mais a igreja, pois você não pode só ter fé, é preciso você também praticar a política, sair, ir a busca. Tenho que praticar essa política de mudar uma realidade ruim que eu vejo na minha comunidade”.

E.6.e

“A fé e a política primeiramente fortalece a pessoa, porque você está firme, porque você acredita e está praticando a política. Automaticamente, isso traz benefício para a comunidade como um todo”.

E.6.f

“Acredito que todos têm a capacidade de ter fé como prática para o bem, porque também pode ser praticada para o mal. E temos que melhorar o nosso senso de política, porque aqui, no Brasil, a maioria só vê a política no sentido partidário, e seria interessante que todos pudessem interagir a fé com a política, independente de ser ou não militante cristão”.

E.7.a

“Para mim, é algo misterioso, algo mais que importante, algo que não se coloca no outro, e sim que se busca dentro de si. É toda força divina que a gente considera enquanto cristão, Deus, buscada na natureza. Costumo dizer que a fé é como a barriga do ser humano, assim como a barriga precisa de comida para que o corpo esteja bem, então, com a fé, é a mesma coisa, ela precisa ser alimentada da oração, da partilha, do companheirismo, do diálogo, mas, principalmente, da oração, que faz com que você não enfraqueça, não perca o senso comum das coisas, não se distancie de Deus. Fé, está acima de qualquer coisa no ser humano. Quando não se tem fé, é um ser humano enfraquecido. Em relação à política, tenho a visão que ela não se refere apenas aos partidos, ela está além deles; política está nas vidas das pessoas, é a vida das pessoas; em tudo que nós fazemos há uma política. Ela precisa ser trabalhada, e até certo ponto conceituada para que as pessoas possam diferenciar a política do partido. Política é o bem comum, é bem para todos, é busca de melhoria e qualidade de vida. Partido é outra coisa. Não podemos trilhar apenas pelo partidário, mas pela política do bem comum, da sociedade, da busca dos direitos, do cumprimento dos deveres, da participação coletiva, das políticas públicas, dos direitos do cidadão (a), da liberdade sem exagero. Política é estar olhando de frente, com perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Fazer a relação dessas duas grandezas é importantíssimo. A Escola Fé e Política vem dando uma grande contribuição até em diferenciar os conceitos, diferenciar a política e o partido, saber o que é cada um deles; nessa perspectiva a Escola deixa claro o papel de cada um desses elementos. E nós precisamos está de posse desses conhecimentos, principalmente nós que contribuimos na formação de opiniões das pessoas. É preciso que a gente saiba definir bem o papel da política e da fé. A política em si é alimento para que as coisas possam ser conhecidas, enfrentadas, resolvidas. A relação da política e da fé é mais que importante, é um imperativo. Não se vai para uma luta se não se acredita, e se for não vai dar em nada. É preciso que a gente tenha fé e com essa fé se busque na política a mudança, a transformação. Buscar transformar atores transformadores na sociedade. Esse é o grande papel da Escola. A fé e a política juntas buscam caminho de transformação, e é esse um dos objetivos da Escola. Vivemos numa sociedade de construção coletiva, de busca de transformação social igualitária, de busca da diminuição da desigualdade social, e, com certeza, a Igreja tem um papel muito importante nessa transformação. Então, a fé e a política vão ajudar o cristão a lutar por aquilo que é certo na comunidade e isso a gente encontra na Igreja, estando baseado no Evangelho, com ações”.

E.7.b

“Na minha opinião, política não se refere apenas aos partidos, ela está além deles. Política está nas vidas das pessoas, é a vida das pessoas; em tudo que nós fazemos, há uma política. Ela precisa ser trabalhada e, até certo ponto, conceituada para que as pessoas possam diferenciar a política do partido. Política é bem comum, é bem pra todos, é busca de melhoria e qualidade de vida. Partido é outra coisa. Não podemos trilhar apenas pelo partidário, mas pela política do bem comum, da sociedade, da busca dos direitos, do cumprimento dos deveres, da participação coletiva, das políticas públicas, dos direitos do cidadão, da liberdade sem exagero. Política é estar olhando o outro de frente com perspectiva de melhoria da qualidade de vida”.

E.7.c

“Acho a relação fé e política muito importante, muito mesmo. A política em si é alimento para que as coisas possam ser conhecidas, enfrentadas, resolvidas. A relação da política e da fé é mais que importante. Não se vai para uma luta se não se acredita, e se for, não vai dar em nada. É preciso que a gente tenha fé e, com essa fé, se busque na política a mudança, a

transformação, buscar transformar atores transformadores na sociedade. Esse é o grande papel da escola. A fé e a política, juntas, buscam um caminho de transformação, e é esse um dos objetivos da escola”.

E.7.d

“A fé e a política, elas aproximam você da igreja, porque vivemos numa sociedade de construção coletiva, de busca de transformação social igualitária, de busca da diminuição da desigualdade social; e, com certeza, a igreja tem um papel muito importante. Então a fé e a política vão ajudar o cristão a lutar por aquilo que é certo na comunidade, e isso a gente encontra na igreja, estando baseado no evangelho com ações”.

E.7.e

“A fé e a política juntas fortalece a vida do ser humano, fortalece a relação social, a instituição, a comunidade em si. Fé é política são sinônimos de bem comum. Então, quem tem a fé e busca ser um ser político, ele, com certeza, vai dar sua contribuição na sociedade de forma efetiva, de forma igual, de forma justa, para que possamos chegar a outras pessoas com conhecimento, com a fortaleza”.

E.7.e

“Bom seria se nós tivéssemos uma maior parcela da população inserida nesse processo de solidariedade, de justiça, de força nos movimentos populares, de força nas instituições que lidam com o ser humano diretamente, das pastorais. Bom seria se as pessoas estivessem prontas para aceitar esse desafio. Sabemos que não é tão fácil, é que às vezes dar vontade de desistir, mas, se tivermos fé, realmente fé, vamos perceber que, diante dos fracassos, é que requer luta, é que requer luz. Tudo isso que eu falei é regido por três palavras: resistir, persistir e nunca desistir , ou seja , fé”.

E.7.f

“Eu acredito que, pela fé cristã, quando nós passamos a ter como guia o evangelho, então, nós não podemos desanimar. Tem um trecho de um hino que diz: ‘Não pode ser triste o coração que ama a Cristo, não pode ser triste o coração que ama a Deus’. Então, eu tenho amor a Deus, eu tenho fé. Observo que esse é o alimento para o meu dia-a-dia, para o meu amanhã; tenho muito que agradecer a Deus pelo dom da vida, e é isso que não me faz desistir, continuar lutando. Temos que acreditar que Deus existe e que Deus existe na gente e que com ele podemos fazer muita coisa. E só através da fé é que a gente pode continuar acreditando que, um dia, o nosso país vai mudar”.

E.7.g

“Acho que nós da igreja, principalmente nós, católicos, deixamos vazio o espaço que é nosso no ser político. E quanto mais a igreja e nós cristãos nos afastamos da política, estamos deixando de lado um pouco do nosso papel social e estamos também oferecendo espaço para aqueles que vão chegar lá para fazer nada”.

E.7.h

“Ela significa ensinamento, conhecimento. Ela nos ajuda a conceituar, confrontar com a realidade fazendo retrospectiva do passado, trazendo para o presente e pensar no futuro. Ela dá uma grande contribuição para a sociedade, formando atores na busca da transformação social”.

E.8.a

“Eu acho que fé é você transformar em ação todos os seus sonhos, é acreditar em um ser divino que você nem conhece, é um sonho que cada batizado tem. Você seguir o seu coração. Então, para você viver, é preciso que ela transborde em você”.

E.8.b

“Eu era catequista e vivia pensando que religião e política não se discute, que elas deviam ser separadas, até porque, antes da escola, eu era só igreja, eu ia pra igreja, fazia formação com os grupos e trabalhávamos isso. Inclusive, eu acredito que a minha caminhada para a política começou, mesmo eu não sabendo disso, com campanhas para alimentação. Acho que isso foi um marco para essa luta, para essa caminhada de ser um pouco mais e eu querer buscar mais. Após a escola, eu já consigo ver a política de portas abertas pra mim; eu já vejo necessidade de ter encontros no município e tentar ajudar o município”.

E.8.c

“Um militante cristão deve está inserido na política, pois não basta dizer simplesmente que é cristão, tem que ter atitude, tem que haver a concretização do que a fé provoca”.

E.9.a

“Fé é uma coisa que faz com que, a cada dia, a gente se torne mais vivo; faz com que não só eu mas também a sociedade procure uma vida melhor. Eu acredito que fé seja você lutar pela vida e também por uma melhor qualidade de vida não só pra você mas também para a sociedade”.

E.9.b

“ Política é a luta também por esse bem comum, porque a gente também sonha que esse bem seja para todos, que cada um tenha o direito de comer bem, tenha uma moradia digna, um salário mínimo, lazer, saúde , educação, tudo isso é política, é fazer política. A luta por um bem comum e por uma qualidade de vida melhor é o que é a política”.

E.9.c

“São duas coisas que não podem estar separadas. Quando a gente sonha com uma vida digna e de boa qualidade pra todos, a gente não pode separar a fé e a política, porque a gente acredita que a política é a luta por essa qualidade de vida melhor e que a fé nos leva a querer esse bem comum”.

E.9.d

“A fé e a política, juntas, fazem com que se veja no evangelho essa necessidade de estar nessa luta e que a gente continue levando o evangelho, a igreja para fora daquelas quatro paredes, fazendo com que cada dia se torne mais real a luta pela vida e qualidade”.

E.9.e

“A fé e a política juntas fazem com que as pessoas sintam vida, a vida como um campo de luta, e fortalecem essa luta pelo caminhar, por uma vida melhor”.

E.9.f

“Quando nos aprofundamos no evangelho de Jesus Cristo, não podemos deixar de lutar. Lutar para que as coisas não sejam contrárias ao seu projeto: um projeto divino e para todos. E, se unimos nossa luta, chegaremos a ter um mundo melhor, uma sociedade melhor, uma sociedade mais justa e mais fraterna. Isso tudo é fé”.

E.10.a

“Bem! Para mim, fé é acreditar, acreditar em algo mesmo sendo abstrato, mas a gente tem a certeza que existe. Portanto, a fé para mim, é acreditar em algo concreto. Mesmo eu não sentindo, não tendo esse contato físico com a fé, eu sei que existe, porque algo me mostra que existe um Ser superior. Então, ter fé, para mim, é acreditar em um Ser superior que, mesmo não estando presente fisicamente, mas eu sinto que existe espiritualmente e que está comigo nos momentos fáceis e difíceis, ou seja, é sentir e ter essa experiência concreta com o Ser superior que me fortalece a cada dia”.

E.10.b

“Para mim, política é um processo que é construído pela sociedade civil, ou seja, é uma ação, um instrumento que a sociedade civil tem para reivindicar os seus direitos, para construir melhores condições de vida para população. Então, muita gente entende política já ligando a partidária, ou seja, quando se vê falar em política, automaticamente já se liga à política partidária. Política é a forma, a maneira que a gente discute coletivamente ações que venham contribuir na construção de uma sociedade. Então, fazer política, discutir política, para mim, significa discutir elementos que possam, de fato, contribuir para uma sociedade igualitária, de uma sociedade que nós esperamos e sonhamos em construir”.

E.10.c

“Pois é, o que tem a ver fé e política? A fé, como eu disse, é acreditar em alguém, em um ser superior que me fortalece a cada dia. No caso, acredito em Deus, sinto a sua presença, experimento esse Deus que, mesmo não estando presente fisicamente, o sinto espiritualmente. E política é a maneira de discutir, de construir novos processos para fortalecer a sociedade. Então, como juntar a fé e a política? Juntar da seguinte forma: porque eu acredito nesse Ser que me fortalece pra discutir esse processo, ou seja, eu preciso acreditar em uma proposta melhor; eu preciso ter um objetivo maior de construção de uma sociedade, de um projeto de nação, como a gente discute na Escola Fé e Política. Então, juntar fé e política, para mim, não é difícil dentro desse contexto que estou inserida, porque eu acredito nesse Ser superior e acredito que este Ser me fortalece pra que eu discuta nos locais que eu estou, nos municípios, nos debates que a gente participa, que a gente discuta essa construção de uma sociedade onde as pessoas possam ter uma vida digna, possam ser protagonistas dessa história. Fé e política caminham juntas, porque sou cristã, mas sou também militante, eu tenho um papel na sociedade. Eu preciso fortalecer os grupos que participo para que os grupos possam ser, de fato, sal na massa, para que possam fazer a diferença no seu dia-a-dia, na sua realidade”.

E.10.d

“Observo que a fé e a política juntas liga e, ao mesmo tempo, desliga você da igreja. Por que liga? Como disse anteriormente, acredito num Ser superior e acredito que Deus tem um projeto para nós, que ele é construído aqui, na Terra. Nós acreditamos em vida eterna, acreditamos em ressurreição, acreditamos, porque o próprio Jesus veio e viveu isso, mas acreditamos principalmente que essa vida eterna começa aqui, na Terra. Então, o fato de juntar fé e política é exatamente reafirmar, porém não dá para gente ter fé na vida eterna sem entender o nosso papel aqui, na sociedade. O próprio Jesus veio nos questionar. Isso liga a minha imagem à igreja. E desliga ao mesmo tempo que vejo exemplo de pessoas que fazem parte diretamente do corpo da igreja, e aí a gente pode dar nome a alguns padres e alguns leigos que não têm boas atitudes, que distancia o povo de fazer essa intervenção. Se a gente for analisar o padre, ele tem um papel fundamental; a missa é um momento de encontro com Jesus, mas também é um momento de conscientização. Não adianta o povo ir rezar, ficar hora rezando, e, ao voltar para casa, não tem um prato de comida, não tem água para beber.

Então, que fé é essa que fala de um Deus que é bom, que quer a vida em abundância para gente e que, ao mesmo tempo, a realidade que o povo está inserido não tem acesso a essas políticas públicas, a essas ações que podem ser construídas, que podem melhorar a vida do povo? Então, liga nesse sentido e desliga em saber que temos hoje pessoas que afastam o povo dessa realidade, que não contribui para que o povo tenha uma intervenção concreta nessa sociedade”.

E.10.e

“A fé e a política fortalecem muitos homens e mulheres dispostos aí a atuarem em diversos espaços. Hoje nós temos pessoas dentro da escola que têm papel fundamental no grupo. Acredito que futuramente nós vamos ter vereadores (as), prefeitos (as), deputados (as), com uma compreensão da realidade, mas, sobretudo, com propostas que venha contribuir para essa mudança. Acredito que, daqui a cinco, dez anos, nós vamos estar visualizando grandes lideranças que hoje não temos no cenário nacional. Não temos grandes nomes e, às vezes, nos sentimos frustrados quando a gente pensa que, nas próximas eleições, em quem vamos votar, quem se apresenta neste cenário. Então, a escola está contribuindo para isso, para um surgimento de pessoas que tenha essa vontade de contribuir nesse espaço. Não vamos nos admirar; pelo contrário, vamos comemorar quando a gente encontrar futuros políticos fazendo, de fato, a diferença. Essa planta está nascendo e com raízes profundas, e que a tendência é dar frutos que, com certeza, vai fazer a diferença”.

E.10.f

“Não dá pra gente ficar quieto, não dá pra se omitir. Nós estamos hoje em um estágio que nós construímos, que foi fruto de um processo efetivo de mobilizações nas ruas, de campanhas e que hoje temos espaços que foram construídos: fórum, conselhos, conferências, que foram sugeridos por nós e que temos dificuldade de fazer o controle social. A partir do momento que a gente começa a participar da escola, a gente vê que não dá para se afastar, por mais que percebemos que é muita coisa, por mais que a gente queira sair e dizer que é muita areia pra mim, mas algo chama a gente. É essa fé que nos leva a querer mais, buscar mais; aí eu não quero só pra mim, quero para o coletivo, porque eu sonho em construir uma sociedade mais justa, não para o povo, mas com povo sendo protagonista dessa mudança. É impossível eu ver uma realidade presente, uma criança passando fome, uma adolescente se prostituindo, família que não tem água para beber, sem eu nem me comover, mas sem isso me despertar, com certeza, é impossível, porque algo chama a gente. E esse chamar significa ir mesmo mais além, significa ir propor mudanças para isso; significa construir passos que, de fato, garanta essa discussão com proposição. Então, não dá pra gente se segurar. Então, a escola, repito, é como se fosse um espaço onde a gente vem, bebe da fonte e se abastece pra dar continuidade à luta e essa luta se fortalece quando a gente visualiza que tem um coletivo, que tem um sonho, não um sonho individual, mas coletivo”.

E.10.g

“Fé e política caminham juntas e nós, enquanto cristãos, entendemos e queremos construir esse reino de Deus aqui, na Terra; entendemos que a política, enquanto instrumento de discussão, enquanto construção de idéias, de alternativas, é fundamental para construir esse mundo”.

E.11.a

“Fé para mim é a crença, é o que eu acredito, é o que realmente me move nessas atividades, esse acreditar”.

E.11.b

“Política é a ação, é o que me faz buscar outros objetivos; é a minha caminhada, é a minha ação juntamente com o povo, para o povo, em comunhão realmente com esta parceria: povo e para o povo”.

E.11.c

“A relação fé e política, eu entendo que é um casamento perfeito. Eu acredito que não exista uma justiça e ambas estão separadas. Fé e política devem caminhar juntas, porque uma é a continuidade da outra: se eu tenho fé, eu acredito e, se acredito, eu vou à luta, e essa minha luta é um momento político, é o momento de busca, é o momento de conquista, é o momento de articulação. E isso é política”.

E.11.d

“Para mim, a fé e a política me liga mais a Deus, ao Criador, ao nosso irmão que morreu na cruz por nós. A igreja em si é uma consequência dessa ligação com Deus. Não adianta eu ir à igreja e não ter essa fé, essa crença, esse acreditar; e não só acreditar, mas também agir, mas também é o fazer. É a minha obra que me liga ao Pai, que me liga a Jesus e, conseqüentemente, à igreja enquanto religião”.

E.11.e

“Fé e a política juntas fortalece a ação. É o equilíbrio. Essa fé que nos dá força, essa política que nos move, que é realmente a nossa ação, ela é a obra. Elas duas juntas significa o equilíbrio: as duas caminhando juntas de mãos dadas, uma colaborando para o desenvolvimento, crescimento da outra, e aí, nessa caminhada, buscando melhores dias, melhores condições de vida para a população. Em qualquer que seja o tipo de luta, ela nos ajuda a olhar não com os olhos da discriminação, mas com os olhos da admiração. Realmente fortalece a nossa crença e o nosso agir”.

E.11.f

“Nada no nosso país veio de graça, nem uma conquista, tudo tem um preço. Outras pessoas pagaram um preço para que pudéssemos estar aqui fazendo política, que pudéssemos estar aqui inseridos nos movimentos, ter liberdade de expressão, que pudéssemos ter liberdade em tudo que em anos não muito distantes da gente foram tirados esses direitos. Então, nessa insistência de perseverança diante de tudo que vem, no nosso país, isso é o que eu chamo de relação fé e política. Se nós perdemos alguma luta, nós nos reerguemos e nos levantamos para começar tudo de novo, isso é a fé”.

E.11.g

“Para mim, ela tem um grande significado. Em um dos momentos mais difíceis da minha vida, ela foi um grande apoio, uma grande incentivadora, em poder me dizer: ”Vá em frente, não desista, que a gente tem desafios, decepções, mas estamos aí, juntos, caminhando, escola, alunos, essa família que se chama Escola Fé e Política. Em 2004, retornando de João Pessoa, onde acontecia o último módulo da escola, eu tive uma grande decepção na minha vida. Foi terrível, pois a gente olha pra si mesmo e percebe o quanto somos fracos, o quanto estamos sujeitos a certas situações. E aí todo investimento, toda essa energia, essa força, essa alimentação de conhecimento, de espiritualidade, de família me fez um bem enorme, me fez resistir, me fez levantar e estou aqui. Esse momento da escola foi muito importante, porque talvez sem ela eu não tivesse condições de levantar, de superar, resistir. Sempre digo que Deus foi muito bom comigo, pois Ele sabia que eu teria que passar por essa decepção. E Ele me fez preparar o ano todo, participando da escola, aprendendo, fazendo amigos, construindo laços e deixando, assim, uma família, que é assim que vejo a escola, e que me deu um respaldo muito grande para que eu pudesse resistir, até ressurgir das cinzas e sair sem tantas situações que me levasse a

desistir de tudo, porque foi um momento que me senti totalmente decepcionada, perdida, fragilizada. Mas, por outro lado, o apoio que tive foi grande demais, a amizade, a reciprocidade de carinho, afeto, solidariedade, tudo que eu acreditava e que esperava ter se construído ali naquela escola, eu recebi. E isso é muito importante para mim, isso representa muita coisa: meu crescimento, a minha caminhada, principalmente ter dado a volta por cima, e estar hoje dando essa entrevista”.

E.12.a

“Fé, para mim, é uma coisa que tem que estar dentro de você. Sempre digo que a fé, ela tem que está na nossa cabeça, em nosso coração, pois sem ela eu acredito que não somos nada. Tenho uma história difícil, até para estudar, foi muita luta, mas sempre estudei. Para mim, foi a fé que me segurou. Nos momentos mais difíceis, eu sempre tive fé, sempre acreditei que Deus está olhando a gente e que Ele atende a súplica que a gente faz. Eu me agarro muito à fé, ela pra mim é tudo”.

E.12.b

“Todos nós somos seres políticos. Tudo que nos rodeia está numa política. Quando se parte para política partidária, aí se complica um pouco, porque, às vezes, as pessoas acabam se desvinculando até de sua própria personalidade. Mas a política, a gente sempre deve está com ela, defendendo ela, pois onde quer que você esteja tem uma política. Agora se tem a separação de uma política partidária e a política por uma defesa que se quer fazer por alguma coisa que você quer encaminhar por país, para o seu Estado, para o seu município. E a escola que também leva o nome de fé e política, embora que o papa recentemente, o Papa Bento XVI, ele falou que a igreja não tem que está defendendo a política. Acho que ele nesse sentido, ele está um pouco errado, porque a política está até numa caixa de fósforos que a gente compra, que está lá nossos impostos. E eu tenho a política como uma coisa boa, não tenho a política como uma coisa ruim. Aí é quando eu digo: quando a política se separa, as pessoas se desvinculam, perdem sua personalidade, falta ética, essa é uma política suja. Mas a essência da política ela é uma coisa bonita desde que você siga a linha da ética, do bem comum, ligada às pessoas menos favorecidas. Aí eu vejo bem a política”.

E.12.c

“As duas juntas dá o sentido de missão. A fé que tem que está dentro de nós e a política que você não pode abandoná-la, porque ela faz parte da conjuntura do mundo. Juntas, elas fortalecem a missão. Lembro que Leonardo Boff, uma vez, falou que temos sempre que resistir, daí a importância da união dessas duas dimensões, fé e política”.

E.12.d

“Se eu não tiver fé, não tiver compromisso, não souber qual o meu papel, o que é que quero, eu desisto. Nunca fugi de militância nenhuma nem quando nos diretórios a polícia nos perseguia, porque sempre tive minha fé. Agora, infelizmente, muitos militantes vê o movimento apenas como emprego, e não como ideal. Outros assumem atividades demais e acabam não fazendo nada. Temos que ter humildade para saber qual o nosso limite. Outros fogem de sua fé. Devemos sempre estar nos alimentando, nos fortalecendo através de estudo, mística e outras formas para cada vez aperfeiçoar nossa militância, nosso trabalho. Eu resisto, porque acho que minha fé é a mais importante”.

E.12.E

“A escola tem um grande significado em minha vida, pois sinto mais segurança no meu trabalho no conselho. A escola me deu mais conhecimento, me fez perceber melhor como funciona fé e vida. Um significado de uma missão que você tem que cumprir”

E.13.a

“A fé, pra mim, está diretamente ligada à vida, acreditar num mundo diferente, num mundo de justiça, num mundo de paz. Num mundo onde os diferentes se unem por um ideal, onde o humano é valorizado. Fé, no campo da dimensão bíblica, é acreditar que existe um Ser que criou, um Ser presente na história, que criou o universo para que fosse cuidado, amado por cada um de nós, acreditar realmente na presença desse Ser superior que nos acompanha, que nos ajuda, nos incentiva, nos empurra na caminhada que está do nosso lado; fé é acreditar também no potencial que o ser humano tem”.

E.13.b

“Fé-vida; política-vida. Não existe um ser, na minha concepção, que não seja um ser político. O nascimento já é um ato político. Ao abrir os olhos aqui, no mundo, a gente já está vivendo a dimensão política”.

E.13.c

“Quando digo que fé está ligada à vida e à política, está diretamente ligada à vida também acreditar no ser humano, acreditar que é possível construir um mundo diferente, construir um mundo de mais justiça, com mais justiça social, fazer com que o ser humano seja visto enquanto pessoa. Quando a gente diz que acredita no ser humano, acredita na potencialidade, no senso de criatividade do humano, aí estamos fazendo essa ponte, fé-vida; política-vida. Todo esse acreditar é a fé e buscar esses desejos, realização desse sonho, é toda uma ação política.”.

E.13.d

“Se ficamos apenas na dimensão da política, correremos o risco de ver a política apenas como política partidária. Viver também, dentro da igreja, só de oração, só ligada a um transcendente, sem estar envolvida realmente na marcha, sem está arregaçando as mangas pra ver a problemática que nos cerca, só nessa dimensão de fé, também não é possível. Todavia, quando estamos num contexto de igreja e abrimos os olhos para quem nos cerca, para o irmão que está ali precisando de cuidado, de atenção, de ajuda, aí é onde entra verdadeira dimensão da fé e da política. Aí com toda certeza é possível essa ligação, é o caminho, pois, como dizia o apóstolo Paulo, ‘a fé sem obra é morta’. A fé sem a política não caminha. Quanto à política sem fé, tem muita gente que vive nesse mundo da política. Dizem que é possível ela caminhar sem a fé. Eu, particularmente, não consigo ver essa separação. As duas dimensões unidas é o caminho para transformação”.

E.13.e

“A fé e a política juntas fortalece a caminhada, fortalece as comunidades que a gente tem esse contato direto. Se a gente tem a dimensão do transcendente, a dimensão da fé, se o nosso corpo vive e experimenta esse Deus que é história, que habita dentro de nós, e a gente tem a consciência política, essa duas coisas bem presentes e sentidas nos nossos poros, quando se vai para as bases, com toda certeza o trabalho flui. Discutir e fazer política isoladamente da fé não funciona, é difícil, é complicado. Quando a gente tem um Deus que impulsiona, que caminha com a gente sinto que a caminhada fica mais leve”.

E.13.f

“Tem uma frase que gosto muito: ‘Sonho que se sonha só é apenas um sonho, sonho que se sonha junto é realidade’. Sinto que ficar de braços cruzados diante de uma realidade que grita por justiça social, por solidariedade, por fraternidade não dá. É mais do que urgente arregaçar as mangas e lutar por um mundo diferente; tentar construir uma sociedade justa, onde a

palavra humanidade esteja presente. Portanto, é urgentíssimo cada um e cada uma de nós, cidadão e cidadã, olhar para os lados e tentar se perceber parte desse universo, dessa terra-mãe e dar o melhor de nós mesmo, tentando construir essa sociedade diferente a partir da nossa prática, da nossa vivência. Não caminhar também sozinho, unir as mãos, juntar as forças e tentar realmente fazer com que a sociedade que a gente pensa seja uma sociedade diferente, onde reina o amor, a justiça, a solidariedade, onde o ser humano seja visto como gente”.

E.13.g

“Lembro o apóstolo Paulo: ‘A fé sem obra é morta’. Não dá pra viver apenas de braço pra cima e joelhos no chão louvando a Deus. O povo de Deus, que é igreja, que, por sinal, é esse povo que está aí às margens da sociedade precisa ser visto, ser tocado. E acredito que a igreja tem um poder muito grande através das pastorais, dos movimentos para fazer isso acontecer. Ficar só na dimensão da fé é anular os muitos seres humanos que vivem às margens dessa sociedade e ignorar também o evangelho. Acredito em Jesus Cristo quando Ele diz: ‘Eu tive fome e não me deste de comer, tive sede e não me deste de beber...’ Quando a gente pára para analisar isso, descobre que nossa dimensão política ainda é muito pouco”.

E.13.h

“Unir essas duas grandezas, para nós é um imperativo. Nos dias de hoje, num contexto de miserabilidade, de violência, de muitas desigualdades sociais, professar uma fé desencarnada, desenculturada que a gente chama de alienada. Então, essa relação da fé com a política, se comprometer com a transformação da sociedade; porque a fé sem obras é morta; então as obras são o agir político que vem fortalecido pela fé num Deus da vida, num Deus que quer um mundo melhor para todos “.

E.14.a

“A fé, pra mim, é um preenchimento de um vazio. Sinto a fé como um sentimento dentro de mim difícil de expressar através das palavras. Sei que tem algo que me move, não sei por quê. Mas sei que, nos momentos de dificuldades, de aflição, quando me concentro na palavra que está escrita no livro sagrado, vem aquela força dentro de mim que me move para fazer alguma coisa”.

E.14.b

“Na divisão da sociedade política, pra uns é corrupção. Na experiência da igreja, falo de igreja comunidade, as pessoas nesse meio não querem falar de política, pois tem a concepção de política como desonestidade. Mas esta não é minha concepção: para mim tudo que se refere a uma discussão entre duas pessoas, isso é política. É a diferença de idéias que uma pessoa tem num determinado projeto, ação – ele está vendo isso de uma forma e o outro está vendo de uma outra forma. Só em ele está vendo algo de um mesmo produto de uma maneira diferente do outro, isso, pra mim, também é política. É você ter uma visão diferente do outro e chamar para discussão e trabalhar para se chegar a um senso comum. Isso é que considero política”.

E.14.c

“No meu ponto de vista, as duas coisas não podem se separar, elas devem caminhar juntas. Como vou lutar por uma causa social se não tenho fé. Eu não posso separar uma coisa da outra. O que é que me move? Quem me move é a fé. Pra fazer o quê, discutir o quê? Então, pra mim, política e fé têm que andar juntas, senão deixa de ser um trabalho coletivo e passa a ser uma coisa individual”.

E.14.d

“Creio que a fé e a política juntas me liga mais à Igreja, porque tenho mais facilidade de compreender o meu irmão, suas dificuldades, necessidades e também discutir com as pessoas o ponto de vista de cada um e ter a capacidade de compreender e me colocar, se for possível, no lugar dela para ver as coisas que ela está vendo e que eu não esteja enxergando”.

E.14.e

“Comecei minha caminhada religiosa, ou seja, passei a ser um católico comprometido no dia 13 de dezembro de 1998. Sempre fui de família católica; sempre tive vontade de participar, mas sempre discuti que a Igreja católica tem as portas fechadas, agora é que ela está começando a abrir algumas janelas. Nesse caminhar, nesse andar, nessa discussão, a escola de fé e política foi uma dessas janelas que a igreja está abrindo pra quem tem interesse de se informar, está junto com as questões sociais; é uma escola que abre a visão e lhe dá informações pra lutar pelas causas sociais. Infelizmente, a nossa educação religiosa é aquela que se faz alguma coisa só se o padre mandar; e esta é uma visão que nunca aceitei. A escola veio me fortalecer no meu entendimento religioso; veio confirmar minhas idéias em relação ao valor do leigo. Veio me ensinar melhor que todos os leigos são importantes na caminhada da igreja, ou seja, a igreja na verdade só existe em função dos leigos. O padre sozinho não faz nada e ele é tão importante quanto nós, leigos. Hoje, minha atuação é bem diferente, não preciso esperar decisão do padre ou que mande fazer alguma coisa, sei meu compromisso enquanto cristão”.

E.14.f

“Pra minha pessoa, ela é grande importância, porque tenho visto que é possível você tomar rumos diferentes na sua formação e na sua consciência durante sua caminhada em sua trajetória de vida. Ela está me mostrando a utilidade que tenho perante a sociedade. Como é importante você está dentro de um movimento organizado, discutindo questões onde se tem muitas alternativas, muitos trabalhos dando certo que você nem imagina. E ela tem mostrado tudo isso através dos debates, das diversas experiências que cada um traz”.

E.14.g

“A fé e a política juntas fortalece a tua maneira de se comportar dentro da sociedade, dentro da tua comunidade, na tua própria casa, dentro da tua igreja. Se você é uma pessoa consciente de tua fé e consciente do seu papel político, isso ajuda muito na tua personalidade, na tua forma de agir perante a sociedade e na tua missão no mundo enquanto cristão”.

E.14.h

“O militante cristão, ele precisa está dentro da política, porque se ele está fora falta alguma coisa. Na verdade, ele não é um bom cristão. O bom cristão é aquele que tem sua atuação de forma correta. Se você se omitir da política, na minha maneira de ver, não estaria agindo de acordo com um bom cristão. Em relação à igreja, as pessoas não sabem definir ainda o que é igreja. A igreja não é o templo, não apenas a hierarquia, é o povo, o povo de Deus. A igreja precisa se envolver na política, aliás, se envolver é muito pouco, ela precisa se comprometer com a política, porque é exatamente essa falta de compromisso, essa omissão, que a gente não tem o resultado que precisa ter hoje na sociedade. A gente não avança; a gente observa que, quando a igreja povo começa a se organizar, se mobilizar – aliás, as melhores leis que se tem aí foi por grito do povo – tudo que se tem beneficiando o povo, foi porque, um dia, alguém se mobilizou, teve um resultado. Então, ser cristão, ser igreja hoje é estar comprometido com a causa do povo, logo com a política. Se assim não for, não é igreja, é bando. E a igreja é

grupo. E grupo precisa ter a mesma idéia, logo precisa está na política. Acredito que é possível através do nosso esforço, nossa fé e nossa ação, construir uma sociedade melhor”.

E.15.a

“A relação fé e política, na verdade, é a própria relação que estabelecemos no dia-a-dia. A nossa vida é marcada por gestos de fé e gestos de política, por atitudes de fé e atitudes políticas. Somos seres transcendentais que buscamos essa relação com o transcendente, buscamos fortalecer a nossa crença. Pelo menos nós, que professamos uma fé em Jesus de Nazaré, que somos cristãos, acreditamos que estamos aqui incumbidos, isso é ter uma motivação de fé. A política surge como um desdobramento da fé; ela surge como a parte mais concreta daquilo que eu professo. Se eu leio o evangelho, se eu digo que creio em Jesus, isso provoca em mim um imperativo, uma necessidade de atuar na sociedade. Essa atuação, nós vemos que ela é política no sentido amplo com p maiúsculo, não uma política partidária meramente, mas no sentido de que aquilo que eu faço ou deixo de fazer são ou está envolvido por decisões políticas”.

E.15.b

“A fé e a política necessariamente estão juntas sempre e elas fortalecem, mais que tudo, esse sonho de construir um mundo melhor que nós vemos, que é o sonho de Deus, o mundo querido por Deus. A gente professa a fé em Jesus e dizemos que nós somos herdeiros de uma obra incompleta, somos co-criadores de Deus; então casar fé com a política, fazer essa simbiose, essa mistura é acreditar que a minha fé em Deus me ajuda a atuar com mais qualidade na sociedade, ajuda na construção desse outro mundo possível, este reino de Deus que a gente acredita”.

E.15.c

“O agir político na atualidade tem vários significados. Para nós, da escola, e acho que pra todos que formam esse grande movimento fé e política, o agir político está muito além do agir político partidário, o agir político interesseiro, em ocupar um cargo público, em se eleger seja no poder legislativo, seja no executivo. Então o agir político, ele é um agir da cidadania, da construção da cidadania, da construção da vida, da construção de condições melhores de vida, principalmente por aqueles que mais precisam. Todo envolvimento nas políticas públicas, no controle social, todo engajamento que nós fazemos seja no movimento, seja numa pastoral, no sindicato, numa associação, em todas as dimensões da vida é um agir político. Nós vemos que conversar com alguém, um aperto de mão é um agir político também. Então, toda nossa vida, ela é política, e o agir político ele constrói o deixa de construir um mundo melhor para todos”.

E.15.d

“Esse agir político, no contexto de uma fé professada em Jesus de Nazaré, que é o nosso caso, ele tem essa dimensão macro para além de um agir político partidário, de um agir político eleitoral, de um agir político interessado nas benesses do poder, ou nas relações dos iguais, ele pensa a sociedade para todos e, especialmente, para aqueles mais precisos, por mais desprotegidos, por mais empobrecidos, por aqueles que sempre foram explorados pela política com p minúsculo, pela politicagem, pela corrupção, pelos que são, na verdade, vítimas da política com p minúsculo. Essa política, que nós chamamos de p maiúsculo, ela é uma grande tentativa de construir uma sociedade para aqueles que foram vítimas nesses 500 anos de história dessa política mais interesseira do coronelismo, do cabide de emprego, da corrupção etc”.

E.15.e

“Para a Igreja, é uma estratégia, não chega a ser opção, ela é quase que um imperativo. Não tem, como, nos dias de hoje, num contexto de miserabilidade, de violência, de aumento das desigualdades sociais, professar uma fé desencarnada, desenculturada que a gente chama alienada. Então, essa relação da fé com a política é uma estratégia que a gente chama de imperativa, imperativa da ética cristã, se comprometer com a transformação da sociedade; porque a fé sem obras é morta, então as obras são o agir político que se vê fortalecido pela fé num Deus da vida, num Deus que quer um mundo melhor pra todos”.

E.15.f

“Meu sentimento diante do momento político brasileiro é estranho, porque a impressão que a gente tem é que caminha pra trás ou a passo de tartarugas. Eu meço muito pela voz das comunidades: a gente participa, às vezes de encontros com os sem terra e aí eles dizem: “para o movimento dos sem terra, para os camponeses, a atual política é ruim, é pior do que a anterior”. Os indígenas dizem a mesma coisa; os pescadores, o movimento das mulheres, os migrantes, todos dizem a mesma coisa. Temos aí o aumento da violência, aumento do trabalho escravo, sem olhar os números da macro economia, que pode ser positivo, porque os números não podem agradar a todo mundo. Mas, a partir das comunidades, a partir da miserabilidade do povo, do aumento da violência, de situações estranhas, como é, por exemplo, em pleno século XXI, no avanço da tecnologia, a gente ter que conviver ainda com trabalho escravo degradante. O sentimento em relação ao momento político se torna, portanto, estranho; a gente fica meio sem chão querendo compreender melhor, mas sabendo que o poder, essa política que anda aí com o “p” minúsculo, ela continua respondendo a interesses de grupos, interesses pessoais, de grupos locais, nacionais, internacionais; quem ganha são as multinacionais. Nunca se viu as grandes empresas lucrarem tanto quanto nos últimos anos. Claro, você tem alguns ganhos pontuais, a grande população, os trabalhadores, mas, se você olhar o todo, quem mais tem ganhado são as multinacionais, as grandes empresas, o agro-negócio. E o povo tá aí entregue à própria sorte”.

E.15.g

“Como instituição em si, a Igreja deve está inserida no campo político, não nesta política partidária, mas como instituição que vive na sociedade brasileira, que tem um respaldo pela história, pelo compromisso, que quer um mundo melhor para seus filhos e filhas. Ela deve atuar politicamente, sim, mas extrapolando a questão dos partidos, a questão das eleições; deve exercer o controle social, deve criar mecanismos como a gente fez, para formação dos seus agentes, de seus militantes; deve orientar os seus fiéis para que tenham uma atuação qualificada na sociedade. Acho que um papel, sim, da Igreja não se eximir de sua responsabilidade que é continuar a obra criadora de Deus, melhorando cada vez mais o mundo”.

E.16.a

“Fé e Política, não consigo separar, acho que essa história desta separação é muitas vezes um cartesianismo da reflexão filosófica ocidental. A vida deve ser uma coisa sacra; então, devíamos viver uma sacralidade: amanheceu, comeu, dormiu, amor, fez as coisas que deveríamos fazer para o outro e para a outra. Eu não consigo separar; então, não consigo ver a fé desassociada da política e a política desassociada da fé. Evidentemente que existe uma distinção muito grande de conceitos e conceitos sobre o que é política, mas o que nós buscamos refletir a partir da escola é o engajamento à luz da fé na vida social; é buscar a comunhão para que encontremos a salvação, a libertação do homem e da mulher. Então, não consigo ver distinção, a fé e a política andam juntas. Não consigo vê o cristão estático dizendo que tem fé, de joelho, o dia todo na igreja, se ele não tem nem sequer uma ação que o deixe nobre diante da sua fé, senão ela é uma fé morta, uma fé sem ação. É bíblico, não estou

Inventando; posso dizer com outras palavras, mas não estou inventando, palavra da doutrina social da igreja, palavra dos grandes documentos da igreja, palavra das falas dos grandes papas, palavra da fala dos santos, exemplo São Francisco de Assis. Então, eu não preciso de inventar palavras pra colocar este aspecto e fortalecer esse elemento dentro da igreja. É só ver a própria história da igreja; quando ela se distanciou da política e da fé enquanto instrumento, de mobilização social, enquanto instrumento de modificação, inclusive, da sociedade, e como instrumento de comunhão na sociedade, ela se perdeu”.

E.16.b

“Fé e política fortalece a caminhada da humanidade. A partir do momento que a fé e a política caminham juntas, ela fortalece a caminhada da humanidade, a construção de um mundo novo, uma construção de um mundo que, inclusive, já existe, uma construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais fraterna, mais humana, extremamente mais humana. Se ela caminhar sempre assim, seguir essa dimensão da fé e da política, você vai encontrar uma sociedade mais justa. Portanto, o que fortalece, fortalece é a humanidade. A partir do momento que a humanidade se distancia disso, você vai se deflagrar com aquilo que há de pior na humanidade, que é a violência, que são as catástrofes provocadas pelo ser humano, pela ganância, pelo ópio, por tudo aquilo que há de mal que está na humanidade. É bom que se diga que a humanidade forma uma sociedade justa e ela destrói uma sociedade justa seguida da sua relação com o outro, com a relação com o meio ambiente”.

E.16.c

“Se você pensar num agir político dentro da reflexão que a escola faz, tem um significado de buscar na Igreja das catacumbas enquanto experiência de fé, de mítica e de buscar uma sociedade mais justa à luz da prática de Jesus. Então, o significado está no reino, o reino que é escatológico, que é já e ainda não, mas que já se estabelece, senão a gente cairia num pensamento fatalista. Lula não deu certo, e aí todo mundo tá dizendo que a esperança acabou. Mas a esperança não é em Lula, a esperança nossa é no reino, é em Deus, e essa esperança é a única que não morre, a esperança não é a última que morre, a esperança é a única que não morre, já dizia Pedro Casaldáliga, e eu confio nisso”.

E.16.d

“Não consigo encontrar uma outra dimensão maior do que o reino de Deus. Nessa dimensão, há o fortalecimento na caminhada da humanidade; há a possibilidade da construção de um mundo novo, uma construção de um mundo que inclusive já existe. Uma construção de uma sociedade extremamente mais humana. Logo, se continuarmos insistindo nessa relação, nessa dimensão, nesse fortalecimento fé e política caminhando juntas, ganha a humanidade, pois esta se fortalece”

“Não consigo encontrar uma dimensão maior do agir político no contexto da fé do que o reino de Deus”.

E.16.e

“Tem conceitos e conceitos de fé, mas, em nenhum conceito, a gente consegue dimensioná-lo na sua totalidade. Mas é estar buscando caminhar com o Cristo. Fé é o passo-a-passo da nossa vida, está inclusive para além da igreja. A fé remove montanhas e está calcada nessa relação nossa com Deus”.

E.16.f

“O cristão que quer se engajar à luz da fé e do reino deve fazê-lo, pensando na prática de Jesus, e se esquecer literalmente dos equívocos que a igreja possa cometer”.

E.16.g

“O cristão deve está inserido na política, inclusive nos partidos políticos, mesmo sabendo que esses partidos são limitadíssimos, são cheios de tramóias, de problemas, mas a sociedade caminha assim. Temos que pensar o seguinte: na democracia, democracia de Estado de direito, ela é ainda uma democracia representativa, não de mobilização; ela é de conselhos, de culpa; mas temos que construir a outra via e deixar essa outra via muito forte: é a mobilização, porque é uma democracia de participação. Por enquanto, a gente vive numa democracia de representação, e a representação em si não responde na sua totalidade aos anseios da sociedade. Eu fiquei estarecido com uma entrevista que li esta semana de Marcola, marginal traficante que está preso em São Paulo, mas ele diz uma coisa que é certa no trecho da entrevista dele: houve momento que era possível corrigir os desvios da sociedade. Inclusive, ele diz assim:”Eu sou um bandido, mas eu sou intelectual, acabei de lê o Inferno de Dante; já li mais de três mil livros, coisa que a sociedade em si normalmente não lê”. E ele diz que o Estado brasileiro, ele não fala do governo, o Estado brasileiro teve possibilidade de fazer mudanças na sociedade na década de 1970, no começo da década de 1980 e não fez; apenas enriqueceram o grande capital e que eram grandes abismos sociais. Ele hoje acha que não tem mais saída, contrariando aquilo que nós achamos, porque, como nós temos fé, acreditamos no Reino, acreditamos nas mudanças, e acho que a sociedade tem que ir pra luta, pra mudanças para poder calar esse tipo de manifestação intelectual doentia que preconizam, sim que vivemos no inferno, o inferno é aqui e vamos continuar vivendo isso porque não tem mais mudanças”.

E.17.a

“É aquilo que o evangelho diz: ‘a fé sem as ações, ela é morta’. Então, a fé é que nos impulsiona a agir, a fazer algo e algo que seja bom pra todo mundo, algo que venha contradizer com o que está aí de ruim na sociedade. Então, pra mim, fé é isso: é você agir de uma maneira, dentro de seus princípios de cristão, de pessoa que acredita, que tem uma atuação dentro da igreja. Então, ela não é uma coisa apartada disso; ela tem que ter essa união do que é a religião, do que é ser cristão, do que é ser cidadão, no sentido de está fazendo sempre algo que venha melhorar a comunidade, a sociedade”.

E.17.b

“Política, eu vejo como toda forma de organização, tanto uma organização dentro da família, na comunidade, na sociedade. Ela não se coloca apenas como política partidária que, muitas vezes, até choca a sociedade; mas política é toda forma de organização, toda forma de participação de uma comunidade, tudo isso é política”.

E.17.c

“Justamente porque, se a fé é aquilo que nos impulsiona à ação, a política em si é a ação; então, uma coisa não está desligada da outra”.

E.17.d

“Fortalece sendo até audacioso, fortalece uma nação, porque aí você toma consciência de muitas coisas. Por exemplo, nessa segunda etapa do curso, estamos fazendo políticas públicas, coisas que muitas pessoas não têm conhecimento, do controle social, de onde é investido seus recursos, a educação popular. Então, são coisas que a gente vem aprendendo e isso vai trazendo mudanças, mudanças que é dentro da própria estrutura política do país, e isso é muito interessante. Quando vai todo mundo a Brasília e que faz reivindicações, que mostra o Brasil que queremos (mutirão por um novo Brasil), isso mostra que se está impulsionando

uma mudança. Quando se tem consciência, se vai em busca do que é direito, em busca daquilo que se almeja”.

E.17.e

“A política partidária é feita de forma vertical, e a nossa política é de forma horizontal; então, é outro jeito de fazer política”.

E.17.f

“A Igreja, por si, já é envolvida no campo político, porque ela também é uma instituição política, ela já é política. Agora, é aí onde está a metodologia de se fazer política: ou se faz de uma forma participativa ou se faz de uma forma vertical”.

E.18.a

“Fé é quando você acredita e chega até ela; é o que te leva a atingir um objetivo; é como se fosse um estímulo para você chegar até determinada coisa”.

E.18.b

“Política é uma ação onde você participa com os seus direitos de cidadão. É uma ação dentro da comunidade”.

E.18.c

“Fé é quando você se prepara para uma ação. Você tem que ter fé para segurar uma ação política. A fé é que te leva a agir e o agir é a própria política, que é a própria ação”.

E.18.d

“A política fortalece a fé e a fé fortalece a política. Fé, em sentido de Deus, pra mim, é a coisa mais forte que tem, a fé é que movimenta o homem e a política é a ação da fé”.

E.18.e

“O poder está nas mãos de poucos, mas, se nos organizarmos enquanto cristãos, enquanto pessoa conseguiremos reverter essa situação, pois realmente a democracia existe para todos”.

E.19.a

“A fé se limita no desejo, na esperança, no sonho de você acreditar que é capaz. A fé que você busca em uma religião, em um acontecimento é você sempre buscar realizar um sonho, uma esperança. Fé, pra mim, se resume nisso: eu não perder a esperança de que o meu sonho vai se realizar. A gente sempre busca essa fé em Deus, ele é que me fortalece na minha fé”.

E.19.b

“Política é você buscar se inserir e compreender um pouco a sociedade. Tudo que lhe tira do seu mundo individual e lhe coloca em ligação com o mundo, com a sociedade, isso já se torna numa política. Política se começa a fazer a partir dentro de sua casa, a partir do momento que você nasce e é inserido numa família, na sociedade, isso já é política. É você saber que faz parte de uma sociedade e que todos têm os mesmos direitos, as mesmas garantias que você almeja”.

E.19.c

“Fé é você acreditar que um sonho seja realizado. A política é você não só se enxergar em uma sociedade, em um grupo, mas também ter seus direitos, buscar esses direitos, viver em harmonia com o grupo. Quando a fé e a política caminham juntas, é você buscar um pouco

uma política que você acredita que seja uma política mais humana, mais digna, mais honesta; Então, a questão da fé e da política, para mim, é isso: eu nunca desistir; sempre ter esperança de que essa política mais justa, mais humana, ela seja capaz de acontecer e, em alguns momentos, acreditar que ela já está acontecendo”.

E.19.d

“Em alguns momentos, a fé e a política nos afasta da igreja. Sempre tenho a preocupação de não dividir a questão da minha fé e a história da igreja, o contexto que a igreja vive hoje, mas sim, a minha fé e o que a minha religião me passa através do evangelho. A minha igreja, que é a Igreja católica, ela é muito rica, tem um lado libertário mais voltado para as questões sociais, a questão humana, e tem outro lado mais conservador, porém isso não me faz distanciar da minha religiosidade, da minha fé. Como dom Hélder falava, às vezes, quando tudo está dando errado, é preciso olhar as coisas que estão dando certo. Então, é não só acreditar que a igreja possa levar essa fé, pois, se fosse só a igreja que conduzisse alguém pra fé, a religião católica seria uma coisa só humana. Então, acredito que a espiritualidade, ou até mesmo o evangelho, e os exemplos de tanta gente em nossa igreja que procura viver o evangelho, às vezes, de forma tão sacrificada, então, é a partir dessa vivência que busco fortalecer minha fé cada vez mais”.

E.19.e

“A política sem a fé seria um corpo sem alma; e a fé isolada seria uma igreja sem cristão. A fé, ela é necessária, sim, mas ela tem que existir uma razão de ser”.

E.19.f

“A fé hoje é o que move muitas pessoas a acreditar que elas são construtoras e podem mudar esse mundo. Enxergar isso eu só consegui a partir do momento que entrei na Escola Fé e Política; antes, eu tinha isso só na teoria, hoje vejo na prática”.

E.19.g

“A fé consiste em você acreditar que, cada vez mais, você pode mudar; consiste também em você acreditar que, cada vez mais, você pode ajudar uma pessoa a entender que também ela pode mudar”.

E.19.h

“A Escola Fé e Política nos ajuda a unir a fé com a vida, levar o evangelho através de seu trabalho, através da luta. Hoje, não consigo ver um cristão que não consegue enxergar o outro lutar pelo outro, ou arregaçar as mangas e ir para o campo de batalha, ficar só no louvor, na oração, numa fé morta”.

E.20.a

“Fé é você acreditar que é possível você fazer diferente, você esperar a possibilidade de fazer acontecer o que você deseja dentro da sua organização. É essa perspectiva de vitória, de acontecimento. Fé passa por aí, você tem que acreditar no que você deseja, acreditar no que você inspira”.

E.20.b

“É organização, é a forma de você lidar com uma situação. Não é só uma política que a gente tá vendo aí tão mal vista por tantos, é organização. Vamos tentar fazer com que a nossa convivência seja uma coisa boa, tenha harmonia, isso é uma política de boa convivência. Acho que política é tudo”.

E.20.c

“Política é organização, fé é força de vontade, então, se eu não pensar numa certa organização, um certo desejo, e não tentar ver como eu vou conseguir chegar aonde eu quero, eu não vou fazer nada. Então, a fé e a política andam, sem dúvida nenhuma, juntas. A fé eu digo que é a força de vontade de fazer e a política é a forma que eu vou fazer, o que é que vou fazer, como vou fazer”.

E.20.d

“A fé e a política juntas fortalece o pensamento do evangelho. Temos tanto nomes que a gente não pode esquecer que tentaram fazer essa ponte fé e política, fé e vida, como: dom Hélder Câmara, dom Pedro Casaldáliga, Oscar Romero, dom Marcelo Carvalheira e tantos outros. São nomes que a gente não pode esquecer e são nomes que mostram que essa forma diferente da igreja de tentar fazer essa reflexão do evangelho, fazer essa ponte de fé e política, norteia, faz com que a gente olhe pra frente e diga: por aqui, a gente tem uma forma melhor de fazer as coisas”.

E.20.e

“A igreja deve participar do campo político, porque a vida é um todo, não é só a religião. E aquele rapaz chamado Jesus disse que era o bom pastor e essa jovem que a gente chama de igreja diz que quer ser a imagem desse bom pastor, de Jesus Cristo. Então, tem que se preocupar, tem que ingressar nesse campo, porque ela por si só não vai ter como calçar uma rua, fazer um saneamento básico. E ela tendo condições de dar formação as pessoas, tem que se voltar para essa questão”.

E.21.a

“Pra mim, fé é você acreditar, acreditar que você vai conseguir realizar um plano, você vai conseguir fazer com que o mundo um dia seja melhor. Também existe o plano superior, a gente precisa acreditar que Deus existe, porque nós não estamos sozinhos aqui: a minha fé está fundamentada aí, que Deus está aqui e nada vai nos faltar”.

E.21.b

“Política são ações”.

E.21.c

“Eu acho que a fé caminha junto com a política. Se tenho fé, vou a busca dessa política que acredito, que são essas práticas que a gente procura fazer na vida social em busca do melhoramento na vida daquelas pessoas desfavorecidas de ações sociais, são as políticas públicas. Elas devem caminhar de mãos juntas, pois uma sem a outra de nada vale. Não adianta estar numa igreja rezando e não tenho o compromisso com a humanidade, com o meu próximo”.

E.21.d

“A fé e a política fortalece você como pessoa, você se sente mais humana”.

E.21.e

“Antes de entender essa relação fé e política, eu era mais igreja, só a igreja. Depois que comecei a participar, me interessar mais pelos movimentos sociais, me sinto mais gratificada e mais madura na fé e na ação”.

E.21.f

“O militante cristão pode e deve, de forma que não se deixe corromper pela politicagem, que ele não se deixe levar, pois muitos se desviam. Ela pode e deve, pois estando inserido ali, ela pode mudar muita coisa”.

E.21.

“Eu acredito que a gente ainda possa viver num país melhor. Acredito nas pessoas; vejo que as pessoas hoje estão mais conscientes querendo fazer o seu papel, como nós aqui estamos e também tantos outros que aí também estão reunidos. Acredito que a gente possa buscar essa idealização de ter um mundo melhor, um Brasil melhor, as pessoas melhores. Acho que é por isso que não desisto. Porém gostaria que as pessoas se vissem mais no outro, se interessassem e se envolvessem mais nas pastorais, que elas tivessem mais sensibilidades, porque as pessoas ainda são muito frias com o outro, cada um que se vire; ainda há muito individualismo. E não é assim que a gente caminha. Quando a gente amadurece essa relação fé e política, a gente procura estar sempre na coletividade, sempre pensando na ajuda do próximo”.

E.22.a

“Acho que fé não se resume. Fé é aquilo que a gente sente e a ligação que a gente tem com o Criador; é essa presença viva que sentimos nas nossas vidas e que traduzimos através do nosso engajamento no trabalho e no serviço ao menor”.

E.22.b

“Política é a arte de bem administrar, e nós fazemos política em tudo aquilo que fazemos. Existe a política partidária e existe a política social; para mim, a política social tem mais valor do que a partidária, porque ela não divide; ela serve”.

E.22.c

“Olha, se nós trabalhamos com política social, então, a fé é de fundamental importância; senão ela vai passar a ser um trabalho meramente social, e nós cristãos vemos a fé em primeiro lugar. Então, nosso serviço social, ele é resultante da nossa vivência de fé, de esperança e de caridade”.

E.22.d

“Para mim, a política e a fé, quando digo que elas andam juntas, é porque uma é instrumento da outra no serviço, especialmente, ao menor carente”.

E.22.e

“Fé e política fortalece o crescimento e o desenvolvimento do homem no todo, fazendo com que ele seja autor de sua própria história, busque a sua liberdade e construa um mundo melhor”.

E.22.e

“O militante cristão deve está inserido na política, porque o cristão é aquele que bota a mão na massa. Não adianta você criticar os políticos se você não faz nada para mudar. Então, a política ela não é aquilo que se pensa: de movimentos quebradiços, sujios... não, ela é a arte de bem administrar, e o cristão deve ser um bom administrador. O cristão que se fecha dentro de uma castra não é cristão. Jesus Cristo arregaçou as mangas e foi, lutou contra o regime do seu povo, e por que o cristão vai ter que se aquietar num canto? Então, ele tem que ser um bom político, senão ele não é cristão”.

E.22.f

“Então, como militante, eu acho que minha obrigação é ir até o fim enquanto restar um fiozinho de vida lutando para que o povo abra os olhos e que, de fato, sonhe acordado, porque é o melhor jeito de sonhar”.

APÊNDICE 2 – LISTA DE NOMES DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

1 – Entrevistas realizadas no mês de junho/2007

Seqüência	Dia	Nome
01	22	Abdias Vicente de Oliveira Funcionário público, ex-prefeito e ex-vereador, casado, residente em Palmeira dos Índios. Atua nas pastorais Legião de Maria, da criança, da família, da saúde – Diocese de Palmeira dos Índios, AL. Coursou a escola em 2005 e 2007.
02	23	Maria Lucineide da Silva Agente de Desenvolvimento local (economia solidária). Casada, residente em Belo Jardim. Atua em movimento de bairro e várias pastorais na Igreja; faz parte do conselho fiscal da criança e do adolescente e trabalha com menores. Ainda coordena as comunidades de base da região onde mora e acompanha uma comunidade de quilombolas – Diocese de Pesqueira, PE. Coursou A escola em 2005 e 2007.
03	28	Cliane Silva de Araújo Professora, solteira, residente em Monterópolis. Atua na Pastoral Catequética – Diocese de Palmeira dos Índios, AL. Coursou a escola em 2004 e 2007.
04	29	Rita de Assis Costa Professora, casada, residente em Palmeira dos Índios. Atua nas pastorais sociais e na Cáritas Brasileira – Diocese de Palmeira dos Índios, AL. Coursou a escola em 2004 e o Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara em 2006.
05	30	Odete Santos de Melo Auxiliar de enfermagem, divorciada, residente em Maceió. Atua nos movimentos sociais. Começou sua militância a partir das CEBs e do CEBI. Arquidiocese de Maceió, AL. Coursou a escola em 2004 e 2007.
06	30	Maria Aparecida Rodrigues da Silva Estudante, solteira, residente no povoado de Peri-Peri. Atua na Pastoral da Criança e no Instituto Girassol de Desenvolvimento Social – Diocese de Penedo, AL. Coursou a escola em 2006 e 2007.

2 - Entrevistas realizadas no mês de julho/2007

- | | | |
|----|----|---|
| 07 | 01 | <p>Juliana Maria dos Santos
Professora, viúva, residente em Camaragibe. Atua no Movimento de Evangelização Encontros de Irmãos na Arquidiocese de Olinda e Recife, PE. Coursou a escola em 2005 e 2007.</p> |
| 08 | 07 | <p>Jeaninny do Nascimento Segundo
Professora e artesã, solteira, residente em Belém do São Francisco. Atua na Pastoral da Juventude- Diocese de Floresta – PE. Coursou a escola em 2006 e 2007.</p> |
| 09 | 08 | <p>Maria do Carmo Melo Bezerra
Professora, casada, residente em Garanhuns. Atua na Cáritas Brasileira, na Pastoral da criança e pastoral de sua paróquia – diocese de Garanhuns, PE. Coursou a escola em 2005 e 2007.</p> |
| 10 | 09 | <p>Neilda Pereira da Silva
Coordenadora de projetos, solteira, residente na cidade de Pesqueira. Atua na Cáritas Brasileira – Diocese de Pesqueira, PE. Coursou a escola em 2005 e 2007.</p> |
| 11 | 09 | <p>Rosileide Lira da Paz
Professora, residente em Palmares. Atua nas pastorais: Sobriedade, do Menor e na ONG ASPE (Ação Social - paróquia de Palmares), PE. Coursou a escola em 2004 e 2007.</p> |
| 12 | 11 | <p>Maria do Carmo Gomes da Silva
Auxiliar de enfermagem, solteira, residente em Recife. Atua na catequese São Francisco de Paulo, bairro Caxangá – arquidiocese de Olinda e Recife. Coursou a escola em 2004 e 2007.</p> |
| 13 | 17 | <p>Adriana de Sales Azevedo
Professora, solteira, residente em Caruaru. Atua na pastoral universitária – diocese de Caruaru, PE. Coursou escola em 2005 e 2007.</p> |
| 14 | 17 | <p>Francisco Neto dos Santos
Gesseiro, casado, residente em Petrolina. Atua na Pastoral Social, Rede de Educadores cidadã e Fórum de reforma urbana – Diocese de Petrolina, PE. Coursou a escola em 2006 e 2007.</p> |

- | | | |
|----|----|---|
| 15 | 18 | Arivaldo José Sezyshtha
Professor e coordenador da EFP, solteiro, residente em João Pessoa, PB. Atua como coordenador da pastoral dos Migrantes. |
| 16 | 18 | José Roberto Saraiva dos Santos
Professor e coordenador da EFP, casado, residente em Recife, PE. Atua como membro missionário do CIMI. |

3 – Entrevistas realizadas no mês de agosto/2007

- | | | |
|----|----|--|
| 17 | 24 | Maria das Graças da Silva
Agente comunitária de saúde e agricultora, solteira, residente no Sítio Caboclo. Atua na pastoral da criança-Dioocese de Guarabira, PB. Coursou a escola em 2006 e 2007. |
| 18 | 25 | Elisabeth Spadini
Pedagoga, divorciada, residente em Natal. Atua na Pastoral da Criança – Dioocese de Natal, RN. Coursou a escola em 2006 e 2007. |
| 19 | 26 | Taísa Mara de Medeiros
Estudante, solteira, residente em Caicó. Atua no Movimento Social Marcha Mundial das Mulheres – Dioocese de Caicó, RN. Coursou a escola em 2006 e 2007. |
| 20 | 28 | Flávio Marinaldo Martins
Autônomo, casado, residente em João Pessoa. Atua na Pastoral dos Migrantes – Dioocese de João Pessoa, PB. Coursou a escola em 2006 e 2007. |
| 21 | 29 | Maria do Carmo Silva Costa
Secretária, solteira, residente em Pombal. Atua nas pastorais do Idoso e Carcerária-Dioocese de Cajazeiras, PE. Coursou a escola em 2006 e 2007. |
| 22 | 30 | Maria das Mercês Santos Silva
Enfermeira, professora, solteira, residente em Campina Grande. Atua na Pastoral da Saúde e conselho de saúde – Dioocese de Campina Grande, PE. Coursou a escola em 2004 e 2007. |

APÊNDICE 3 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA ESCOLA Pe. HUMBERTO PLUMMEN

OBJETIVO GERAL

Contribuir com a formação no campo da Fé e da Política a partir de uma reflexão teológica, bíblica e ética, alimentando maior consciência crítica e transformadora para a construção de uma sociedade pluriétnica, pluricultural, justa, humana e solidária, promotora da cultura de Paz.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar agentes de pastorais e lideranças.
- Alimentar a mística cristã e a espiritualidade libertadora, fomentando o profetismo na perspectiva da evangelização popular.
- Articular as pastorais sociais diocesanas e movimentos sociais de âmbito regional.
- Intervir em espaços de políticas públicas e controle social.
- Estabelecer espaços de reflexão e de intercâmbio de experiências.
- Favorecer espaços de interação com o Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara.

PLANO OPERACIONAL – 2004

Primeiro Módulo: Queremos ver Jesus

- a) Contextualização da Escola e Conjuntura Nacional (enfoque Estadual).
- b) Conceitos de fé e política.
- c) Experiências existentes no Brasil com a metodologia fé e política.

Segundo Módulo: A caminhada do povo de Deus

- a) História dos movimentos sociais.
- b) A Doutrina Social da Igreja e os Poderes Públicos constituídos.

Terceiro Módulo: Instrumentos para o exercício da cidadania ativa

- a) Metodologia aplicada à pastoral popular.
- b) Políticas públicas e controle social.

Quarto Módulo: Por uma pedagogia da exclusão

- a) Bíblia, Jesus, o Reino e a Política.
- b) Eleições municipais.

Quinto Módulo: “Um outro mundo é possível”

- a) Gênero e identidade étnica.
- b) Práticas e instrumentos de intervenção social.

Sexto Módulo: Celebrando a vida

- a) Monitoramento, avaliação e confraternização.⁵³

⁵³ A escola, no ano de 2004 contou com a participação de 153 cursistas oriundos de 18 dioceses do Regional NE 2, distribuídos em três turmas. Um desses alunos foi enviado para fazer o Curso de Formação Cristã para a Cidadania, no IBRADES (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento) – Brasília – DF.

PLANO OPERACIONAL 2005

Primeiro Módulo: Cultura de Paz

- a) Campanha da Fraternidade: Solidariedade e Paz. “Felizes os que promovem a Paz”.
- b) 4ª Semana Social Brasileira: “Mutirão por um novo Brasil”.

Segundo Módulo: Pedagogia da Paz

- a) Bíblia, Jesus, o reino e a política.
- b) Doutrina Social da Igreja.

Terceiro Módulo: A caminhada do povo de Deus em busca de Paz

- a) Conceitos de fé e política.
- b) História dos movimentos sociais.

Quarto Módulo: Instrumentos para a construção da Paz

- a) Metodologia aplicada à educação e à pastoral popular.
- b) Políticas públicas: participação nos conselhos e controle social.

Quinto Módulo: Um mundo de Paz já existe

- a) Direitos humanos e diversidade étnica: a experiência indígena.

Sexto Módulo: Celebração da Paz

- a) Monitoramento, avaliação e confraternização.⁵⁴

PLANO OPERACIONAL 2006

Primeiro Módulo

- a) Conceitos de fé e política.
- b) História dos movimentos sociais.

Segundo Módulo: A caminhada do povo de Deus

- a) O Antigo Testamento e o sonho de Deus.
- b) 4ª Semana Social Brasileira: “Mutirão por um novo Brasil”.

Terceiro Módulo

- a) Jesus, o reino e a política.
- b) Doutrina Social da Igreja.

Quarto Módulo

- a) Metodologias aplicadas à educação e à pastoral popular.
- b) Políticas públicas e controle social.

Quinto Módulo

- a) Direitos humanos.
- b) Diversidade étnica: a experiência indígena.

⁵⁴ Em 2005, a Escola contou com a participação de 282 cursistas, formando cinco turmas; participação de dezoito dioceses. Enviou ao IBRADES 04 cursistas.

Sexto Módulo

- a) A ética e a superação do pensamento único.
- b) Avaliação e confraternização.⁵⁵

PLANO OPERACIONAL 2007**Primeiro Módulo**

- a) Conceitos de fé e política.
- b) História dos movimentos sociais.

Segundo Módulo

- a) O Antigo Testamento e o sonho de Deus.
- b) Campanha Jubileu Brasil.

Terceiro Módulo

- a) Jesus, o reino e a política.
- b) Doutrina Social da Igreja.

Quarto Módulo

- a) Metodologias aplicadas à educação e à Pastoral Popular.
- b) Políticas públicas e controle social.

Quinto Módulo

- a) Direitos humanos.
- b) Diversidade étnica: a experiência indígena.

Sexto Módulo

- a) A ética e a superação do pensamento único.
- b) Avaliação e confraternização.⁵⁶

PLANO OPERACIONAL DA SEGUNDA ETAPA DO CURSO 2007**Primeiro Módulo: Conjuntura política na história recente do país**

- a) Visão da história política do País (da ditadura militar aos dias atuais).
- b) Projetos de nação.
- c) Introdução aos temas e metodologia dos módulos seguintes.

Segundo Módulo: Movimentos e mobilizações sociais

- a) Tipos de entidades e organizações sociais.
- b) Modalidades de mobilização social.
- c) A história dos movimentos sociais e seus espaços de articulação.

⁵⁵ Em 2006, participaram 19 dioceses, 210 cursistas divididos em cinco turmas. A escola enviou 10 cursistas ao CEFEP (Centro Nacional Fé e Política “Dom Helder Câmara”).

⁵⁶ Em 200, a escola contou com a participação das 20 dioceses do Regional NE 2, com 160 cursistas na primeira etapa, formando três turmas.

Terceiro Módulo: Participação Cidadã e Controle Social

- a) Conselhos de gestão.
- b) Gestão de projetos sócio, econômicos e culturais.
- c) Orçamento público.

Quarto Módulo: Projeto de nação e desenvolvimento solidário sustentável

- a) Reforma Agrária, Economia Solidária e Agroecologia.
- b) Os biomas brasileiros e a articulação do semi-árido.
- c) Assembléia popular, Jubileu Brasil, Reforma Política e a Lei de responsabilidade fiscal e social.⁵⁷

PLANO OPERACIONAL 2008**Primeiro Módulo**

- a) Metodologia de educação popular.
- b) Conceitos de fé e política.

Segundo Módulo

- a) O Antigo Testamento e o sonho de Deus.
- b) Assembléia popular.

Terceiro Módulo

- a) Jesus, o reino e a política.
- b) Doutrina Social da Igreja.

Quarto Módulo

- a) História dos movimentos sociais.
- b) Mobilização, políticas públicas e controle social.

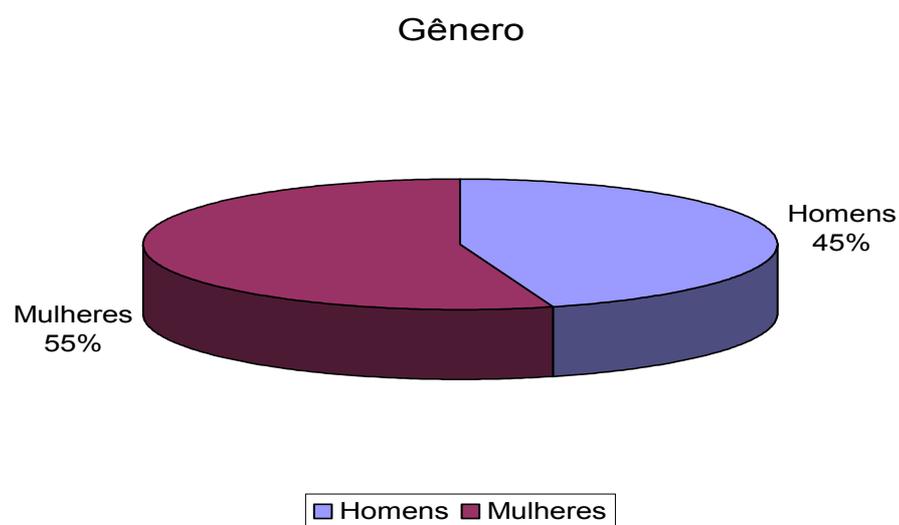
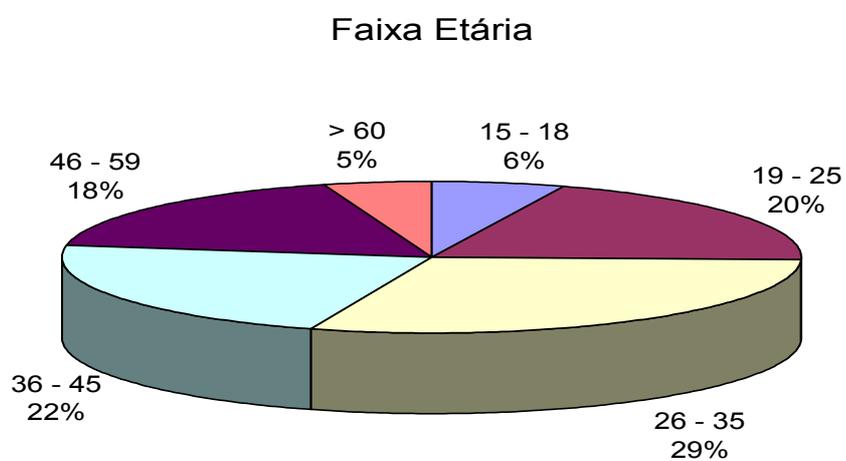
Quinto Módulo

- b) Direitos humanos.
- c) Direitos indígenas.

Sexto Módulo

- a) A ética e a superação do pensamento único.
- b) Avaliação e sistematização.

⁵⁷ Na segunda etapa da Escola só participa cursistas que fizeram a primeira etapa do curso . Por se oferecer um número resumido de vagas, os alunos que se inscrevem para segunda etapa passam por uma seleção. Em 2007, a Escola ofereceu pela primeira vez essa segunda etapa e contou com a participação de 18 Dioceses e 65 cursistas. Está enviando para o CEFEP 10 cursistas para o ano de 2008.

ANEXO 1 – PERFIL DA ESCOLA FÉ E POLÍTICA Pe. HUMBERTO PLUMMEN**Análise do perfil dos cursistas do ano de 2004 a 2007 – 870 participantes.****GRÁFICO 1****GRÁFICO 2**

Estado Civil

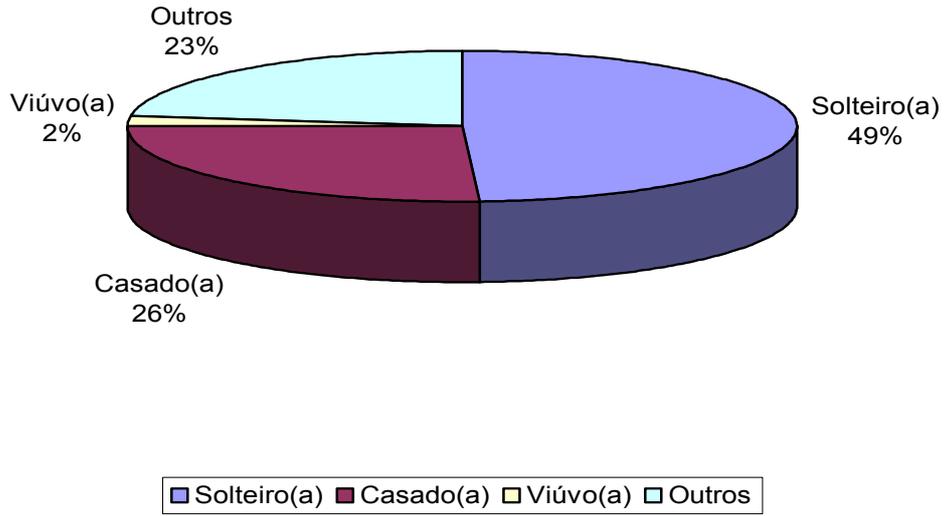


GRÁFICO 3

Escolaridade

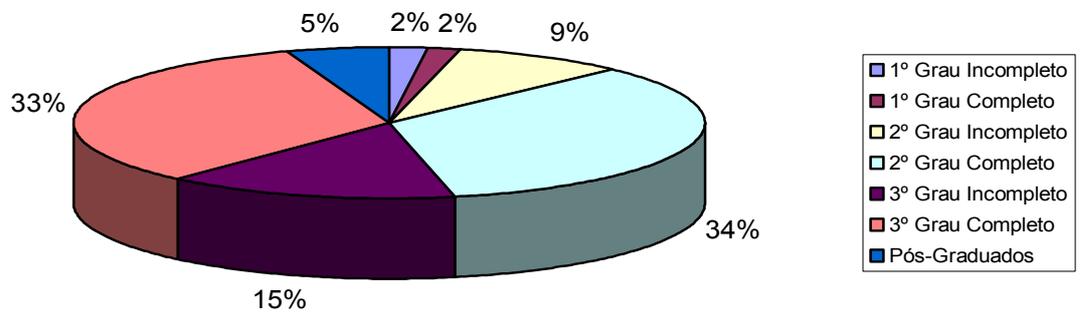


GRÁFICO 4

Religiosidade

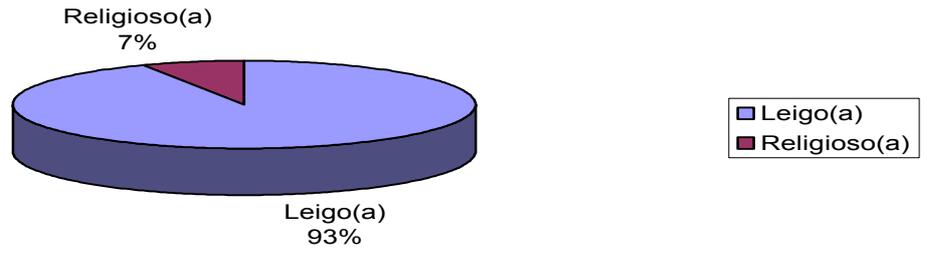


GRÁFICO 5

Religião

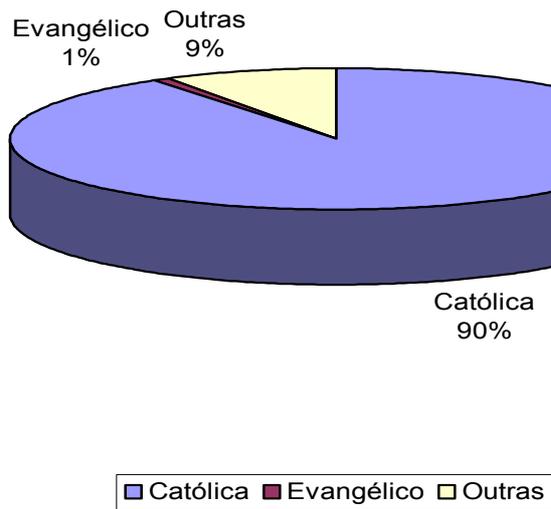


GRÁFICO 6

Atividades Desenvolvidas

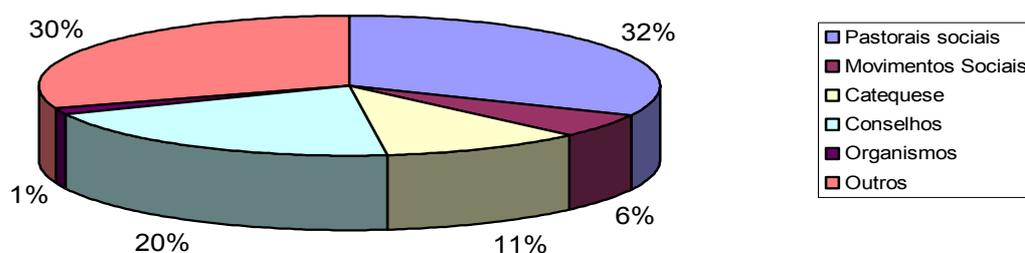


GRÁFICO 7

O Setor Pastoral Social, da CNBB Reg.NE 2, reúne, sob sua articulação, onze (11) pastorais sociais e três organismos, tais como: 1) **Pastoral Operária** – se assume enquanto Igreja Católica e contribui com a missão de levar para dentro da Igreja a preocupação e o compromisso com o mundo do trabalho; 2) **Pastoral do Povo de Rua** – desenvolve sua missão junto à população de rua, buscando recompor a dignidade e a descoberta dos sinais de Deus presentes na história desse povo; 3) **Conselho Pastoral dos Pescadores** – procura ser presença evangélica no meio dos pescadores, colaborando com esse público nos anseios de suas vidas, no respeito a sua cultura, estimulando a organização, tendo como linhas prioritárias a questão do meio ambiente, a conquista dos direitos sociais e o tema da geração de renda; 4) **Pastoral dos Nômades** – atua, procurando desenvolver a promoção humana e cristã, visando à evangelização integral e inculturada dos grupos nômades – ciganos, circenses e parquistas – tendo como atividades junto a esse público, estudos, pesquisas e publicações sobre a realidade e cultura dos nômades, ensinamento de algum artesanato, informação à comunidade sedentária sobre sua vida e sua cultura, buscando mostrar os valores positivos que cultivam em sua história milenar. (estima-se que 90% desses são analfabetos por falta de uma escola itinerante); 5) **Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM)** – tem como missão contribuir e abrir espaços para que a mulher prostituída possa ser agente da sua libertação e

articular-se com outros grupos de oprimidas(os) e outras pastorais; 6) **Pastoral da Criança** – fazendo a união entre a fé e o compromisso social, essa pastoral busca organizar as comunidades em torno de um trabalho de promoção humana no combate à mortalidade infantil, à desnutrição e à marginalidade social. Sua base de trabalho são as comunidades e as famílias; 7) **Pastoral do Menor** – a atuação dessa pastoral passa pelos Conselhos de Direitos, Tutelares, na luta por políticas públicas eficientes, com programas de abrigo, centros educacionais comunitários, junto aos adolescentes em conflito com a lei, aos meninos meninas que se encontram em situação de rua, na aprendizagem profissional, voltando-se para a orientação e apoio socio-familiar; 8) **Pastoral da Saúde** – sua ação evangelizadora assume três dimensões: a) solidária, junto aos doentes nos hospitais, domicílios e comunidades – portadores do vírus HIV-Aids, deficientes, drogados, alcoolizados etc; b) comunitária, relaciona-se com saúde pública e saneamento básico, atuando na prevenção das doenças. Procura valorizar o conhecimento, a sabedoria e religiosidade popular em relação à saúde; c) Político-institucional, atua junto aos órgãos e instituições públicas e privadas que prestam serviços e formam profissionais na área de saúde. Zela para que haja formação ética e uma política de saúde sadia; 9) **Serviço Pastoral dos Migrantes** – trabalha com as categorias de migrantes, temporários ou sazonais; migrantes urbanos e com imigrantes, principalmente peruanos, bolivianos, paraguaios, chilenos e italianos. 10) **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** – faz um trabalho de base, buscando priorizar a convivência fraterna com o povo, a formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras e a memória dos mártires da terra; 11) **Pastoral Carcerária** – atua, levando a presença da Igreja ao mundo dos cárceres. Tem como objetivos: acompanhar os presos em todas as circunstâncias e atender suas necessidades pessoais e familiares; verificar as condições de vida e sobrevivência dos presos; priorizar a defesa intransigente da vida, bem como a integridade física e moral dos presos; estar atenta e encaminhar as denúncias de torturas, maus-tratos, corrupção, etc., praticados contra os presos; intermediar relações entre presos e familiares.

Dos Organismos: a) **IBRADES** (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social) – propõe-se assumir o compromisso social da Igreja, utilizando como meio a formação social, política e cristã para a cidadania por meio de um curso longo (um mês), anual e tempo integral, no mês de julho (Brasília – DF), e de cursos breves nas diversas regiões do país; b) **Cáritas Brasileira** (expressão de origem latina que significa “caridade”) – busca desenvolver suas atividades em nome da caridade libertadora. Suas ações são norteadas pelas linhas prioritárias: construção e conquista de relações democráticas e de políticas públicas; fortalecimento da

Organização Cáritas; formação de agentes para a prática da solidariedade; valorização e promoção da economia popular solidária; atuação em áreas de emergência naturais e sociais; desenvolvimento da cultura da solidariedade; convivência com o semi-árido. Atua com abertura ecumênica, estabelecendo parcerias com organismos nacionais e internacionais pelo resgate dos direitos humanos, fazendo parte da rede Cáritas Internationalis, com sede em Roma. Tem como missão promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora; participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena com vista para o reino de Deus. c) **CERIS** (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais) – organismo que tem como objetivo contribuir para que os setores mais pobres e excluídos da sociedade obtenham melhoria de suas condições de vida mediante estímulo a reflexões e práticas sociais libertadoras. Desenvolve diversas atividades, entre as quais: pesquisas sociais e religiosas; coleta de informações quantitativas sobre a realidade do país e da Igreja católica; análise, monitoramento e avaliação de experiências populares e pastorais; assessoria a movimentos sociais e eclesiais; financiamento e apoio a pequenas iniciativas.

Cada pastoral e organismo têm uma autonomia e tarefa intransferível junto a um setor específico da sociedade e, ao mesmo tempo, todos juntos desempenham tarefa comum enquanto Igreja do Brasil na sua dimensão social.⁵⁸

Consideramos, em nossa pesquisa, para fins de perfil da escola, como pastorais sociais apenas essas relacionadas acima que compõem o organograma do Setor Pastoral Social-CNBB. As demais citadas como pastorais, deslocamos para outros tipos de atividades. Como movimentos sociais consideramos todos aqueles que também não estão diretamente ligados ao organograma do SPS e que estão na luta pela transformação social. Em relação aos conselhos, também só os consideramos aqueles que estão diretamente envolvidos com as políticas públicas. Os demais movimentos não especificados foram também colocados como outras atividades.

⁵⁸ Informações fundamentadas na Cartilha de Pastoral Social – O que é Pastoral Social? CNBB, 2001.

ANEXO 2 - GALERIA DE FOTOS: ATIVIDADES DA ESCOLA FÉ E POLÍTICA Pe. HUMBERTO PLUMMEN



Foto 01 - Símbolo da Escola



Foto 02 – Mística - Palmeira dos Índios – AL - Julho 2007



Foto 03 – Momento de oração – Campina Grande - PB – Julho 2007



Foto 04 – Momento de estudo – Campina Grande – PB – Julho 2007



Foto 05 – Sistematização e apresentação de trabalho – Campina Grande – PB – Julho 2007



Foto 06 – Momento de mística – Floresta – PE – Agosto – 2007



Foto 07 – sala de estudo – Patos – PB – Agosto 2007



Foto 08 – Apresentação cultural – Baía da Traição – RN – Agosto - 2007